



31 de dezembro de 2015

Demonstrações Contábeis Completas
em IFRS

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração consolidada do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a Dezembro de 2015

Prezados acionistas,

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco) e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015 seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), aprovadas pelo “*International Accounting Standard Board*” (IASB).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI)

do Itaú Unibanco (www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores > Informações Financeiras) e nos sites da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* (BCBA). Nossos resultados podem ser acessados também por dispositivos *mobile* e *tablet*, por meio de nosso site e aplicativo “Itaú RI” (APP), respectivamente.

1) PRINCIPAIS NÚMEROS

	2015	2014
Lucro Líquido (R\$ bilhões)	26,2	21,9
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores (R\$ bilhões)	25,7	21,6
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado	24,8%	24,3%
Índice de Basileia Consolidado Prudencial ⁽¹⁾	17,8%	16,9%
Ativos Totais (R\$ bilhões)	1.276,4	1.127,2
Total de Operações de Crédito (R\$ bilhões)	548,5	526,2
Colaboradores do Conglomerado (indivíduos)	90.320	93.175
Brasil	83.481	86.192
Exterior	6.839	6.983
Agências e PAs Físicos	4.891	5.039
Agências Digitais	94	31
Caixas Eletrônicos	26.412	27.916
Atuação no Exterior (países/territórios) ⁽²⁾	18	18

⁽¹⁾ O critério de apuração do Índice de Basileia referente a 31 de dezembro de 2014 foi o consolidado operacional e de 31 de dezembro de 2015 foi o consolidado prudencial.

⁽²⁾ Não considera Brasil.

2) AMBIENTE ECONÔMICO

2.1 Contexto Internacional (ex- Latam)

A economia dos EUA continua apresentando melhora no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu de 5,7% no fim de 2014 para 5,0% em dezembro de 2015. Esta evolução favorável acompanhou um crescimento moderado do PIB, que expandiu 2,6% no acumulado do ano até setembro, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Na mesma comparação, o PIB da zona do euro cresceu 1,5% e o do Japão 0,4%, mas a China desacelerou para 6,9%, frente aos 7,3% alcançados em 2014. Esta moderação do crescimento na China vem afetando o crescimento dos países emergentes, incluindo os países da América Latina.

2.2 Contexto Latam (ex- Brasil)

Na América Latina, os países exportadores de *commodities* continuam a crescer menos em relação à década anterior. Os preços mais baixos das *commodities* influenciam negativamente o investimento, a confiança e a renda nacional. O México ainda não se beneficia plenamente da recuperação da economia dos EUA e a queda dos preços do petróleo é um obstáculo para a implantação da reforma do setor energético.

Devido à depreciação das moedas, a inflação tem sido mais elevada em quase todos os países. Os bancos centrais do Chile, Colômbia, Peru e México estão elevando as taxas de juros, apesar do baixo crescimento. A queda da atividade econômica e das receitas fiscais ligadas às cotações mais baixas das *commodities* também estão levando alguns governos a cortar gastos.

Embora o ambiente econômico para a região esteja desfavorável, os fundamentos criam diferenças entre os países. Nesse sentido, a desaceleração no Chile, Colômbia, Peru e México tem sido mais suave em relação aos outros países da América Latina.

2.3 Contexto Doméstico

No cenário doméstico, o PIB contraiu novamente no período de janeiro a setembro de 2015, apresentando redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desemprego passou de 4,9% em novembro de 2014 para 7,5% em novembro de 2015. A inflação acumulou 10,67% em 2015. O BACEN elevou os juros para 14,25% em julho de 2015 e os manteve estáveis pelo resto do ano. O déficit primário acumulado no ano alcançou 0,7% do PIB em novembro de 2015, frente a um déficit de 0,4% do PIB no mesmo período de 2014. O déficit em conta corrente, por sua vez, vem diminuindo em função do câmbio mais depreciado e da contração da atividade. O déficit nas contas externas caiu de 4,3% do PIB em 2014 para 3,3% do PIB em 2015.

O dólar valorizou 47% frente ao real em 2015, fechando o ano em R\$ 3,90. O país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões.

3) NOSSOS DESTAQUES EM 2015

3.1) Nova estrutura na direção do Itaú Unibanco Holding

Em fevereiro, anunciamos mudanças estruturais na direção da companhia, presidida por Roberto Setubal, e um novo Comitê Executivo composto por 3 diretores-gerais (Atacado; Varejo; e Tecnologia & Operações) e 2 vice-presidentes (Gestão e Controle de Riscos & Finanças; e Jurídico, Pessoas & Institucional).

3.2) Inauguração do Novo Data Center

Em março de 2015, inauguramos nosso novo *data center*. Esse centro tecnológico aumentará em 25 vezes a capacidade de processamento e armazenamento das operações do banco, além de propiciar a redução do uso de energia em 43% em relação ao consumo atual. O novo *data center* suportará o nosso crescimento até 2050, garantindo o alto desempenho e a disponibilidade das nossas operações. O processo de migração dos nossos sistemas e serviços tem término previsto para o segundo semestre de 2016.

3.3) Eventos Societários

Recompra de ações – Em 2015, adquirimos^(a) 115,4 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 3,3 bilhões ao preço médio de R\$ 28,80 por ação.

O saldo de ações em tesouraria atingiu 162,6 milhões de ações preferenciais em dezembro de 2015, que equivalem a 5,7% das ações da mesma classe em circulação (*free float*).

Adicionalmente, em janeiro de 2016, foram recompradas 8,0 milhões de ações preferenciais.

Em fevereiro de 2016, foi deliberada em reunião do Conselho de Administração, a renovação do programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais, válido para o período de 03 de fevereiro de 2016 a 02 de agosto de 2017.

^(a)Todos os valores foram ajustados pela bonificação de 10% em ações aprovada em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2015.

Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco

Pelo terceiro ano consecutivo, bonificamos nossas ações em 10%. Assim, em julho de 2015, nossos acionistas receberam uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie que possuíam.

O dividendo mensal foi mantido em R\$ 0,015 por ação, representando um incremento de 10% nos valores recebidos mensalmente, e foi atribuído um custo de R\$ 18,348050984612 às ações bonificadas, impactando o preço médio da carteira de nossos acionistas.

3.4) Fusões, Aquisições e Parcerias

Fusão do Itaú Chile com o CorpBanca – Em 2015, a fusão foi aprovada no Chile. Portanto, obtivemos todas as autorizações regulatórias no Brasil, Chile, Colômbia e Panamá.

O banco resultante da fusão terá denominação de Itaú CorpBanca, operará sob a marca “Itaú” e será controlado pelo Itaú Unibanco por meio de uma participação acionária de 33,58% em seu capital social.

A concretização da fusão, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2016, trará os seguintes benefícios para os acionistas do Banco Itaú Chile e do CorpBanca:

- Criação de uma das instituições financeiras mais robustas da América Latina;
- Maior rede de atendimento a clientes;
- Menores custos de *funding* e maior capacidade de alavancagem do capital de Nível 1; e
- Sinergias de custos operacionais.

Essa operação consolida a estratégia do banco de expandir sua presença na América Latina, colocando o banco em posição de destaque no Chile e na Colômbia, bem como diversificando nossa atuação na região.

Aliança com a MasterCard – Em março de 2015, celebramos um contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança, pelo prazo de 20 anos, no mercado de soluções de pagamento no Brasil. Essa aliança irá operar uma nova rede de pagamentos eletrônicos, por meio de uma sociedade controlada pela MasterCard, na qual o Itaú Unibanco terá determinados direitos de veto e aprovação. Esta aliança está sujeita à aprovação regulatória.

Aquisição de ações da ConectCar – Em outubro de 2015, a Rede assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual comprometeu-se a adquirir 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., por meio do pagamento de R\$ 170 milhões à Odebrecht Transport S.A. Os 50% remanescentes do capital social da ConectCar são detidos pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A. A operação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e pelo BACEN no final de 2015.

Aquisição de controle – Recovery – Em dezembro de 2015, celebramos um contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”) por meio do qual nos comprometemos a adquirir 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (“Recovery”), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery.

Após a obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias e do cumprimento de determinadas condições suspensivas, pagaremos R\$ 640 milhões ao BTG por referida participação.

Em conjunto com a aquisição da participação no capital social da Recovery, nos comprometemos, nessa mesma operação, a adquirir aproximadamente 70% de um *portfolio* de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras, decorrentes de créditos originados principalmente de alguns bancos do mercado. Sujeito às mesmas condições precedentes para a aquisição da participação no capital social da Recovery, pagaremos R\$ 570 milhões ao BTG pela participação em tal *portfolio*.

3.5) Tecnologia

A nossa tecnologia é para melhorar o dia a dia das pessoas. Buscamos ser cada vez mais relevantes nas demandas básicas delas, disponibilizando a melhor experiência possível.

É por isso que criamos nossos canais digitais. Para nossos clientes terem o banco onde e quando quiserem, seja na agência ou até mesmo no bolso, no carro, no parque ou em qualquer outro lugar.

Canais digitais – Em 2015, 67% das transações feitas no banco vieram dos nossos canais digitais, o que representou 8,9 bilhões de transações, com crescimento de 23% em relação ao ano anterior.

Mensalmente, mais de 40% dos correntistas pessoa física acessam os canais digitais, enquanto no segmento pessoa jurídica este número ultrapassa 60%.

Destacamos o canal *mobile*, que em 2015 apresentou crescimento de 5 p.p. em participação de transações, representando 17% do total das transações do banco. Para garantir ao nossos clientes ainda mais conveniência e disponibilidade, continuamos investindo em nossas Agências Digitais - um modelo inovador e pioneiro de relacionamento, que torna o banco ainda mais disponível aos clientes, além do horário convencional e por meio do canal digital de sua preferência.

Em dezembro de 2015, já atingíamos a marca de mais de 1,1 milhão de clientes de agências digitais.

Redes sociais - Em 2015, continuamos a ser o maior canal de vídeos de marca do Youtube no Brasil e o maior do mundo no segmento financeiro, atingindo mais de 192 milhões de visualizações até 31 de dezembro de 2015.

Nossa mensagem de final de ano, intitulada “Feliz 2016”, foi o filme mais assistido pelos brasileiros durante o mês de dezembro, como apontou o *ranking Youtube Ads LeaderBoard*. O filme, narrado pela atriz Fernanda Montenegro, alcançou a marca de quase 52 milhões de visualizações no Youtube e Facebook, e 98% dos comentários foram positivos.

Em 2015, chegamos a 7,6 milhões de fãs no Facebook. Temos a maior comunidade entre todos os bancos do mundo e uma das 15 maiores bases de fãs entre as marcas brasileiras, de acordo com o *SocialBakers*. No Twitter, nosso perfil alcançou mais de 594 mil seguidores, sendo o número um no segmento financeiro do país. Temos também 64,7 mil seguidores no Instagram.

No monitoramento dos nossos perfis nas redes sociais, que faz uma relação das interações que nossos públicos tem com a gente – como dúvidas, sugestões, elogios e reclamações – tivemos mais de 549 mil menções sobre o Itaú Unibanco, sendo 74% destes comentários positivos e neutros, de acordo com a Gauge (consultoria de inovação em negócios e inteligência de mercado).

“Cubo” – Nossos investimentos em tecnologia também vão além do nosso *core business*.

Em maio de 2015, lançamos, em parceria com a Redpoint eventures, o “Cubo”. Uma iniciativa sem fins lucrativos, o Cubo consiste em um grande centro de fomento ao empreendedorismo tecnológico que oferece espaços de *coworking*, atividades de educação e *networking*, e tem como objetivo contribuir de forma estruturada para a disseminação de iniciativas inovadoras e transformadoras. A sede do Cubo foi inaugurada em setembro de 2015, em São Paulo.

3.6) Evento Subsequente

Gestora de Inteligência de Crédito – Em 21 de janeiro de 2016, comunicamos ao mercado a assinatura de Memorando de Entendimentos com outros quatro bancos, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC), que será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado, onde cada banco deterá 20%. A GIC desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias, de pessoas físicas e jurídicas que autorizarem expressamente a sua inclusão no banco de dados conforme exigido pelas normas aplicáveis. Tal atuação propiciará uma maior troca de informações sobre tais pessoas físicas e jurídicas, permitindo o desenvolvimento e o alcance de maior eficiência na gestão do crédito, o que poderá facilitar, para os participantes do Sistema Financeiro Nacional e as demais empresas no mercado de crédito, a concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos. A operacionalização técnica da GIC será realizada em conjunto com parceiro técnico selecionado para desenvolver e implementar a plataforma tecnológica e analítica da GIC por meio de contrato de prestação de serviços. A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre os cinco bancos, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

4) NOSSO DESEMPENHO

4.1) Resultado e Retornos

Em R\$ bilhões	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Varição (%) ⁽¹⁾
Produto Bancário	92,0	91,7	0,4
Perdas com Créditos e Sinistros	(21,3)	(15,8)	35,0
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	70,7	75,9	(6,8)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(52,4)	(47,0)	11,4
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18,3	28,8	(36,6)
Imposto de Renda e Contribuição Social	7,9	(6,9)	-
Lucro Líquido	26,2	21,9	19,6
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	25,7	21,6	19,4
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - anualizado ⁽²⁾	24,8%	24,3%	0,5 p.p.
Retorno sobre o Ativo Médio - anualizado ⁽³⁾	2,2%	2,0%	0,2 p.p.

⁽¹⁾ Cálculo das variações utilizando números em unidades.

⁽²⁾ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores pelo Patrimônio Líquido Médio dos Acionistas Controladores.

⁽³⁾ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores pelo Ativo Médio.

Contribuíram para a evolução do lucro líquido de janeiro a dezembro de 2015:

Produto Bancário: crescimento de 0,4% em relação ao ano anterior, decorrente do aumento das receitas de juros e rendimentos, e das receitas de prestação de serviços, que tiveram elevação de 23,0% e 11,8%, respectivamente. O crescimento dessas receitas foi compensado parcialmente pela perda líquida com investimentos em títulos e derivativos e pela redução do resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior. A redução do resultado de operações de seguros, previdência e capitalização, antes das despesas com sinistros e de comercialização foi de 3,1%. A nossa carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu 4,2% no período – mais informações no item 4.2.1) Ativos;

Perdas com créditos e sinistros: aumento de 35,0% em relação ao ano anterior, devido a maiores despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Outras receitas/ (despesas operacionais): aumento de 11,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de maiores despesas com remuneração, encargos e benefícios sociais; do crescimento das administrativas, devido a maiores gastos com processamento de dados e telecomunicações, propaganda, promoções e publicidade e concessionárias de serviços públicos; e pela elevação das outras despesas, ocasionada pela constituição das provisões fiscais e previdenciárias e cíveis e pelo aumento das despesas relacionadas a cartões de crédito.

Majoração da Alíquota da Contribuição Social – Em 2015, o impacto no resultado advindo da reavaliação do saldo do crédito tributário de contribuição social, em função da elevação da alíquota, foi positivo em R\$ 3.921 milhões no período.

4.2) Dados Patrimoniais

Em R\$ bilhões	31/dez/2015	31/dez/2014	Varição (%) ⁽¹⁾
Ativos Totais	1.276,4	1.127,2	13,2
Total de Operações de Crédito com Avais e Fianças	548,5	526,2	4,2
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26,8)	(22,4)	19,9
Passivos Totais	1.162,4	1.026,6	13,2
Patrimônio Líquido	114,1	100,6	13,4
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	112,3	99,3	13,1

(1) Cálculo das variações utilizando números em unidades.

4.2.1) Ativos

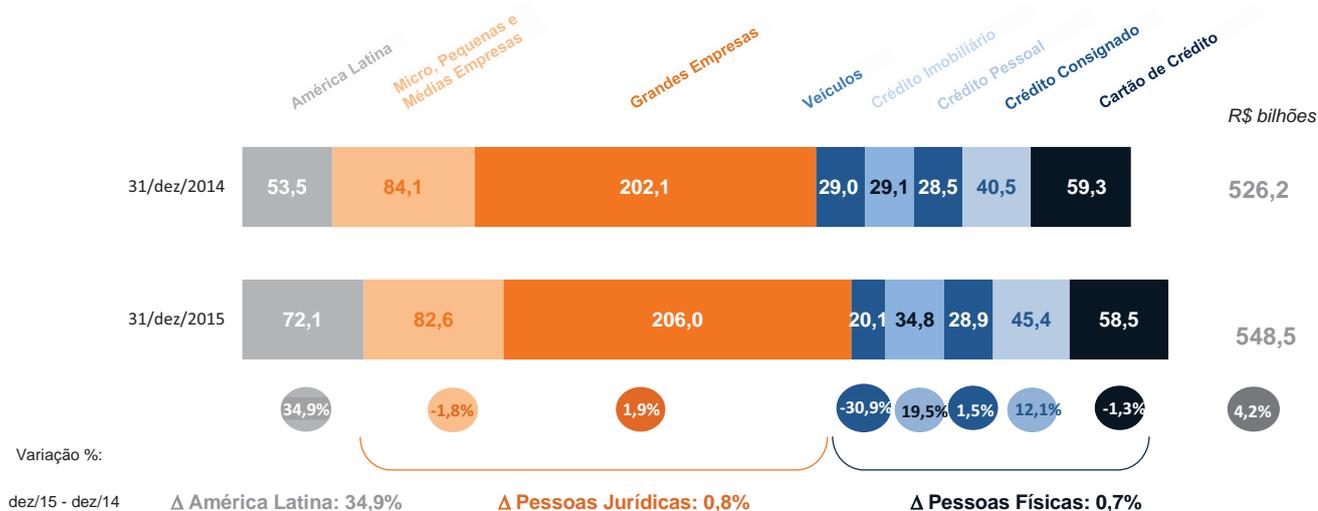
O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,3 trilhão ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido aos crescimentos das aplicações no mercado aberto e dos ativos financeiros mantidos para negociação.

A diversificação de nossos negócios reflete-se na mudança da composição da nossa carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com maiores garantias.

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 548,5 bilhões, com crescimento de 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2014, devido principalmente ao aumento das carteiras de crédito consignado, crédito imobiliário, grandes empresas e América Latina.

Apresentamos a abertura da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:



4.2.2) Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,9 trilhão em 31 de dezembro de 2015, aumento de 13,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação a dezembro de 2014, os depósitos à vista somados aos de poupança aumentaram 3,1%

em relação ao ano anterior. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 73,0% em 31 de dezembro de 2015.

Em R\$ bilhões	31/dez/2015	31/dez/2014	Varição (%) ⁽¹⁾
Depósitos Remunerados⁽²⁾	231,5	246,0	(5,9)
Depósitos a Prazo	105,3	108,5	(3,0)
Depósitos Interfinanceiros	14,9	19,1	(21,8)
Depósito de Poupança	111,3	118,4	(6,0)
Depósitos não Remunerados⁽²⁾	61,1	48,7	25,4
Depósitos à Vista	61,1	48,7	25,4
Total⁽²⁾	292,6	294,8	(0,7)

(1) Cálculo das variações utilizando números em unidades.

(2) Considera circulante e não circulante

Brasil – Pessoa Física

Cartões de Crédito (Itaucard, Hipercard, Credicard e parcerias)

Somos líderes em valor transacionado no segmento de cartões de crédito no Brasil ^(d).

O saldo desta carteira em 31 de dezembro de 2015 alcançou R\$ 58,5 bilhões, redução de 1,3% em relação ao ano anterior.

O valor transacionado em compras com cartões de crédito atingiu R\$ 250,8 bilhões de janeiro a dezembro de 2015, o que representou um acréscimo de 5,1% em relação ao ano anterior.

No segmento de cartões de débito, que inclui apenas clientes correntistas, contamos com uma base de 26,0 milhões de contas. O valor transacionado alcançou R\$ 83,8 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

(d) Fonte: Itaú Unibanco e ABCECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços) - dados de janeiro a novembro de 2015.

Crédito Consignado

Somos líderes em saldo de crédito consignado entre os bancos privados brasileiros.

O saldo da carteira de crédito consignado alcançou R\$ 45,4 bilhões (R\$ 16,2 bilhões na nossa rede de agências e R\$ 29,3 bilhões nos demais canais de comercialização), crescimento de 12,1% em relação a 31 de dezembro de 2014, atingindo 8,3% do total de crédito do banco.

Os destaques foram as carteiras de aposentados e pensionistas do INSS, que representaram 63,5% da carteira total de crédito consignado.

Crédito Pessoal

O saldo da carteira de crédito pessoal alcançou R\$ 28,9 bilhões em dezembro de 2015, 1,5% superior ao mesmo período do ano anterior.

Crédito Imobiliário

Somos líderes na concessão de financiamentos de imóveis para pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros com utilização dos recursos da poupança (SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) ^(e).

Nossa oferta é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias. O saldo da carteira de crédito imobiliário alcançou R\$ 34,8 bilhões, evolução de 19,5% em 12 meses, representando, em dezembro de 2015, o terceiro maior saldo da nossa carteira de crédito para pessoas físicas.

A relação entre o valor dos empréstimos e o valor dos imóveis, em carteira, foi de aproximadamente 43,7% no período de janeiro a dezembro de 2015.

De janeiro a dezembro de 2015, realizamos cerca de 34,1 mil financiamentos para mutuários, no valor de R\$ 10,5 bilhões. Para empresários, foram realizadas contratações que geraram 20,0 mil novas unidades no valor de R\$ 3,4 bilhões.

Em setembro de 2015, conquistamos a 1ª colocação em 3 categorias da América Latina e 3 do Brasil na *Euromoney's Real Estate Survey*, promovida pela Revista Euromoney. A pesquisa reconhece as melhores empresas que atuam no mercado imobiliário mundial.

(e) Fonte: Itaú Unibanco e ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) - dados de dezembro/15.

Veículos

O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 20,1 bilhões, redução de 30,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e dezembro de 2015, as contratações de financiamentos de veículos atingiram R\$ 8,8 bilhões, com prazo médio de 40 meses, sendo que metade das operações foram realizadas com o prazo de até 36 meses.

A relação média da carteira entre o valor do empréstimo e o valor do veículo foi de 70,8% em dezembro de 2015, seguindo tendência de redução.

Brasil – Pessoa Jurídica

Grandes Empresas

O saldo da carteira de crédito de grandes empresas atingiu R\$ 206,0 bilhões em 31 de dezembro de 2015, apresentando aumento de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em derivativos, somos líderes na CETIP em volume financeiro e quantidade de contratos. Focamos em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e *commodities* junto aos nossos clientes.

Micro, Pequenas e Médias Empresas

O saldo da carteira de crédito atingiu R\$ 82,6 bilhões em 31 de dezembro de 2015, redução de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mantivemos o foco na revisão e simplificação de nossa oferta de produtos para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Como exemplo, a “Conta Certa”, que, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC's, TED's, custódia de cheques, entre outros, de acordo com a sua necessidade.

América Latina

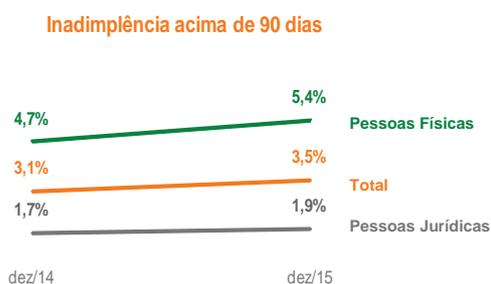
O saldo da carteira de crédito da América Latina apresentou um crescimento de 34,9% em relação a Dezembro de 2014. Sem considerar o efeito da variação cambial das respectivas moedas locais frente para o real, a variação da carteira no período foi de 7,3%.

Destacamos o aumento de 35,8% (8,1% em moeda constante) no Chile, com crescimento de 44,1% (14,8% em moeda constante) na carteira de crédito de pessoas físicas e 30,5% (3,9% em moeda constante) na carteira de crédito de pessoas jurídicas.

Inadimplência

Nossa estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2011, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador de nossa carteira. Em função da conjuntura econômica:

- índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,5% em 31 de dezembro de 2015, aumento de 0,4 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2014.
- na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 5,4% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- na carteira de clientes pessoas jurídicas atingiu 1,9% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.



O índice de cobertura da carteira com atraso acima de 90 dias atingiu 164% em dezembro de 2015, crescimento de 4,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

4.2.3) Solidez do Capital

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN (Consolidado Prudencial*), conforme evidenciado pelo índice de Basileia e pelos índices de Capital Principal e Nível II (consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos – Pilar 3” no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Governança Corporativa).

Ao final de dezembro de 2015 o índice de Basileia atingiu 17,8%, sendo 14,0% de Capital Principal, composto principalmente por capital social, certas reservas e lucros retidos e ajustes prudenciais, e 3,8% de Capital Nível II, composto principalmente por dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver perdas.

O montante de nossas dívidas subordinadas que integram o Nível II do nosso capital regulatório alcançou R\$ 27,1 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

(*) Consolidado Prudencial: Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

4.2.3.1) Classificação de Risco de Crédito pelas Agências de Rating

Em 2015, as alterações dos ratings e das perspectivas dos ratings do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco S.A. ocorreram por fatores exógenos, sendo eles: (i) alteração da metodologia global para bancos pela Moody’s; (ii) rebaixamento do rating soberano brasileiro e alteração da perspectiva de “estável” para “revisão para possível rebaixamento”, pela Moody’s; (iii) rebaixamento do rating soberano brasileiro para grau especulativo pela Standard & Poor’s; e (iv) dois rebaixamentos do rating soberano do Brasil, sendo o segundo para grau especulativo, pela Fitch Ratings. Os ratings do Itaú Unibanco S.A. são grau de investimento pela Fitch Ratings e Moody’s e o do Itaú Unibanco Holding S.A. é grau de investimento pela Fitch Ratings. Consulte mais informações sobre ratings no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Opinião de Mercado > Ratings).

4.3) Serviços

Buscamos constantemente implementar e focar na oferta de novos produtos e serviços que agregam valor aos nossos clientes e diversificam nossas fontes de resultados, possibilitando o crescimento de nossas receitas não financeiras, advindas principalmente de prestação de serviços e de seguridade (operações de seguros, previdência e capitalização).

Gestão de Ativos

Em dezembro de 2015, atingimos R\$ 473,1 bilhões^(f) em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 15,9% do mercado. Tivemos crescimento de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior em recursos sob gestão, com destaque para os fundos de renda fixa e previdência. Além da forte presença local, temos presença nos principais centros financeiros mundiais com profissionais estrategicamente alocados, buscando oportunidades e soluções de investimento adequadas a diferentes perfis de clientes. A Kinea, empresa de gestão de investimentos alternativos do conglomerado Itaú Unibanco, possui R\$ 6,9 bilhões de ativos sob gestão.

(f) Fonte: Ranking de Gestão ANBIMA – dados de dezembro/2015. Considera as empresas Itaú Unibanco e Intrag.

Serviços de Custódia e Escrituração

No mercado de custódia, somamos R\$ 1,0 trilhão de ativos, segundo o ranking ANBIMA em novembro de 2015, representando aumento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior^(g).

Prestamos serviços a 222 empresas listadas na BM&FBOVESPA, representando 62,0% do mercado de Escrituração de Ações. Também atuamos como escriturador de 498 emissões de debêntures até novembro de 2015, o que representa 51,8% do mercado^(g).

(g) Fonte: Itaú Unibanco, ANBIMA e BM&FBovespa (novembro/15).

Private Bank

Com uma plataforma completa de gestão de patrimônio global, somos líderes de mercado no Brasil e um dos principais *players* da América Latina. Nossa equipe multidisciplinar, formada por *private bankers*, consultores de investimentos e especialistas de

produtos, atende nossos clientes em escritórios em 8 cidades do Brasil e também no exterior em Zurique, Miami, Nova Iorque, Santiago, Montevidéu, Assunção e Nassau.

Em 2015, fomos reconhecidos pelas principais publicações do mercado de Private Bank “*Best Private Banking Services Overall in Brazil*” pela revista Euromoney, “*Best Private Bank in Brazil*” pela PWM/The Banker, “*Outstanding Global Private Bank – Latin America*” pela Private Banker International e “*Best Private Bank in Brazil*” e “*Best Private Bank in Latin America*” pela Global Finance. Essas premiações são resultado da avaliação de importantes instituições e participantes do mercado de *Wealth Management* e consideram o relacionamento com cliente, gestão de portfólio, alocação de ativos, oferta, controle de risco e estratégia do negócio.

Consórcio (Veículos e Imóveis)

Em dezembro de 2015, o saldo de parcelas a receber atingiu R\$ 11,8 bilhões, com aumento de 8,0% em relação a dezembro de 2014.

No mesmo período atingimos aproximadamente 415 mil contratos ativos, apresentando aumento de 3,3% em relação ao ano anterior.

As receitas de administração alcançaram R\$ 683,7 milhões de janeiro a dezembro de 2015.

Banco de Investimentos

Destacamos entre janeiro e dezembro de 2015, nossa operação de Fusões e Aquisições, que prestou assessoria financeira a 54 transações na América Latina, totalizando US\$ 11,1 bilhões, obtendo posição de liderança no *ranking* da Thomson Reuters.

Em renda fixa local, participamos em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que envolveram R\$ 14,2 bilhões no período de janeiro a novembro de 2015. Em emissões internacionais de renda fixa de empresas latino americanas, originamos US\$ 1,8 bilhão no período, de acordo com a Dealogic ^(h).

Para atendimento dos clientes internacionais, contamos com unidades na Argentina, Chile, Colômbia, Emirados Árabes, Estados Unidos, Hong Kong, México, Reino Unido e Peru, operando, nesse último país, por meio de escritório de representação. Nesse mesmo período, recebemos os prêmios “*Most Innovative Investment Bank in LatAm 2015*” pela The Banker e “*Best Investment Bank in Latin America*”, “*Best Investment Bank in Brazil*”, “*Best Investment Bank in Argentina*”, “*Best M&A Bank in Latin America*” e “*Best Equity Bank in Latin America*” promovidos pela Global Finance.

^(h) Considera apenas operações em dólar e moeda local, com volume superior a US\$ 50 milhões.

rede Meios de Pagamentos Eletrônicos



No período de janeiro a dezembro de 2015 atingimos 4.028,1 milhões de transações em cartões de débito e crédito, um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor transacionado de cartões de crédito foi de R\$ 249,7 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015. Esse valor representa 65,2% do total dos

negócios gerados pela adquirência, com crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior.

O valor capturado nas transações de cartões de débito foi de R\$ 133,4 bilhões e representou 34,8% do valor transacionado total no período de janeiro a dezembro de 2015, com aumento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Encerramos o período com 1,9 milhão de equipamentos instalados, crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior.

A REDE e a Poynt Co., celebraram um acordo exclusivo para a distribuição de um novo modelo de terminal para aceitar pagamentos em cartão no varejo. Os novos dispositivos serão ofertados para os lojistas ao longo de 2016.

Em 2015, fomos eleitos a empresa do ano no Prêmio Época Reclame Aqui na categoria “Meios de Pagamentos Eletrônicos”, promovido pela Revista Época e Reclame Aqui. Também no período, a marca REDE foi eleita como uma das 25 marcas mais valiosas do país na pesquisa “Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2015”, realizada pela Interbrand.

4.4) Itaú Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

Seguros ⁽ⁱ⁾

Continuamos a concentrar esforços na distribuição por meio de canais próprios, priorizando a comercialização através dos canais mais eficientes, que geram impactos positivos para a nossa operação.

O lucro líquido apresentou redução de 6,2% no acumulado até dezembro de 2015 em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função da rescisão antecipada do contrato entre Itaú Seguros S.A. e Via Varejo ocorrida no terceiro trimestre de 2014.

O resultado das atividades foco⁽ⁱ⁾ de seguros apresentou crescimento de 0,8% em 2015 em comparação com o ano anterior. Os prêmios ganhos apresentaram redução de 6,4% em relação a 2014, atingindo R\$ 5,6 bilhões no período. Os sinistros retidos alcançaram R\$ 1,6 bilhão em 2015, redução de 21,0% em relação a 2014. As quedas nos prêmios ganhos e nos sinistros retidos foram influenciadas pela venda da carteira de grandes riscos em 2014.

Em 2015, o índice de sinistralidade foi de 27,7%, redução de 5,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. O índice combinado no período foi de 70,3%, redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 4,8 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

A comercialização nos canais *bankline/internet*, caixa eletrônico, *bankfone* e terminal de caixa representaram 40,2% do total de vendas a correntistas no período de janeiro a dezembro de 2015. O crescimento das vendas de seguros a correntistas no caixa eletrônico foi de 39,1% no acumulado até dezembro de 2015 em relação ao ano anterior, passando a representar 9,1% das vendas de seguros a correntistas no período. O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representaram 7,8% das vendas totais de seguros a correntistas no quarto trimestre de 2015.

⁽ⁱ⁾ Não considera nossa participação na Porto Seguro.

⁽ⁱⁱ⁾ Nossas atividades foco consistem na oferta de produtos massificados de Pessoas, Patrimoniais, Prestamista, Previdência e Capitalização.

Previdência

A captação bruta total dos planos de previdência totalizou R\$ 20,5 bilhões em 2015, crescimento de 17,0% em relação ao ano anterior. A captação dos planos de previdência de pessoas físicas alcançou R\$ 18,4 bilhões no período.

As receitas com taxas de administração evoluíram 9,9% em relação ao período de janeiro a dezembro de 2014, atingindo R\$ 1,3 bilhão. Já as provisões técnicas cresceram 19,9% em relação a 2014, somando R\$ 124,6 bilhões ao final de dezembro de 2015, influenciadas principalmente pelo aumento das provisões do produto VGBL.

Em novembro de 2015, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), a nossa participação de mercado de provisões técnicas^(k) totais foi de 23,8% e de planos individuais foi de 24,1%.

(k) Fonte: FENAPREVI – dados de novembro/2015.

Capitalização

Em capitalização, atingimos 14,0 milhões de títulos vigentes em 31 de dezembro de 2015, apresentando redução de 5,8% em relação ao ano anterior. As provisões técnicas de capitalização alcançaram R\$ 3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2015, e a arrecadação com títulos de capitalização atingiu R\$ 2,8 bilhões em 2015, com crescimento de 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O volume de arrecadação de correntistas em 2015 apresentou crescimento de 22,5%.

O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representaram 4,9% das vendas totais de títulos de capitalização a correntistas no quarto trimestre de 2015.

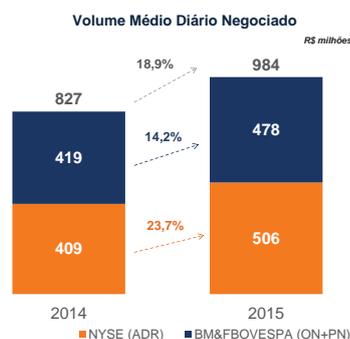
Mantivemos nossa liderança em resultado técnico^(l), considerando o mercado total de capitalização, com participação de mercado de 29,4% no acumulado de janeiro a novembro de 2015, de acordo com a SUSEP.

(l) Fonte: SUSEP (novembro/2015). Resultado Técnico = Receitas líquidas com título de capitalização (+) Resultado com sorteios (-) Custos de aquisição (+) Receita com resgates de título.

4.5) Mercado de Ações

Valor de mercado - em 31 de dezembro de 2015, figuramos como a segunda maior empresa no Brasil pelo critério de valor de mercado (R\$ 155,7 bilhões) e a primeira entre as instituições financeiras, de acordo com *ranking* da *Bloomberg*.

Quantidade de negócios - a quantidade média diária de negócios de nossas ações na BM&FBOVESPA de janeiro a dezembro de 2015 foi de 32,0 mil por pregão, 25,5% superior ao volume verificado no ano anterior, com volume médio por negócio de R\$ 15,0 mil. Comparativamente, no Ibovespa, a quantidade média diária de negócios cresceu 6,1% e o volume médio por negócio foi de R\$ 7,2 mil. Na NYSE, a quantidade média diária de negócios do ITUB foi de 36,7 mil por pregão, 0,3% superior em relação ao acumulado de janeiro a dezembro de 2014, com volume médio por negócio de R\$ 13,8 mil.



Retorno aos Nossos Acionistas

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP):

remuneramos nossos acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares de dividendos e JCP. No acumulado de janeiro a dezembro de 2015, pagamos ou provisionamos R\$ 7,3 bilhões em dividendos e JCP, líquido de impostos.

Retorno do Investimento: em 31 de dezembro de 2015^(m), o retorno do investimento em dividendos e JCP ao acionista em relação ao preço da ação em 2 de janeiro de 2015, líquido de impostos, foi de 3,75%.

(m) Considera o total de Dividendos/JCP distribuídos no acumulado de 12 meses.

Relações com o mercado

Em 2015, participamos de 30 conferências e 9 *road shows* no Brasil e exterior, e realizamos 22 reuniões Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais) neste ano pelo Brasil, com a presença de mais de 2,6 mil participantes, fortalecendo o nosso relacionamento com acionistas, analistas e investidores do mercado de capitais. Como resultado de nossas atividades, recebemos os seguintes reconhecimentos:

2015 Latin America Executive Team Rankings –

promovida pela Revista Institutional Investor, fomos reconhecidos em 9 de 11 categorias: Melhor Relações com Investidores; no *buy-side* e no *sell-side*; Melhor CEO, no *buy-side* e no *sell-side*; Melhor CFO no *buy-side*; Melhor Profissional de Relações com Investidores: 1º lugar no *buy-side* e no *sell-side* e 2º lugar no *buy side*; Melhores encontros de Relações com Investidores.

Prêmio IR Magazine Awards Brazil 2015 –

realizado pela IR Magazine e pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), fomos reconhecidos em 3 categorias: Melhor Relações com Investidores no Setor Financeiro; Melhor uso de tecnologia (*large cap*); e Melhor Relatório Anual.

Apresentamos no quadro abaixo os principais indicadores de mercado em 31 de dezembro de 2015:

Ações	R\$		%
	31/dez/2015	31/dez/2014	
Lucro Líquido por ação - básico ⁽¹⁾			
Ações Ordinárias	4,30	3,58	20,1
Ações Preferenciais	4,30	3,58	20,1
Lucro Líquido por ação - diluído ⁽²⁾			
Ações Ordinárias	4,28	3,56	20,2
Ações Preferenciais	4,28	3,56	20,2
Dividendos/JCP Líquidos por ação	1,2376	1,2204	1,4
Valor de Mercado (bilhões) ⁽³⁾⁽⁴⁾	155,7	190,2	(18,1)

(1) Calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista pelo número médio de ações, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa mantidas;

(2) Calculado de forma similar ao (1), incluindo o denominador (média ponderada ajustada de ações) as ações referentes as Opções de Ações concedidas para o Plano de Outorga de Opções, assumindo o potencial de exercício de Opções de Ações desse plano (Nota 2 b);

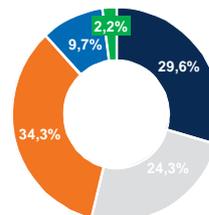
(3) Calculado com base na cotação de médias ações preferenciais no último dia do período de cotação de ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação ao final do período;

(4) Considerando a cotação de fechamento das ações ON e PN multiplicada pelo total de ações em circulação de cada classe de ação o valor de mercado atingiu R\$ 150,6 bilhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 183,1 bilhões em 31 de dezembro de 2014, resultando em uma variação de 17,8%.

4.6) Demonstração do Valor Adicionado

A distribuição de valor adicionado é uma referência contábil que permite enxergar como a geração de valor do banco é distribuída entre seus diversos públicos. Nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 59,5 bilhões em 2015 (desconsidera o efeito fiscal do hedge), um aumento de 7,6% em relação a 2014. Este resultado refere-se ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros

acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos, conforme ilustrado a seguir:



■ Colaboradores ■ Tributos ■ Reinvestimento ■ Acionistas ■ Aluguéis

5) NOSSA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Buscamos a evolução constante das nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o nosso crescimento sustentável. Nesse sentido, em 2001 fomos uma das primeiras empresas a aderir voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e em 2002, registramos nossos ADSs de Nível II na NYSE. Somos voluntariamente aderentes ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Nossas práticas de governança têm sido reconhecidas e, como resultado, as nossas ações passaram a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA desde sua criação em 2005, e a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* desde sua criação em 1999. Adotamos um Código de Ética que se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores. O nosso Código baseia-se em princípios que sustentam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, para o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos e para a busca permanente pelo desenvolvimento.

Possuímos a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na divulgação de ato ou fato relevante e na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas. Além dessa política, também

adotamos a Política de Negociação de Valores Mobiliários, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pela companhia e pessoas a ela vinculadas para a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia.

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam devidamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma conjunta.

A Assembleia Geral é o órgão soberano de tomada de decisões e reúne os acionistas ordinariamente antes do final de abril de cada ano e, excepcionalmente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios. A eleição de seus membros é feita anualmente e o desempenho do Conselho é avaliado a cada mandato, visando assegurar que seus membros estejam alinhados com os valores da organização e que eles representem os interesses dos nossos acionistas.

Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 12 membros, sendo 4 independentes (33%). Temos 7 comitês que se reportam ao Conselho de Administração: Auditoria, Remuneração, Pessoas, Nomeação e Governança Corporativa, Estratégia, Gestão de Risco e de Capital e Partes Relacionadas. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho para um

mandato de um ano e devem ter comprovado conhecimento nas respectivas áreas de atuação. No nosso site de Relações com Investidores estão disponíveis essas e outras informações sobre a nossa estrutura de governança corporativa: <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa>.

6) CONTROLES CORPORATIVOS

6.1) Gerenciamento de Riscos e Capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando maximizar a criação de valor para os acionistas. Nosso gerenciamento de risco é o processo pelo qual:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais em nossas operações; e
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias.

Nossa carteira é administrada buscando as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e os objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Adotamos postura prospectiva no gerenciamento do nosso capital compreendendo as seguintes etapas: identificação e análise dos riscos materiais, planejamento de capital, realização de testes de estresse com foco na análise de impacto de eventos severos sobre nosso nível de capitalização, manutenção de plano de contingência de capital, avaliação interna da adequação de capital e elaboração de relatórios gerenciais.

6.2) Prevenção à lavagem de dinheiro e atos ilícitos

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e as fraudes. O grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais. Estabelecemos uma política corporativa com o intuito de prevenir nosso envolvimento com atividades ilícitas, proteger nossa reputação e imagem perante os colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também buscamos nos alinhar continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de nossos colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes da política corporativa, estipulamos um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se a todo o nosso conglomerado, incluindo nossas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Compliance e Risco Operacional, Comitê Interno de Risco Operacional e pelo Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

6.3) Estrutura Operacional e Controles Internos

A gestão integrada de risco operacional, controles internos e *compliance* segue política interna aprovada pelo Conselho de Administração e está estruturada em 3 linhas de defesa:

- 1ª linha: representada pelas áreas de negócios e de controle de riscos, tendo como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco operacional, assim como manter um efetivo ambiente de controles (incluindo o cumprimento de normas internas e externas).
- 2ª linha: representada pela área de controles internos / validação independente, tendo como responsabilidades, entre outras, divulgar e garantir a aplicação das decisões, políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional, assim como validar, de forma independente, políticas e processos.
- 3ª linha: representada pela área de Auditoria Interna, tendo como responsabilidades, entre outras, verificar de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos.

Seguindo as melhores práticas do acordo de Basileia, realizamos validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada pela Diretoria de Controles Internos e Compliance (DCIC) que, por ser apartada das áreas de negócio e controle de risco, garante a independência das avaliações.

6.4) Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação é responsável por prover informações estruturadas e consolidadas dos principais riscos de segurança da informação nos diferentes níveis da organização, objetivando a redução de perdas financeiras e risco de imagem no Brasil e Exterior, a partir da definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda cadeia de informações.

Monitoramos e tratamos qualquer tipo de ataque e incidentes de segurança, de forma ágil e eficaz, administrando todas as ferramentas de segurança com tecnologias.

Realizamos a gestão de acessos aos sistemas e recursos de forma eficiente, acompanhando as movimentações necessárias para manter a segurança na consulta a sistemas e informações.

Trabalhamos em conjunto com as áreas de negócio e tecnologia para manter a arquitetura de soluções e produtos com o maior grau de segurança.

Somos certificados nas páginas públicas do site www.itaubank.com.br pela norma brasileira NBR ISO/IEC 27001, com a finalidade de assegurar a proteção e a privacidade das informações fornecidas pelos clientes e outras fontes, com fins únicos e exclusivos, para o atendimento dos objetivos definidos nos seus produtos e serviços interativos.

7) PESSOAS

Contávamos com 90.320 colaboradores no final de dezembro de 2015, incluindo 6.839 colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa dos nossos colaboradores, somada aos seus encargos e benefícios, totalizou R\$ 13,0 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 12,6% em relação ao ano anterior.

Em 2015, tivemos mais de R\$ 202,0 milhões de investimentos em programas de treinamento, totalizando cerca de 1,5 milhão de horas.

Do total de contratações realizadas em 2015 destacamos os seguintes programas:

- 109 pessoas para o Programa Trainee 2016. Participaram do processo seletivo jovens de todo o Brasil, além de estagiários e colaboradores do banco elegíveis ao programa.
- 4.008 estudantes para o Programa Estágio Itaú Unibanco, cujo índice de efetivação foi de 49%.
- 1.741 colaboradores para o Programa Aprendiz.
- 218 colaboradores para o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência.

O índice de rotatividade, que mede a relação entre colaboradores contratados e desligados (voluntária ou involuntariamente) no ano de 2015 foi de 10,6%. Investimos em programa de realocação de colaboradores, cujo objetivo é buscar oportunidades internas, levando em consideração a disponibilidade de vagas em aberto e o perfil profissional dos candidatos internos. No Programa Oportunidade de Carreira (POC), que disponibiliza vagas para movimentação interna entre as áreas, foram alocados internamente 1.598 colaboradores. Realizada anualmente, a Pesquisa Fale Francamente mede a satisfação dos colaboradores com relação ao ambiente organizacional e à gestão de pessoas. Em 2015, tivemos a participação voluntária de 88% dos colaboradores no Brasil e no exterior. O índice de satisfação foi de 82% no Brasil e no exterior, crescimento de 2,0 pontos percentuais em relação a 2014.

Em 2015, conquistamos pela 7ª vez, sendo a 5ª consecutiva, o prêmio “Melhores Empresas para Você Trabalhar” promovido pela revista *Você S/A* em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA).

Também pela 7ª vez, sendo a 3ª consecutiva estamos entre “As Melhores na Gestão de Pessoas”, em pesquisa conduzida pela revista *Valor Carreira* e a consultoria Aon.

Outro importante reconhecimento recebido em dezembro de 2015 foi a classificação, pelo 2º ano consecutivo, entre As Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência. Esta foi a 2ª edição da pesquisa que é realizada pelo Governo do Estado de São Paulo – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

8) SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está incorporada à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários. A nossa atuação é fundamentada por três focos estratégicos: educação financeira, diálogo e transparência e riscos e oportunidades socioambientais.

O gerenciamento do risco socioambiental baseia-se na identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos. Em fevereiro de 2015, a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental foi revisada e publicada com base nos critérios estabelecidos na Resolução do BACEN 4.327. De acordo com esta política, a análise dos riscos socioambientais é realizada com base nas características, necessidades, exposição a riscos e especificidades de cada frente de negócio.

Em 2015, lançamos os *papers* “Riscos e Oportunidades Socioambientais – a trajetória do Itaú Unibanco” e “Escolhas e Dinheiro - Um estudo sobre comportamento e decisões financeiras”, que refletem o nosso posicionamento, atuação e compromissos futuros com os temas de Riscos e Oportunidades Socioambientais e Educação Financeira, respectivamente. Os materiais foram lançados em eventos de engajamento, com a presença de *stakeholders* de sustentabilidade, reunindo mais de 250 pessoas.

Itaú Unibanco passa a integrar o Índice de Sustentabilidade Euronext Vigeo – Emerging 70 –

Em dezembro de 2015, fomos selecionados pela primeira vez para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade da *Euronext Vigeo – Emerging 70*. O índice é composto por 70 companhias, selecionadas dentre 900 empresas listadas em países em desenvolvimento, que apresentaram as melhores performances em responsabilidade corporativa, segundo os ratings atribuídos pela Vigeo.

Participação no Dow Jones Sustainability World Index (DJSI) –

Pelo 16º ano consecutivo fomos selecionados para compor o *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)*, principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2015/2016. Nesta edição, atingimos a melhor nota do setor bancário nos quesitos “Política/Medidas Anticrime”; “Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico”; “Inclusão Financeira” e “Reporte Social”. Além disso, o Itaú Unibanco foi selecionado também para compor a carteira *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*.

Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE) – Pelo 11º ano consecutivo fomos selecionados para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2016. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial. Seus objetivos são funcionar como uma referência para o investimento socialmente responsável e atuar como indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Instituição Financeira Mais Sustentável - Em novembro de 2015, fomos eleitos pela Revista Exame a instituição financeira mais sustentável de 2015. Também fomos reconhecidos como a empresa destaque na categoria “Direitos Humanos” por conta da nossa política de respeito à diversidade e combate a discriminação no ambiente de trabalho. O reconhecimento é o mais importante para o setor dentro do território nacional.

8.1) Satisfação de Clientes

A satisfação de clientes é um valor fundamental para nós e está afirmada em nossa visão: “Ser líder em performance sustentável e em satisfação de clientes”. Assim, focamos no monitoramento permanente sobre os níveis de satisfação de clientes bem como a atenção às suas manifestações.

Em relação às manifestações de nossos clientes, foram registrados 143 milhões de atendimentos em nossos canais, considerando-se apenas os atendimentos com a participação de nossos colaboradores ou representantes. Destes, mais de 93% se referiram à prestação de informações, consultas e solicitações, e pouco mais de 6% a insatisfações.

Do total de atendimentos, mais de 99,5% das questões foram resolvidas ou esclarecidas nos próprios serviços de atendimento do banco. O restante, evoluiu para outros órgãos de atendimento ao consumidor ou para o judiciário. Apesar dos altos índices de retenção apresentados por nossos canais internos, continuamos investindo prioritariamente em uma agenda de melhorias de processos para aumentar ainda mais a satisfação dos nossos de clientes.

9) INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Os investimentos realizados na área social – principalmente aqueles voltados ao aprimoramento da educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade urbana – estão vinculados ao nosso propósito de transformar o mundo das pessoas para melhor.

Nosso objetivo é empregar a mesma expertise e eficiência que aplicamos aos negócios no desenvolvimento de projetos, tecnologias e ferramentas que estimulem as pessoas a obter mais conhecimento e mais consciência crítica, para fazerem melhores escolhas.

Em 2015, investimos R\$ 547,6 milhões em projetos, seja por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), seja através de doações e patrocínios realizados pelo Itaú Unibanco,

contribuindo em projetos voltados à educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.

Patrocínio	Valor (R\$ milhões)	Número de Projetos
Não incentivado⁽¹⁾	341,4	194
Educação	188,8	170
Cultura	77,6	6
Esporte	6,0	4
Mobilidade Urbana	69,0	14
Incentivado⁽²⁾	206,2	338
Educação	23,3	100
Saúde	65,6	60
Cultura	98,5	155
Esporte	18,8	23
Total	547,6	532

(1) Recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos.
(2) Recursos com incentivo fiscal através de leis como Rouanet, Incentivo ao Esporte, entre outras.

9.1) Educação e Saúde

Fundação Itaú Social - com atuação em todo o território brasileiro, tem como foco o desenvolvimento, a implantação e a disseminação de tecnologias sociais que visam o progresso das políticas públicas de educação, a potencialização do engajamento dos nossos colaboradores – e da sociedade em geral – por meio da cultura do voluntariado e a avaliação sistematizada de projetos e políticas sociais. Assim, sua operação é totalmente baseada em parcerias com o governo, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e outros, a fim de promover maior entendimento e cooperação voltados à melhoria de políticas públicas. Em 2015, destacamos os seguintes programas:

- **Coordenadores de Pais:** estratégia de aproximação família-escola. A metodologia foi implantada nas 424 unidades de ensino de Salvador, após um ano de projeto-piloto. Em 2015, o programa foi desenvolvido em outras quatro localidades brasileiras;
- **Itaú Criança:** campanha de incentivo à leitura que distribuiu gratuitamente mais de 40 milhões de livros; e
- **Prêmio Itaú-Unicef:** na sua 11ª edição, os gestores sociais e educadores participaram na formação sobre educação integral.

Instituto Unibanco - concebe, avalia e dissemina soluções no sentido de provocar mudanças na realidade do Ensino Médio para ampliar as oportunidades educacionais dos jovens, em busca de uma sociedade mais justa e transformadora.

Os principais programas são:

- **Jovem de Futuro:** em 2015, 1.394 escolas públicas participaram do Jovem de Futuro, beneficiando 644,6 mil estudantes (segundo o Censo Escolar de 2014), em sete estados. Cerca de 3,8 mil diretores, coordenadores pedagógicos e técnicos das Secretarias Estaduais de Educação participaram de formações presenciais e mais de 28,5 mil professores participaram de formação à distância.

- **Estudar Vale a Pena:** em 2015, 848 voluntários trabalharam em ações que beneficiaram aproximadamente 6,8 mil alunos do Ensino Médio.
- **Fomento:** visa melhoria da gestão escolar com foco na promoção da equidade de gênero e racial. Em 2015, foram apoiados 10 projetos para a equidade racial e foram selecionados 10 projetos para equidade de gênero (dentre 171 inscritos), a serem apoiados em 2016.

9.2) Cultura

Instituto Itaú Cultural - em 2015, o Itaú Cultural celebrou 28 anos de compromisso com a arte e cultura brasileira. Com atuação no mapeamento, apoio e difusão da arte e cultura brasileira, o instituto promoveu um intenso número de atividades gratuitas tanto em sua sede em São Paulo, quanto em outras localidades do Brasil e do exterior. Foram mais de 720 atividades nacionais e internacionais realizadas ao longo do ano de 2015, com 390 mil visitantes aos programas desenvolvidos, 22 exposições, duas delas no Espaço Memória, e mais de 10,5 milhões de acessos únicos ao site.

Em 2015, foi lançada a 17ª edição do Programa Rumos, que teve mais de 12 mil projetos inscritos e o projeto Caminhadas Rumos, que passou por todos os Estados do Brasil e reuniu mais de 2,3 mil pessoas. No mesmo ano, a sede em São Paulo foi palco de uma exposição de obras da última edição do Programa.

Celebrando um ano de existência, o Espaço Olavo Setubal, que conta com mais de 1.300 itens do nosso acervo, foi visto por mais de 57 mil visitantes.

Sob a gestão do Itaú Cultural, de janeiro a dezembro de 2015, o Auditório Ibirapuera apresentou 164 espetáculos (82 gratuitos) para mais de 371 mil pessoas.

Desde 2009, o Instituto está presente no Facebook, contando com 735 mil fãs, a maior página de uma instituição cultural do Brasil. Além disso, atuamos no Twitter (94 mil seguidores), no canal do Youtube (contamos com mais de 4,6 milhões de visualizações distribuídas em um acervo de mais de 4,6 mil vídeos sobre arte e cultura brasileira) e no Instagram (mais de 22 mil seguidores). Também no período, foi lançado o site dedicado ao público infantil “O Mundo de Bartô no Itaú Cultural”.

Espaço Itaú de Cinema - criado em 1995, como Espaço Unibanco, possui salas de cinema que promovem filmes independentes em todo Brasil. Presente em seis cidades com oito complexos, suas 56 salas de exibição contribuem para o acesso à cultura no Brasil. Em 2015, cerca de 3,5 milhões de pessoas foram ao Espaço Itaú de Cinema.

9.3) Esporte

Investimos no desenvolvimento do esporte por acreditarmos no seu potencial de transformação a partir da construção de cidadania.

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos, com o patrocínio da transmissão dos jogos de diversas competições. Desde 2008 patrocinamos a Seleção Brasileira em todas as suas categorias. Além do futebol, apoiamos vários projetos no circuito do Tênis como o Projeto Campeões da Vida do Instituto Guga Kuerten, o Circuito Tênis para todos e a Caravana do Esporte.

A Caravana do Esporte capacitou, desde 2009, quase 18 mil professores de 17 estados brasileiros, atendendo a mais de 200 mil crianças de forma direta e 1,8 milhão de forma indireta.

Além disso, patrocinamos o Campeonato Internacional Juvenil de Tênis de Porto Alegre, a Liga de Desporto Universitário, maior projeto esportivo universitário do País, e o Circuito Feminino Future de Tênis, torneio internacional da série.

Também apoiamos, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o Circuito de Tênis Escolar e Universitário, que teve início em 2009 com o objetivo de promover o esporte atrelado à educação.

Estivemos presentes em torneios como Rio Open e Miami Open, além de realizarmos anualmente o Itaú Master Tours (13ª edição).

9.4) Mobilidade Urbana

Investimos na causa da mobilidade urbana em grandes centros, valorizando a bicicleta como meio de transporte, transformando a forma como as pessoas vivenciam e se relacionam com suas cidades. Para atingir este objetivo, nossa plataforma é composta por programas de compartilhamento de bicicletas, ações para melhoria da infraestrutura nas cidades e iniciativas de conscientização para uma convivência mais harmônica entre os diferentes meios de transporte.

Em 2015, além de buscar melhorias nos programas existentes em sete cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília), investimos em ações para o público infantil, com destaque para o Escolinha bike, que atingiu mais de 12 mil crianças em 3 meses. Além disso, instalamos 3 novos bicicletários em container e iniciamos um programa inovador de Mobilidade por Bicicletas em Fernando de Noronha, que será concluído em 2016. Contribuímos ainda para a inclusão da bicicleta nos Centros de Formação de Condutores (CFCs) de todo o Estado de Pernambuco.

10) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No período de janeiro a dezembro de 2015, recebemos alguns reconhecimentos que contribuíram para o fortalecimento da nossa reputação. Abaixo a lista de prêmios recebidos pelo banco durante o período:

Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2015 (Interbrand)	Com marca avaliada em R\$ 24,5 bilhões, valor superior aos últimos três anos, em dezembro de 2015 conquistamos mais uma vez a 1ª colocação no ranking da Interbrand que avalia as Marcas Brasileiras Mais Valiosas de 2015. Esta é a 12ª vez que a nossa marca ocupa o 1º lugar, desde a criação da lista em 2001. Em sua 12ª edição, a pesquisa analisa as diferentes maneiras pelas quais uma marca impacta uma organização, desde sua influência sobre os resultados financeiros até a satisfação das expectativas dos clientes.
As empresas mais admiradas do Brasil (Carta Capital)	Em outubro de 2015, conquistamos a 1ª colocação no segmento "Bancos de Varejo" na 18ª edição da pesquisa promovida pela revista Carta Capital. Na classificação geral — em que independe o setor —, conquistamos a 5ª posição.
Anunciante do Ano - Prêmio Caboré 2015 (Meio & Mensagem)	Em novembro de 2015, conquistamos pela 5ª vez o Prêmio Caboré como Anunciante do Ano, e continuamos como o maior vencedor do prêmio nesta categoria. Criado em 1980, pelo jornal Meio & Mensagem, o Prêmio Caboré é considerado o maior prêmio da propaganda brasileira e consagra os principais profissionais e empresas que contribuem para o desenvolvimento da indústria da comunicação no Brasil.
Prêmio Aberje (Aberje)	Conquistamos em novembro de 2015 diversas premiações na edição 2015 do Prêmio Aberje, tanto na etapa regional quanto na nacional. Os projetos vencedores foram "90 anos do Itaú Unibanco" na categoria "Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial" e "Mobilidade Urbana no Itaú: uma causa além das laranjinhas" na categoria "Comunicação e Relacionamento com Organizações Governamentais". Já na etapa regional, o destaque foi o case O gibi da memória – a história dos 90 anos do Itaú Unibanco contada em quadrinhos.
DatacenterDynamics Awards (DatacenterDynamics)	Em novembro de 2015, conquistamos o prêmio na categoria "Melhor Projeto de Transformação em Data Center", com o case "Itaú Unibanco: Transformando um Data Center em Ambiente de Densidade de Potência". Em sua 5ª edição no Brasil, o DatacenterDynamics Awards reconhece a inovação, liderança e forma de pensar diferenciada na indústria nacional de data centers.
Euromoney Cash Management Survey 2015 (Revista Euromoney)	Conquistamos em novembro de 2015 o prêmio na categoria "Best cash manager in Brazil". Para eleger os vencedores, a Euromoney realiza uma pesquisa com instituições de grande, médio e pequeno porte em mais de 60 países.
Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking	Em 2015, pelo 3º ano consecutivo, lideramos o ranking do estudo Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking, um relatório que analisa de forma independente, técnica e aprofundada as demonstrações financeiras divulgadas pelas companhias e seus concorrentes. Nosso relatório foi destacado pela apresentação contínua de informações financeiras, em linha com os requisitos regulamentares, e cuja qualidade é considerada superior quando comparadas aos nossos pares locais e internacionais.

11) REGULAÇÃO

11.1) AUDITORIA INDEPENDENTE – Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2015, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro, 23 de março e 26 de maio - aquisição de pesquisas e materiais técnicos;
- 09 de setembro – consultoria relacionada a processos internos e práticas usuais de mercado para operação de *Middle Market*;
- 23 de setembro – revisão da Escrituração Contábil Fiscal; e
- 18 de novembro – diagnóstico sobre controles nos processos de negociação de dívidas de cartão de crédito.

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

11.2) Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Itaú Unibanco (www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores) > Informações Financeiras).

12) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 01 de fevereiro de 2016).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4	18.544	17.527
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	66.556	63.106
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	30.525	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	6	254.404	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	164.311	132.944
Dados em Garantia		11.008	37.366
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		153.303	95.578
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	642	733
Derivativos	8 e 9	26.755	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	86.045	78.360
Dados em Garantia		16.706	22.250
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		69.339	56.110
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	42.185	34.434
Dados em Garantia		9.460	6.102
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		32.725	28.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	447.404	430.039
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		474.248	452.431
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.844)	(22.392)
Outros Ativos Financeiros	20a	53.506	53.649
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	4.399	4.090
Ágio	3a	2.057	1.961
Imobilizado, Líquido	15	8.541	8.711
Ativos Intangíveis, Líquido	16	6.295	6.134
Ativos Fiscais		52.149	35.243
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.088	3.329
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	47.453	31.129
Outros		2.608	785
Bens Destinados à Venda	36	486	196
Outros Ativos	20a	11.611	13.921
Total do Ativo		1.276.415	1.127.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos	17	292.610	294.773
Captações no Mercado Aberto	19a	336.643	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	412	520
Derivativos	8 e 9	31.071	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	19a	156.886	122.586
Recursos de Mercados Institucionais	19b	93.918	73.242
Outros Passivos Financeiros	20b	68.715	71.492
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	129.305	109.778
Passivos de Planos de Capitalização		3.044	3.010
Provisões	32	18.994	17.027
Obrigações Fiscais		4.971	4.465
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.364	2.835
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	370	201
Outras		2.237	1.429
Outros Passivos	20b	25.787	23.660
Total do Passivo		1.162.356	1.026.586
Capital Social	21a	85.148	75.000
Ações em Tesouraria	21a	(4.353)	(1.328)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.733	1.508
Reservas Integralizadas	21d	10.067	8.210
Reservas a Integralizar	21e	20.947	16.301
Resultado Abrangente Acumulado		(1.290)	(431)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		112.252	99.260
Participações de Acionistas não Controladores		1.807	1.357
Total do Patrimônio Líquido		114.059	100.617
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.276.415	1.127.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Fmidos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Produto Bancário		92.011	91.657	79.387
Receita de Juros e Rendimentos	23a	147.789	120.115	94.127
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(75.064)	(72.977)	(46.361)
Receita de Dividendos		98	215	205
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(11.862)	(724)	(5.924)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(6.353)	9.644	6.594
Receita de Prestação de Serviços	24	29.452	26.342	22.712
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		6.672	6.888	6.639
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	22.634	22.797	23.327
Resseguros de Prêmios	30b III	(89)	(1.031)	(1.523)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(16.460)	(15.436)	(15.628)
Receita de Operações de Capitalização		587	558	463
Outras Receitas	25	1.279	2.154	1.395
Perdas com Créditos e Sinistros		(21.335)	(15.801)	(14.870)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(24.517)	(18.832)	(17.856)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		4.779	5.054	5.061
Despesas com Sinistros		(1.611)	(2.430)	(3.155)
Recuperação de Sinistros com Resseguros	14	14	407	1.080
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		70.676	75.856	64.517
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(52.411)	(47.048)	(43.652)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(47.626)	(42.550)	(39.914)
Despesas Tributárias		(5.405)	(5.063)	(4.341)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	620	565	603
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	18.265	28.808	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(8.965)	(7.209)	(7.503)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		16.856	262	3.160
Lucro Líquido		26.156	21.861	16.522
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	25.740	21.555	16.424
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		416	306	98
Lucro por Ação - Básico	28			
Ordinárias		4,30	3,58	2,73
Preferenciais		4,30	3,58	2,73
Lucro por Ação - Diluído	28			
Ordinárias		4,28	3,56	2,72
Preferenciais		4,28	3,56	2,72
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28			
Ordinárias		3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais		2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28			
Ordinárias		3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais		2.969.647.577	3.001.704.485	2.986.498.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido		26.156	21.861	16.522
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(2.171)	583	(3.187)
Variação de Valor Justo		(6.518)	20	(6.166)
Efeito Fiscal		2.659	14	2.476
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	2.812	915	839
Efeito Fiscal		(1.124)	(366)	(336)
Hedge		(1.739)	(143)	(317)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	1.148	336	312
Variação de Valor Justo		2.104	644	541
Efeito Fiscal		(956)	(308)	(229)
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(2.887)	(479)	(629)
Variação de Valor Justo		(5.134)	(830)	(1.049)
Efeito Fiscal		2.247	351	420
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		(48)	202	(379)
Remensurações	29	(68)	332	(633)
Efeito Fiscal		20	(130)	254
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		3.099	440	635
Total do Resultado Abrangente		25.297	22.943	13.274
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		416	306	98
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		24.881	22.637	13.176

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.*

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2015, 2014 e 2013
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda (i)	Outros Resultados Abrangentes			Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
								Emprego	Benefícios Pós Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas em Hedge (ii)		
Saldos em 01/01/2013	45.000	(1.523)	888	22.423	7.379	(5.842)	2.004	648	(817)	75.902	96	75.998
Transações com os Acionistas	15.000	(331)	96	(12.404)	-	(5.842)	-	-	-	(3.481)	775	(2.706)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	96	(15.000)	-	-	-	-	-	(235)	-	(235)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	(331)	96	-	-	-	-	-	-	215	-	(62)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	331	(116)	-	-	-	-	-	-	(662)	-	(326)
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(662)	212	-	-	-	-	-	-	212	-	424
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	812	812
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.246)	(37)	(3.283)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	984	2.586	-	(5.842)	-	-	-	(1.730)	(37)	(1.767)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2013 - Exercício 2012 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(1.730)	-	-	-	-	-	(640)	-	(640)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(640)	(4)	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	(4)	16.424	(3.187)	635	(317)	13.176	98	13.274
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	16.424	(3.187)	635	(317)	16.424	98	16.522
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.246)	-	(3.246)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	583	-	(653)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	5.236	4.763	(9.999)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192
Mutação do Período	15.000	(331)	96	(8.955)	4.759	-	(3.187)	635	(317)	7.321	873	8.194
Saldos em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192
Transações com os Acionistas	15.000	526	524	(12.053)	-	(7.344)	-	-	-	(3.347)	82	(3.265)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	526	223	-	-	-	-	-	-	749	-	749
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	(35)	(26)	-	-	-	-	-	-	(53)	-	(79)
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(35)	249	-	-	-	-	-	-	(95)	-	(60)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	301	-	-	-	-	-	-	249	-	249
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	301	-	301
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.387)	167	(4.220)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	2.947	-	-	(7.344)	-	-	-	(2.597)	(85)	(2.682)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013 - Reserva Especial de Lucros	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	21.555	583	440	(143)	22.637	306	22.943
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	21.555	-	440	(143)	21.555	306	21.861
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.082	-	1.082
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	870	-	(870)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	9.178	4.163	(13.341)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617
Mutação do Período	15.000	526	524	(5.258)	4.163	-	(600)	440	(143)	16.037	388	16.425
Saldos em 01/01/2015	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617
Transações com os Acionistas	10.148	(3.025)	225	(7.445)	-	(8.207)	-	-	-	(8.304)	34	(8.270)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	10.148	-	-	(10.148)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	(3.025)	101	-	-	-	-	-	-	(2.924)	-	(2.924)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	289	45	-	-	-	-	-	-	344	-	344
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(3.324)	56	-	-	-	-	-	-	(3.324)	-	(3.324)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	124	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.504)	276	(5.228)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	2.703	-	-	(8.207)	-	-	-	(2.936)	(242)	(3.178)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	(10)	25.740	(2.171)	3.099	(1.739)	24.881	416	25.297
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	25.740	(2.171)	3.099	(1.739)	25.740	416	26.156
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(689)	-	(689)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	1.054	-	(1.054)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	11.823	4.656	(16.479)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059
Mutação do Período	10.148	(3.025)	225	1.857	4.646	-	(2.171)	3.099	(1.739)	12.992	450	13.442

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associações e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas e epígrafes são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Ajustado		56.881	58.231	47.706
Lucro Líquido		26.156	21.861	16.522
Ajustes ao Lucro Líquido:		30.725	36.370	31.184
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		180	550	212
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.681)	1.186	(2.590)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	24.517	18.832	17.856
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		15.409	7.879	4.940
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		-	-	41
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		16.460	15.436	15.628
Resultado de Operações de Capitalização		(587)	(558)	(463)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	2.828	2.544	2.333
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		1.479	1.019	801
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		3.948	3.380	4.534
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(285)	(377)	(265)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	(1.869)	(262)	(3.160)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(620)	(565)	(603)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	2.812	915	839
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(16.941)	(9.012)	(8.482)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(6.821)	(3.517)	(544)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	36	35	1
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	43	14	(10)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	11	41	10
(Ganho) Perda decorrente de Alienação do Investimento da ISSC	3c	-	(1.151)	-
Outros		(194)	(19)	107
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(91.340)	31.495	(15.176)
(Aumento) Redução em Ativos		(149.459)	8.195	(48.638)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.308	12.099	520
Aplicações no Mercado Aberto		(88.250)	11.327	27.601
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(2.762)	13.893	(13.180)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(31.056)	26.073	(3.347)
Derivativos (Ativos / Passivos)		3.008	4.525	582
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		435	(303)	(151)
Operações de Crédito		(28.103)	(42.309)	(56.661)
Outros Ativos Financeiros		2.476	(35.546)	(3.921)
Outros Ativos Fiscais		(15.037)	1.203	1.059
Outros Ativos		6.522	17.233	(1.139)
(Redução) Aumento em Passivos		58.119	23.300	33.462
Depósitos		(16.696)	(4.353)	29.466
Captações no Mercado Aberto		47.833	22.013	(723)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(434)	47	(271)
Recursos de Mercados Interbancários		33.199	3.946	14.196
Outros Passivos Financeiros		(5.222)	4.711	5.894
Provisão de Seguros e Previdência		3.067	(383)	(6.923)
Passivos de Planos de Capitalização		621	536	603
Provisões		(2.005)	(4.852)	(4.286)
Obrigações Fiscais		6.931	8.119	3.509
Outros Passivos		(2.693)	1.237	(1.247)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.482)	(7.721)	(6.756)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(34.459)	89.726	32.530
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		243	213	62
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		12.214	60.768	29.518
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		3.160	2.667	465
Alienação de Bens Destinados a Venda		123	68	111
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(43)	(14)	15
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Venda da ISSC	3c	-	1.474	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	3a	-	(88)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	104	62	60
Distrito de Contratos do Intangível	16	69	222	201
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(9.516)	(46.165)	(38.738)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(4.090)	(11.322)	(585)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Credicard	3a	-	-	(2.875)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(0)	(10)	(379)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(1.466)	(3.966)	(2.516)
Aquisição de Intangível	16	(1.158)	(1.232)	161
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(361)	2.676	(14.500)
Captação em Mercados Institucionais		6.667	207	121
Resgate em Mercados Institucionais		(5.242)	(16.158)	(5.166)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		276	167	292
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		344	535	215
Aquisições de Ações para Tesouraria		(3.324)	(35)	(662)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(242)	(85)	(37)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(7.008)	(6.319)	(5.369)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(8.529)	(21.688)	(10.606)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	(43.350)	70.714	7.425
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	125.318	55.790	45.775
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		9.681	(1.186)	2.590
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	91.649	125.318	55.790
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa				
Juros Recebidos		136.277	117.079	92.411
Juros Pagos		58.436	67.559	52.338
Transações não Monetárias				
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		2.458	2.270	1.070

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receitas	147.337	150.856	112.953
Juros, Rendimentos e outras	129.672	119.606	88.408
Prestação de Serviços	29.452	26.342	22.712
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.672	6.888	6.639
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.738)	(13.778)	(12.795)
Outras	1.279	11.798	7.989
Despesas	(86.175)	(82.962)	(56.463)
Juros, Rendimentos e outras	(75.064)	(72.977)	(46.361)
Outras	(11.111)	(9.985)	(10.102)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(14.652)	(13.833)	(12.597)
Materiais, Energia e Outros	(798)	(654)	(604)
Serviços de Terceiros	(4.044)	(4.189)	(3.215)
Outras	(9.810)	(8.990)	(8.778)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.052)	(3.870)	(3.700)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.095)	(972)	(1.361)
Instalações	(1.022)	(924)	(964)
Transportes	(411)	(432)	(454)
Segurança	(675)	(627)	(549)
Viagens	(212)	(204)	(194)
Outras	(2.343)	(1.961)	(1.556)
Valor Adicionado Bruto	46.510	54.061	43.893
Depreciação e Amortização	(2.598)	(2.468)	(2.330)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	43.912	51.593	41.563
Valor Adicionado Recebido em Transferência	620	565	603
Valor Adicionado Total a Distribuir	44.532	52.158	42.166
Distribuição do Valor Adicionado	44.532	52.158	42.166
Pessoal	17.609	15.238	14.205
Remuneração Direta	13.891	12.252	11.403
Benefícios	2.914	2.286	2.161
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	804	700	641
Impostos, Taxas e Contribuições	(522)	13.843	10.339
Federais	(1.661)	12.802	9.442
Estaduais	16	67	13
Municipais	1.123	974	884
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	1.289	1.216	1.100
Remuneração de Capitais Próprios	26.156	21.861	16.522
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	5.746	4.482	3.283
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	19.994	17.073	13.141
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	416	306	98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 para Contas Patrimoniais e De 01/01 a 31/12 de 2015, 2014 e 2013 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de Fevereiro de 2016.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2015

- IAS 19 – Benefícios aos Empregados – A entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já considera estes procedimentos.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 16 – Arrendamentos – O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os

possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2015 e em 2014, não houve aprimoramento de premissas de modelos.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreçamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, de acordo com a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e suas entidades de propósito específico, de acordo com a SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu a IAS 27 e a SIC 12.

De acordo com a IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou seus investimentos, em 1º de janeiro de 2013, a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com a IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com a IAS 27 e SIC 12. A aplicação da norma não acarretou impactos relevantes.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2015 e 31/12/2014:

	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(Nota 3b)	Instituição Financeira	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Suisse S.A.	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaúcard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA International plc	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(*)	Sociedade de Crédito	-	100,00%	-	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. - REDE	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Empresa incorporada em 31/01/2015, pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com a IFRS 3 somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com a IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras

mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação;
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo;
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- Empréstimos e Recebíveis;
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos dessa categoria têm o mesmo tratamento contábil daqueles apresentados na categoria Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente, na data em que os contratos são firmados, e subsequentemente, reconhecidos a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável e, no caso de instrumentos de patrimônio um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros disponíveis para a venda quanto a reversão dessa perda são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação, e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo

passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

São inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Sua composição está apresentada na Nota 20a.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesa de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17);
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f);
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a);
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b);
- Obrigações de Planos de Capitalização;
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

Até 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos da IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou a IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as determinações de transição da IFRS 11.

Os efeitos da adoção da IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com a IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

m) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/12/2015
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	20,00%

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cujos efeitos iniciaram a partir de 01/01/2015, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não exerceu a opção da antecipação dos efeitos conforme artigos 75 e 96. Dentre outros assuntos, a referida Lei dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.638/07, alterada pela Lei nº 11.941/09;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida lei não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo a IFRS 4, um contrato de seguro é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 (R1)– Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação em relação ao efetivamente realizado, ou mudanças em tais premissas, são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

r) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

y) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) Aquisições

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A, assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) para aquisição de 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery, pelo montante de R\$ 640.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170.

A ConectCar é uma instituidora de arranjos de pagamento próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamentos, que posiciona-se como a segunda maior empresa do setor e opera atualmente em 12 estados e no Distrito Federal. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

A operação foi aprovada pelo BACEN no dia 23 de dezembro de 2015.

A governança será compartilhada com o grupo Ultra, sendo que a efetiva aquisição e a liquidação financeira ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group) estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, que será denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e de 33,13% para o Corp Group; e
- iii. Posterior integração do Itaú BBA Colômbia S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que assinará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e terceiros.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. Contudo, conforme previsão do aditamento ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes pactuaram que o fechamento da operação ocorrerá até 2 de maio de 2016, quando estarão em condições plenas para o processo de reorganização societária.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidará o Itaú CorpBanca após o fechamento da operação.

MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.

Em 13 de março de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. assinou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil.

Os objetivos da operação são (a) ampliar os negócios de emissão e adquirência, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento; (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento; (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência; e (d) beneficiar-se da *expertise* da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia desta Aliança está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 13.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	15
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(4)
(=) Ágio	11

Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN) – Novo Acordo de Acionistas

Em 17 de julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com outras instituições financeiras, assinou novo Acordo de Acionistas, que passou a vigorar a partir da data de fechamento da operação.

Em linha com a tendência mundial de melhores práticas, o acordo prevê que, em aproximadamente 4 anos, as Partes deverão substituir parte de suas redes externas de Terminais de AutoAtendimento (TAA) pela Rede Banco24Horas, gerando eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. Além das Partes, cerca de outros 40 bancos são clientes da TECBAN.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de novembro de 2014.

Participações	Atual	Anterior
Ações	935.995.448	974.021.768
%	24,93%	25,94%

MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa

Em 20 de julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou contrato de compra e venda de ações com a MCC Inversiones Globales (MCC Inversiones) e a MCC Beneficial Owners (Pessoas Físicas Chilenas), para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Securities.

Em 01 de agosto de 2011, as partes assinaram um acordo para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Corredora de Bolsa.

Em 18 de agosto de 2014, assinaram um novo acordo antecipando a aquisição do restante das ações da MCC Securities e da MCC Corredora de Bolsa.

	Atual		Anterior	
	MCC Securities	MCC Corredora	MCC Securities	MCC Corredora
Ações	6.000.000	2.046	3.000.001	1.024
%	100%	100%	50%	50,05%

Com esta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING confirma sua relevante participação no mercado de *Private Banking* do Chile, passando a consolidar integralmente a MCC Securities e a MCC Corredora de Bolsa em suas Demonstrações Contábeis a partir de 31 de agosto de 2014, data do fechamento da operação.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

	Em milhões de US\$
Preço de Compra	77
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(13)
(-) Marca	(2)
(=) Ágio	62

BMG Seguradora S.A.

Em 25 de junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú BMG Consignado S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores do Banco BMG S.A., para aquisição de 99,996% das ações da BMG Seguradora S.A. representado por 35.292.627 ações pelo montante de R\$ 88.

A BMG Seguradora S.A. assinou acordo de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com o Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos. A aquisição da participação visa ampliar as atividades de seguridade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 27 de janeiro de 2014.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	88
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(65)
(=) Ágio	23

Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de julho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. (BIU), assinou contrato com o Citibank N.A. Uruguay Branch, com regras para a aquisição das operações de varejo no Uruguai.

Como resultado desta operação, o BIU assumiu uma carteira de clientes relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolveram principalmente as operações de cartão de crédito que o Citibank desenvolveu no país sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 31 de dezembro de 2013.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

	Em milhões de US\$
Preço de Compra	26
(-) Ativos Intangíveis Amortizáveis	(1)
(=) Ágio	25

Credicard

Em 14 de maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaucard S.A., assinou contrato de compra e venda de ações e quotas com o Banco Citibank, para aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Vendas Ltda., incluindo a marca "Credicard", pelo valor de R\$ 2.948. Estas entidades eram responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 20 de dezembro de 2013.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidou integralmente o Banco Citicard e a Citifinancial Promotora de Vendas em suas Demonstrações Contábeis a partir de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2014 o Banco Citicard foi incorporado pelo Banco Itaucard S.A.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Preço de Compra	2.948
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(1.069)
(-) Marca	(27)
(+) Passivo Fiscal Diferido	11
(=) Ágio	1.863

b) Parcerias e Associações

Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou contrato de Associação com o Banco BMG S.A. (BMG) visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A., no qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detinha o controle com participação de 70% no capital social total e votante e o BMG os 30% remanescentes. O capital social subscrito pelos acionistas foi de R\$ 1.000 na proporção de cada participação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING contribuiu com sua capacidade econômico-financeira, experiência administrativa e de controles e o BMG contribuiu com sua competência comercial e operacional, além da plataforma tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 07 de janeiro de 2013.

Em 29 de abril de 2014, foi assinado acordo que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado concentrando as operações no Itaú BMG Consignado. A partir de 25 de julho de 2014 e durante o prazo da associação, o Itaú BMG Consignado é o veículo exclusivo do BMG para a oferta de créditos consignados no território brasileiro, observadas algumas exceções.

Em contrapartida dessa unificação dos negócios, em 25 de julho de 2014 o BMG realizou um aumento de capital do Itaú BMG Consignado, no montante de R\$ 181 e, com isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter 60% de participação no capital social total e votante e o BMG passou a deter os 40% remanescentes. A possibilidade desta unificação já era prevista inicialmente.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuou a consolidar o Itaú BMG Consignado em suas Demonstrações Contábeis.

Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A.

Em 20 de agosto de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. renovou o acordo de cooperação comercial que mantém com a Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. Esse acordo prevê a exclusividade para a oferta de financiamentos em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Alienações

Operação de Seguros de Grandes Riscos

Em 04 de julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com a ACE Ina International Holdings Ltd. (ACE), em que se comprometeu a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (ISSC).

A ISSC detinha as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujos clientes eram médias e grandes empresas com apólices de valores elevados segurados.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, a ACE pagou R\$ 1,5 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias, por meio da ISSC. Em 31 de outubro de 2014, a ISSC efetuou a transferência das ações mediante a liquidação financeira por parte da ACE, com atualização do preço da operação considerando a posição do patrimônio líquido na data do fechamento da operação, no valor de R\$ 379.

Esta transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

As operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estavam classificadas dentro do segmento “Banco Varejo” nas Demonstrações Contábeis.

Via Varejo

Em 01 de outubro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Seguros S.A., recebeu da Via Varejo o valor de R\$ 584 em função da rescisão antecipada dos acordos operacionais relativos à oferta de seguro garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e Casas Bahia. O Valor recebido se refere substancialmente à restituição dos valores desembolsados nos termos contratuais, devidamente corrigidos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	18.544	17.527
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.022	13.939
Aplicações no Mercado Aberto	51.083	93.852
Total	91.649	125.318

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 8.503 (R\$ 9.142 em 31/12/2014) e R\$ 203.321 (R\$ 115.066 em 31/12/2014), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2015	31/12/2014
Não Remunerados	3.790	3.392
Remunerados	62.766	59.714
Total	66.556	63.106

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.769	756	30.525	22.135	946	23.081
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	254.404	-	254.404	208.918	-	208.918
Total	284.173	756	284.929	231.053	946	231.999

(*) O montante de R\$ 9.461 (R\$ 5.945 em 31/12/2014) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 152.551 (R\$ 88.716 em 31/12/2014) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.110	(59)	1.051	870	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	117.848	(795)	117.053	86.796	(403)	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	4.672	(241)	4.431	1.894	20	1.914
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.140	9	1.149	1.502	38	1.540
Argentina	682	14	696	594	34	628
Chile	36	-	36	132	-	132
Colômbia	77	(5)	72	85	3	88
Estados Unidos	132	-	132	447	1	448
México	3	-	3	3	-	3
Paraguai	68	-	68	128	-	128
Uruguai	40	-	40	41	-	41
Outros	102	-	102	72	-	72
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	40.659	(32)	40.627	42.207	20	42.227
Ações Negociáveis	2.231	(70)	2.161	2.383	(32)	2.351
Certificado de Depósito Bancário	2.583	-	2.583	3.281	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	1	-	1
Debêntures	4.460	62	4.522	4.203	40	4.243
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	1.015	(24)	991	1.049	12	1.061
Letras Financeiras	30.367	-	30.367	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	577	-	577
Outros	3	-	3	2	-	2
Total ⁽²⁾	165.429	(1.118)	164.311	133.269	(325)	132.944

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$7.384 (R\$ 36.544 em 31/12/2014), b) R\$ 3.541 (R\$ 531 em 31/12/2014), c) R\$ 68 (R\$ 249 em 31/12/2014) e d) R\$ 15 (R\$ 42 em 31/12/2014), totalizando R\$ 11.008 (R\$ 37.366 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	36.045	35.934	53.436	53.451
Sem vencimento	3.341	3.212	3.253	3.220
Até um ano	32.704	32.722	50.183	50.231
Não Circulante	129.384	128.377	79.833	79.493
De um a cinco anos	57.923	57.700	57.278	57.074
De cinco a dez anos	66.148	65.437	16.400	16.279
Após dez anos	5.313	5.240	6.155	6.140
Total	165.429	164.311	133.269	132.944

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 117.128 (R\$ 97.184 em 31/12/2014). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	493	13	506
Títulos Públicos - Outros Países	143	(7)	136
Total	636	6	642

	31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	601	25	626
Títulos Públicos - Outros Países	109	(2)	107
Total	710	23	733

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	-	-	468	493
Até um ano	-	-	468	493
Não Circulante	636	642	242	240
De um a cinco anos	636	642	242	240

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 7.757 (R\$ 3.826 em 31/12/2014) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial	Custo Amortizado		
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos de Futuros	589.451	(71)	600	529
Compromissos de Compra	189.037	702	624	1.326
<i>Commodities</i>	316	-	-	-
Índices	60.485	702	(6)	696
Mercado Interfinanceiro	88.411	(40)	1	(39)
Moeda Estrangeira	34.228	40	629	669
Títulos	5.508	-	-	-
Outros	89	-	-	-
Compromissos de Venda	400.414	(773)	(24)	(797)
<i>Commodities</i>	158	-	-	-
Índices	73.466	(754)	8	(746)
Mercado Interfinanceiro	190.855	60	-	60
Moeda Estrangeira	129.357	(79)	(32)	(111)
Títulos	6.260	-	-	-
Outros	318	-	-	-
Contratos de Swaps		(8.848)	1.664	(7.184)
Posição Ativa	327.834	4.764	4.383	9.147
<i>Commodities</i>	4	-	-	-
Índices	134.426	(18)	1.050	1.032
Mercado Interfinanceiro	60.888	426	818	1.244
Moeda Estrangeira	14.668	3.068	1.234	4.302
Pós-Fixados	11.491	377	143	520
Prefixados	106.316	911	1.138	2.049
Títulos	25	-	-	-
Outros	16	-	-	-
Posição Passiva	336.682	(13.612)	(2.719)	(16.331)
<i>Commodities</i>	15	-	-	-
Índices	100.826	(2.316)	(311)	(2.627)
Mercado Interfinanceiro	37.889	(233)	(1.167)	(1.400)
Moeda Estrangeira	33.944	(6.084)	(756)	(6.840)
Pós-Fixados	11.195	(155)	(560)	(715)
Prefixados	152.593	(4.795)	70	(4.725)
Títulos	64	(29)	5	(24)
Outros	156	-	-	-
Contratos de Opções	285.405	136	(336)	(200)
De Compra - Posição Comprada	61.880	2.288	1.661	3.949
<i>Commodities</i>	481	25	(11)	14
Índices	5.505	66	(25)	41
Mercado Interfinanceiro	5.116	15	6	21
Moeda Estrangeira	44.802	2.073	1.474	3.547
Prefixados	6	-	-	-
Títulos	5.872	101	208	309
Outros	98	8	9	17
De Venda - Posição Comprada	85.099	1.481	153	1.634
<i>Commodities</i>	159	9	12	21
Índices	27.824	133	16	149
Mercado Interfinanceiro	12.347	16	(16)	-
Moeda Estrangeira	36.526	1.024	(557)	467
Prefixados	179	8	(1)	7
Títulos	8.015	291	698	989
Outros	49	-	1	1
De Compra - Posição Vendida	58.929	(2.020)	(2.141)	(4.161)
<i>Commodities</i>	249	(6)	-	(6)
Índices	5.418	(66)	21	(45)
Mercado Interfinanceiro	5.146	(21)	(30)	(51)
Moeda Estrangeira	42.750	(1.864)	(1.902)	(3.766)
Prefixados	112	-	-	-
Títulos	5.156	(55)	(221)	(276)
Outros	98	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	79.497	(1.613)	(9)	(1.622)
<i>Commodities</i>	290	(22)	(39)	(61)
Índices	30.277	(158)	(23)	(181)
Mercado Interfinanceiro	7.694	(10)	10	-
Moeda Estrangeira	33.751	(1.147)	740	(407)
Prefixados	22	(1)	-	(1)
Títulos	7.414	(275)	(696)	(971)
Outros	49	-	(1)	(1)

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos a Termo	40.227	2.253	80	2.333
Compras a Receber	516	636	-	636
Moeda Estrangeira	-	1	-	1
Pós-Fixados	354	353	-	353
Prefixados	154	273	-	273
Títulos	8	9	-	9
Obrigações por Compra a Pagar	-	(508)	-	(508)
Pós-Fixados	-	(353)	-	(353)
Prefixados	-	(154)	-	(154)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Vendas a Receber	23.208	2.448	82	2.530
Mercado Interfinanceiro	20.697	-	73	73
Pós-Fixados	164	164	-	164
Prefixados	153	157	-	157
Títulos	2.194	2.127	9	2.136
Obrigações por Venda a Entregar	16.503	(323)	(2)	(325)
Mercado Interfinanceiro	16.503	-	(3)	(3)
Moeda Estrangeira	-	(2)	-	(2)
Pós-Fixados	-	(164)	1	(163)
Prefixados	-	(157)	-	(157)
Derivativos de Crédito	12.662	58	(319)	(261)
Posição Ativa	4.605	353	261	614
Moeda Estrangeira	3.625	353	212	565
Títulos	788	-	45	45
Outros	192	-	4	4
Posição Passiva	8.057	(295)	(580)	(875)
Moeda Estrangeira	4.360	(290)	(267)	(557)
Prefixados	547	(6)	(3)	(9)
Títulos	2.763	1	(275)	(274)
Outros	387	-	(35)	(35)
Forwards	148.477	203	85	288
Posição Ativa	71.227	3.285	145	3.430
Commodities	419	47	-	47
Índices	22	1	-	1
Moeda Estrangeira	70.786	3.237	145	3.382
Posição Passiva	77.250	(3.082)	(60)	(3.142)
Commodities	152	(13)	2	(11)
Índices	77	(3)	-	(3)
Moeda Estrangeira	77.020	(3.066)	(62)	(3.128)
Títulos	1	-	-	-
Verificação de Swap	2.817	(330)	140	(190)
Posição Ativa	1.697	199	156	355
Mercado Interfinanceiro	591	-	-	-
Moeda Estrangeira	1.106	199	156	355
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	1.120	(529)	(16)	(545)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	16.651	117	252	369
Posição Ativa	15.508	2.964	967	3.931
Moeda Estrangeira	10.468	2.883	588	3.471
Prefixados	1.464	71	63	134
Títulos	3.113	10	279	289
Outros	463	-	37	37
Posição Passiva	1.143	(2.847)	(715)	(3.562)
Moeda Estrangeira	283	(2.847)	(687)	(3.534)
Títulos	743	-	(25)	(25)
Outros	117	-	(3)	(3)
Ativo	18.347	8.408	8.408	26.755
Passivo	(24.829)	(6.242)	(6.242)	(31.071)
Total	(6.482)	2.166	(4.316)	(4.316)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2015
Contrato de Futuros	152.087	138.545	74.365	224.454	589.451
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	10.654	39.702	46.157	226.557	323.070
Contratos de Opções	93.587	123.391	40.860	27.567	285.405
Contratos a Termo	6.591	22.349	10.118	1.169	40.227
Derivativos de Crédito	-	1.436	428	10.798	12.662
Forwards	43.651	70.688	23.365	10.773	148.477
Verificação de Swap	-	-	-	1.697	1.697
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.550	3.254	502	11.345	16.651

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos de Futuros	331.022	(375)	21	(354)	
Compromissos de Compra	97.931	(694)	48	(646)	
<i>Commodities</i>	157	-	-	-	
Índices	43.126	(624)	(9)	(633)	
Mercado Interfinanceiro	29.994	49	-	49	
Moeda Estrangeira	17.797	(119)	57	(62)	
Prefixados	41	-	-	-	
Títulos	6.811	-	-	-	
Outros	5	-	-	-	
Compromissos de Venda	233.091	319	(27)	292	
<i>Commodities</i>	341	-	-	-	
Índices	19.289	311	5	316	
Mercado Interfinanceiro	82.595	(117)	1	(116)	
Moeda Estrangeira	123.068	125	(33)	92	
Títulos	7.798	-	-	-	
Contratos de Swaps		(5.132)	414	(4.718)	
Posição Ativa	270.219	4.011	805	4.816	
Índices	103.921	588	137	725	
Mercado Interfinanceiro	68.534	345	456	801	
Moeda Estrangeira	12.057	1.323	70	1.393	
Pós-Fixados	3.763	115	77	192	
Prefixados	81.917	1.640	65	1.705	
Títulos	16	-	-	-	
Outros	11	-	-	-	
Posição Passiva	275.351	(9.143)	(391)	(9.534)	
<i>Commodities</i>	25	-	-	-	
Índices	72.197	(2.510)	39	(2.471)	
Mercado Interfinanceiro	51.284	(71)	(601)	(672)	
Moeda Estrangeira	24.796	(2.359)	155	(2.204)	
Pós-Fixados	5.665	(74)	(129)	(203)	
Prefixados	121.048	(4.065)	131	(3.934)	
Títulos	88	(41)	12	(29)	
Outros	248	(23)	2	(21)	
Contratos de Opções	503.836	(93)	(92)	(185)	
De Compra - Posição Comprada	88.641	1.120	853	1.973	
<i>Commodities</i>	614	17	(2)	15	
Índices	35.438	102	(22)	80	
Mercado Interfinanceiro	12.430	48	34	82	
Moeda Estrangeira	36.918	898	566	1.464	
Pós-Fixados	8	-	-	-	
Prefixados	2	-	-	-	
Títulos	3.153	49	268	317	
Outros	78	6	9	15	
De Venda - Posição Comprada	142.059	1.049	(150)	899	
<i>Commodities</i>	176	6	7	13	
Índices	77.500	163	(1)	162	
Mercado Interfinanceiro	23.359	44	(42)	2	
Moeda Estrangeira	30.936	625	(419)	206	
Pós-Fixados	163	1	(1)	-	
Prefixados	114	5	-	5	
Títulos	9.778	205	305	510	
Outros	33	-	1	1	
De Compra - Posição Vendida	88.218	(1.136)	(910)	(2.046)	
<i>Commodities</i>	433	(8)	(1)	(9)	
Índices	38.388	(73)	(15)	(88)	
Mercado Interfinanceiro	7.380	(33)	(31)	(64)	
Moeda Estrangeira	34.500	(990)	(579)	(1.569)	
Prefixados	68	-	-	-	
Títulos	7.371	(26)	(275)	(301)	
Outros	78	(6)	(9)	(15)	
De Venda - Posição Vendida	184.918	(1.126)	115	(1.011)	
<i>Commodities</i>	328	(18)	(25)	(43)	
Índices	123.694	(92)	(90)	(182)	
Mercado Interfinanceiro	20.849	(24)	23	(1)	
Moeda Estrangeira	30.937	(801)	506	(295)	
Prefixados	3	-	-	-	
Títulos	9.074	(191)	(298)	(489)	
Outros	33	-	(1)	(1)	

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos a Termo	7.939	1.723	(11)	1.712
Compras a Receber	162	163	1	164
Pós-Fixados	66	65	1	66
Prefixados	94	96	-	96
Títulos	2	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	-	(162)	-	(162)
Pós-Fixados	-	(65)	-	(65)
Prefixados	-	(95)	-	(95)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Vendas a Receber	2.201	2.231	(1)	2.230
Pós-Fixados	122	124	-	124
Prefixados	386	462	-	462
Títulos	1.693	1.645	(1)	1.644
Obrigações por Venda a Entregar	5.576	(509)	(11)	(520)
Mercado Interfinanceiro	5.576	-	(8)	(8)
Pós-Fixados	-	(124)	(2)	(126)
Prefixados	-	(385)	(1)	(386)
Derivativos de Crédito	11.161	25	(82)	(57)
Posição Ativa	6.804	178	(56)	122
Moeda Estrangeira	1.806	118	(68)	50
Prefixados	3.932	59	(28)	31
Títulos	826	1	34	35
Outros	240	-	6	6
Posição Passiva	4.357	(153)	(26)	(179)
Moeda Estrangeira	1.790	(110)	57	(53)
Prefixados	563	(31)	19	(12)
Títulos	1.935	(12)	(101)	(113)
Outros	69	-	(1)	(1)
Forwards	101.874	336	77	413
Posição Ativa	54.432	2.078	28	2.106
Commodities	182	14	1	15
Moeda Estrangeira	54.212	2.061	27	2.088
Títulos	38	3	-	3
Posição Passiva	47.442	(1.742)	49	(1.693)
Commodities	152	(24)	6	(18)
Moeda Estrangeira	47.290	(1.717)	43	(1.674)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Verificação de Swap	2.537	(209)	73	(136)
Posição Ativa	1.618	-	93	93
Mercado Interfinanceiro	710	-	-	-
Moeda Estrangeira	908	-	93	93
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	919	(209)	(20)	(229)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	11.276	109	22	131
Posição Ativa	6.817	1.504	249	1.753
Moeda Estrangeira	2.647	1.399	183	1.582
Prefixados	628	42	(26)	16
Títulos	3.454	63	91	154
Outros	88	-	1	1
Posição Passiva	4.459	(1.395)	(227)	(1.622)
Moeda Estrangeira	3.474	(1.395)	(209)	(1.604)
Títulos	766	-	(14)	(14)
Outros	219	-	(4)	(4)
Ativo	12.334	1.822	14.156	
Passivo	(15.950)	(1.400)	(17.350)	
Total	(3.616)	422	(3.194)	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2014
Contrato de Futuros	26.358	119.027	47.279	138.358	331.022
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	13.374	72.365	22.292	158.177	266.208
Contratos de Opções	231.624	203.454	52.421	16.337	503.836
Contratos a Termo	2.325	4.455	838	321	7.939
Derivativos de Crédito	291	2.757	500	7.613	11.161
Forwards	36.297	42.057	16.510	7.010	101.874
Verificação de Swap	-	-	277	1.341	1.618
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	171	868	1.785	8.452	11.276

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

Ativo	31/12/2015							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Contrato de Futuros - BM&FBovespa	529	2,0	639	(155)	(18)	(49)	76	36
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	9.147	34,2	666	224	403	1.513	1.935	4.406
BM&FBOVESPA	662	2,5	17	13	25	104	126	377
Empresas	5.127	19,1	627	29	46	1.037	838	2.550
Instituições Financeiras	2.826	10,6	21	177	325	329	657	1.317
Pessoas Físicas	532	2,0	1	5	7	43	314	162
Contratos de Opções	5.583	20,8	2.413	676	609	715	692	478
BM&FBOVESPA	2.597	9,7	2.074	228	140	113	31	11
Empresas	1.278	4,8	118	147	131	194	412	276
Instituições Financeiras	1.697	6,3	221	300	337	399	249	191
Pessoas Físicas	11	0,0	-	1	1	9	-	-
Contratos a Termo	3.166	11,9	1.204	1.417	538	6	1	-
BM&FBOVESPA	2.218	8,3	368	1.313	530	6	1	-
Empresas	530	2,0	418	104	8	-	-	-
Instituições Financeiras	418	1,6	418	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	614	2,3	-	-	2	2	26	584
Forwards	3.430	12,8	1.030	794	526	434	233	413
BM&FBOVESPA	47	0,2	3	19	7	18	-	-
Empresas	1.453	5,4	177	327	288	294	135	232
Instituições Financeiras	1.927	7,2	850	447	230	121	98	181
Pessoas Físicas	3	0,0	-	1	1	1	-	-
Verificação de Swap - Empresas	355	1,3	-	-	-	-	355	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.931	14,7	88	1.269	867	32	112	1.563
Empresas	415	1,6	3	13	14	14	74	297
Instituições Financeiras	3.516	13,1	85	1.256	853	18	38	1.266
Total (*)	26.755	100,0	6.040	4.225	2.927	2.653	3.430	7.480
% por prazo de vencimento			22,6	15,8	10,9	9,9	12,8	28,0

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 15.845 referem-se ao circulante e R\$ 10.910 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

Ativo	31/12/2014							Acima de 720 dias
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.816	34,0	448	150	429	233	643	2.913
BM&FBOVESPA	109	0,8	1	22	12	8	11	55
Empresas	2.961	20,8	278	62	186	125	461	1.849
Instituições Financeiras	1.354	9,6	165	53	38	75	128	895
Pessoas Físicas	392	2,8	4	13	193	25	43	114
Contratos de Opções	2.872	20,2	481	738	384	598	308	363
BM&FBOVESPA	647	4,5	140	246	72	165	23	1
Empresas	613	4,3	37	45	56	143	140	192
Instituições Financeiras	1.611	11,4	304	447	255	290	145	170
Pessoas Físicas	1	-	-	-	1	-	-	-
Contratos a Termo	2.394	16,9	846	832	714	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.646	11,6	163	796	685	2	-	-
Empresas	406	2,9	341	36	29	-	-	-
Instituições Financeiras	342	2,4	342	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	122	0,9	-	-	1	6	8	107
Forwards	2.106	14,9	631	519	287	406	149	114
Empresas	914	6,5	101	280	152	195	94	92
Instituições Financeiras	1.190	8,4	530	237	135	211	55	22
Pessoas Físicas	2	-	-	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	93	0,7	-	-	-	7	-	86
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.753	12,4	2	16	3	986	69	677
Empresas	211	1,5	1	3	3	10	59	135
Instituições Financeiras	1.542	10,9	1	13	-	976	10	542
Total (*)	14.156	100,0	2.408	2.255	1.818	2.238	1.177	4.260
% por prazo de vencimento			17,0	15,9	12,8	15,8	8,3	30,1

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 8.719 referem-se ao circulante e R\$ 5.437 ao não circulante.

31/12/2015

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(16.331)	52,6	(783)	(481)	(989)	(1.898)	(2.618)	(9.562)
BM&FBOVESPA	(1.107)	3,6	(9)	(10)	(35)	(145)	(340)	(568)
Empresas	(5.912)	19,0	(703)	(422)	(279)	(953)	(1.339)	(2.216)
Instituições Financeiras	(3.530)	11,4	(60)	(21)	(662)	(644)	(284)	(1.859)
Pessoas Físicas	(5.782)	18,6	(11)	(28)	(13)	(156)	(655)	(4.919)
Contratos de Opções	(5.783)	18,6	(1.460)	(1.285)	(895)	(845)	(805)	(493)
BM&FBOVESPA	(2.365)	7,6	(1.112)	(565)	(510)	(130)	(40)	(8)
Empresas	(661)	2,1	(71)	(45)	(63)	(150)	(144)	(188)
Instituições Financeiras	(2.748)	8,8	(277)	(674)	(321)	(560)	(620)	(296)
Pessoas Físicas	(9)	0,1	-	(1)	(1)	(5)	(1)	(1)
Contratos a Termo	(833)	2,6	(828)	(4)	(1)	-	-	-
BM&FBOVESPA	(5)	0,0	-	(4)	(1)	-	-	-
Empresas	(411)	1,3	(411)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(417)	1,3	(417)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(875)	2,8	-	(9)	(9)	(5)	(105)	(747)
Forwards	(3.142)	10,1	(692)	(727)	(785)	(581)	(233)	(124)
BM&FBOVESPA	(41)	0,1	(8)	(10)	(10)	(13)	-	-
Empresas	(1.948)	6,3	(260)	(478)	(565)	(356)	(179)	(110)
Instituições Financeiras	(1.151)	3,7	(424)	(238)	(210)	(211)	(54)	(14)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	(1)	-	(1)	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(545)	1,8	-	-	-	-	(335)	(210)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.562)	11,5	(87)	(1.267)	(857)	(19)	(8)	(1.324)
Empresas	(817)	2,6	(1)	(3)	(6)	(4)	(8)	(795)
Instituições Financeiras	(2.745)	8,9	(86)	(1.264)	(851)	(15)	-	(529)
Total (*)	(31.071)	100,0	(3.850)	(3.773)	(3.536)	(3.348)	(4.104)	(12.460)
% por prazo de vencimento			12,4	12,1	11,4	10,8	13,2	40,1

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (14.507) referem-se ao circulante e R\$ (16.564) ao não circulante.

31/12/2014

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(354)	2,0	29	150	(192)	(207)	(63)	(71)
Contrato de Swaps - Ajuste a Pagar	(9.534)	55,0	(241)	(335)	(706)	(720)	(778)	(6.754)
BM&FBOVESPA	(367)	2,1	(2)	(20)	(144)	(8)	(15)	(178)
Empresas	(3.825)	22,1	(209)	(247)	(355)	(536)	(520)	(1.958)
Instituições Financeiras	(1.552)	9,0	(27)	(40)	(47)	(161)	(155)	(1.122)
Pessoas Físicas	(3.790)	21,8	(3)	(28)	(160)	(15)	(88)	(3.496)
Contratos de Opções	(3.057)	17,6	(431)	(761)	(534)	(558)	(353)	(420)
BM&FBOVESPA	(545)	3,1	(121)	(194)	(127)	(60)	(43)	-
Empresas	(378)	2,2	(9)	(27)	(19)	(55)	(100)	(168)
Instituições Financeiras	(2.133)	12,3	(300)	(540)	(388)	(443)	(210)	(252)
Pessoas Físicas	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	(682)	4,0	(681)	(1)	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(8)	0,1	(7)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(332)	1,9	(332)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(342)	2,0	(342)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(179)	1,1	-	(1)	-	(14)	(39)	(125)
Empresas	(13)	0,1	-	-	-	(13)	-	-
Instituições Financeiras	(166)	1,0	-	(1)	-	(1)	(39)	(125)
Forwards	(1.693)	9,7	(404)	(472)	(352)	(343)	(78)	(44)
Empresas	(867)	5,0	(146)	(272)	(139)	(214)	(62)	(34)
Instituições Financeiras	(823)	4,7	(258)	(199)	(211)	(129)	(16)	(10)
Pessoas Físicas	(3)	-	-	(1)	(2)	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(229)	1,3	-	-	-	(36)	-	(193)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.622)	9,3	-	-	(1)	(1.002)	(17)	(602)
Empresas	(278)	1,6	-	-	(1)	(2)	(7)	(268)
Instituições Financeiras	(1.344)	7,7	-	-	-	(1.000)	(10)	(334)
Total (*)	(17.350)	100,0	(1.728)	(1.420)	(1.785)	(2.880)	(1.328)	(8.209)
% por prazo de vencimento			10,0	8,2	10,3	16,6	7,7	47,3

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (7.813) referem-se ao circulante e R\$ (9.537) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	31/12/2015				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Instrumento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Risco	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Entidade	8.799	1.781	3.301	3.717	-

	31/12/2014				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.829	1.578	2.341	2.644	266
TRS	1.671	1.671	-	-	-
Total por Instrumento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Risco	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Entidade	8.500	3.249	2.341	2.644	266

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/12/2015			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.799)	3.863	(4.936)
Total	(8.799)	3.863	(4.936)

31/12/2014			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.829)	2.661	(4.168)
TRS	(1.671)	-	(1.671)
Total	(8.500)	2.661	(5.839)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAU UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

		31/12/2015		Montante relacionado não compensado no Balanço		Total	
		Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas		254.404	-	254.404	(2.569)	-	251.835
Instrumentos Financeiros Derivativos		26.755	-	26.755	(8.150)	-	18.605
31/12/2014							
		Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	Total
Operações Compromissadas		208.918	-	208.918	-	-	208.918
Instrumentos Financeiros Derivativos		15.039	(883)	14.156	(4.059)	-	10.097

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

		31/12/2015		Montante relacionado não compensado no Balanço		Total	
		Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas		336.643	-	336.643	(22.158)	-	314.485
Instrumentos Financeiros Derivativos		31.071	-	31.071	(8.150)	(24)	22.897
31/12/2014							
		Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	Total
Operações Compromissadas		288.683	-	288.683	(14.382)	-	274.301
Instrumentos Financeiros Derivativos		17.350	-	17.350	(4.059)	(55)	13.236

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAU UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transações previstas altamente prováveis: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR.
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2015. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente.
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na

BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de hedge foram designados entre 2012 e 2014, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2030. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

Instrumentos de Hedge	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	2.947	80	793	45
Swap de Taxa de Juros	-	-	66	-
NDF	16	-	-	-
Total	2.963	80	859	45

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/12/2015, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 452 (R\$ (213) em 31/12/2014 e R\$ (117) em 31/12/2013).

b) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de Hedge	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(11.728)	(6)	(4.641)	25
Forward	669	44	297	22
NDF	2.801	76	1.280	5
Ativos Financeiros	46	-	(14)	-
Total	(8.212)	114	(3.078)	52

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) Hedge de Valor Justo

Instrumentos de Hedge	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(54)	3	(60)	-
Total	(54)	3	(60)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge:

Estratégias	31/12/2015				31/12/2014			
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	77.905	43	77.922	53.198	(92)	53.198		
Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	1.044	66	1.044		
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	8.200	(90)	8.200	5.578	(15)	5.578		
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	1.125	16	1.125	81	-	81		
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.927	(427)	12.815	14.764	296	8.858		
Hedge de Operações de Crédito	4.346	59	4.346	2.612	40	2.612		
Hedge de Captações Estruturadas	781	-	781	531	-	531		
Hedge de Operações Ativas	7.405	(263)	7.876	-	-	-		
Total	121.689	(662)	113.065	77.808	295	71.904		

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65%, referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de hedge:

Estratégias	31/12/2015						Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	13.324	28.185	25.779	6.460	1.402	2.755	77.905
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	-	8.200	-	-	-	-	8.200
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.125	-	-	-	-	-	1.125
Hedge de Operações Ativas	-	4.627	2.778	-	-	-	7.405
Hedge de Operações de Crédito	339	276	474	898	88	447	4.346
Hedge de Captações Estruturadas	781	-	-	-	-	-	781
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.927	-	-	-	-	-	21.927
Total	37.496	41.288	29.031	7.358	1.490	3.202	121.689

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2014						Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	12.542	6.278	14.718	18.082	1.500	78	53.198
Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis	1.044	-	-	-	-	-	1.044
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	-	-	5.578	-	-	-	5.578
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	81	-	-	-	-	-	81
Hedge de Operações de Crédito	-	257	209	161	575	382	2.612
Hedge de Captações Estruturadas	-	531	-	-	-	-	531
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	14.764	-	-	-	-	-	14.764
Total	28.431	7.066	20.505	18.243	2.075	460	77.808

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	218	-	218	136	5	141
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	19.843	(2.531)	17.312	11.247	(13)	11.234
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	12.702	(906)	11.796	14.791	(400)	14.391
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	9.942	(59)	9.883	8.692	(73)	8.619
Bélgica	-	-	-	57	-	57
Chile	1.409	(2)	1.407	1.128	(9)	1.119
Coréia	1.626	-	1.626	1.782	-	1.782
Dinamarca	2.548	-	2.548	2.699	-	2.699
Espanha	1.060	-	1.060	783	-	783
Estados Unidos	2.028	(6)	2.022	726	-	726
França	-	-	-	131	2	133
Holanda	122	-	122	149	2	151
Itália	-	-	-	70	-	70
Paraguai	955	(43)	912	911	(62)	849
Uruguai	185	(7)	178	249	(6)	243
Outros	9	(1)	8	7	-	7
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	47.380	(544)	46.836	43.917	58	43.975
Ações Negociáveis	706	222	928	1.982	17	1.999
Cédula de Produtor Rural	1.176	(46)	1.130	1.431	(23)	1.408
Certificado de Depósito Bancário	1.576	(3)	1.573	1.281	-	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.244	(207)	2.037	2.489	33	2.522
Debêntures	23.153	(318)	22.835	20.187	58	20.245
Euro Bonds e Assemelhados	10.180	(68)	10.112	6.672	35	6.707
Letras Financeiras	6.893	(47)	6.846	8.063	(58)	8.005
Notas Promissórias	1.060	(69)	991	1.398	(1)	1.397
Outros	392	(8)	384	414	(3)	411
Total ⁽²⁾	90.085	(4.040)	86.045	78.783	(423)	78.360

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 1.755 (R\$ 10.321 em 31/12/2014), b) R\$ 14.135 (R\$ 2.081 em 31/12/2014), c) R\$ 8 (R\$ 8 em 31/12/2014) e d) R\$ 808 (R\$ 9.840 em 31/12/2014), totalizando R\$ 16.706 (R\$ 22.250 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	22.754	22.923	22.176	22.220
Sem Vencimento	923	1.145	2.118	2.141
Até um ano	21.831	21.778	20.058	20.079
Não Circulante	67.331	63.122	56.607	56.140
De um a cinco anos	35.739	35.098	29.853	29.743
De cinco a dez anos	17.041	15.682	12.779	12.650
Após dez anos	14.551	12.342	13.975	13.747
Total	90.085	86.045	78.783	78.360

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	15.661	13.549
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ⁽¹⁾	14.788	10.304
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	11.721	10.555
Títulos Públicos - Outros Países	15	26
Total ⁽²⁾	42.185	34.434

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 9.460 (R\$ 6.102 em 31/12/2014).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 3.758 (R\$ 2.347 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 486 de 01/01 a 31/12/2013).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	661	980
Até um ano	661	980
Não Circulante	41.524	33.454
De um a cinco anos	14.500	13.609
De cinco a dez anos	18.870	11.582
Após dez anos	8.154	8.263
Total	42.185	34.434

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas Físicas	187.220	185.953
Cartão de Crédito	58.542	59.321
Crédito Pessoal	28.396	27.953
Crédito Consignado	45.434	40.525
Veículos	20.058	29.047
Crédito Imobiliário	34.790	29.107
Grandes Empresas	139.989	135.928
Micro/Pequenas e Médias Empresas	78.576	79.912
Unidades Externas América Latina	68.463	50.638
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	474.248	452.431
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.844)	(22.392)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	447.404	430.039

Por vencimento	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas a partir de 1 dia	15.596	13.074
A vencer até 3 meses	128.389	128.365
A vencer de 3 a 12 meses	111.083	111.092
A vencer acima de um ano	219.180	199.900
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	474.248	452.431

Por Concentração	31/12/2015	31/12/2014
Principal Devedor	4.615	4.032
10 Maiores Devedores	27.173	23.646
20 Maiores Devedores	40.831	35.325
50 Maiores Devedores	63.797	58.180
100 Maiores Devedores	85.167	79.617

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 1.882, R\$ 1.623 e R\$ 1.681 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2015, 31/12/2014 e 31/12/2013 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2014	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Pessoas Físicas	13.385	-	(11.235)	12.567	14.717
Cartão de Crédito	3.740	-	(4.055)	4.456	4.141
Crédito Pessoal	7.024	-	(5.221)	6.527	8.330
Crédito Consignado	1.107	-	(622)	834	1.319
Veículos	1.469	-	(1.294)	699	874
Crédito Imobiliário	45	-	(43)	51	53
Grandes Empresas	2.899	-	(4.321)	7.537	6.115
Micros / Pequenas e Médias	5.373	-	(3.981)	3.761	5.153
Unidades Externas América Latina	735	-	(528)	652	859
Total	22.392	-	(20.065)	24.517	26.844

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2013	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	-	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	-	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	-	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	-	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	-	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	-	(51)	61	45
Grandes Empresas	1.775	-	(672)	1.796	2.899
Micros / Pequenas e Médias	6.085	-	(4.992)	4.280	5.373
Unidades Externas América Latina	522	-	(343)	556	735
Total	22.235	-	(18.675)	18.832	22.392

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2012	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2013
Pessoas Físicas	14.844	435	(13.541)	12.115	13.853
Cartão de Crédito	2.863	357	(3.513)	3.245	2.952
Crédito Pessoal	6.841	78	(6.247)	5.816	6.488
Crédito Consignado	867	-	(480)	746	1.133
Veículos	4.227	-	(3.263)	2.281	3.245
Crédito Imobiliário	46	-	(38)	27	35
Grandes Empresas	1.356	-	(478)	897	1.775
Micros / Pequenas e Médias	9.091	-	(7.573)	4.567	6.085
Unidades Externas América Latina	422	-	(177)	277	522
Total	25.713	435	(21.769)	17.856	22.235

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2015	31/12/2014
Setor Público	2	6
Indústria e Comércio	4.314	4.146
Serviços	6.001	3.682
Setor Primário	922	391
Outros Setores	18	16
Pessoa Física	15.587	14.151
Total	26.844	22.392

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2015						31/12/2014					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	11.339	5.528	128.650	587	139.989	6.115	3.749	1.731	132.179	1.168	135.928	2.899
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	11.579	6.587	175.641	8.130	187.220	14.717	9.727	5.641	176.226	7.744	185.953	13.385
Cartão de Crédito	4.072	2.436	54.470	1.705	58.542	4.141	3.332	1.944	55.989	1.796	59.321	3.740
Crédito Pessoal	5.049	3.442	23.347	4.888	28.396	8.330	3.886	2.619	24.067	4.405	27.953	7.024
Crédito Consignado	1.242	227	44.192	1.092	45.434	1.319	626	163	39.899	944	40.525	1.107
Veículos	880	459	19.178	415	20.058	874	1.633	897	27.414	572	29.047	1.469
Crédito Imobiliário	336	23	34.454	30	34.790	53	250	18	28.857	27	29.107	45
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.564	2.545	75.012	2.608	78.576	5.153	3.225	2.640	76.687	2.733	79.912	5.373
Unidades Externas América Latina	675	313	67.788	546	68.463	859	505	267	50.133	468	50.638	735
Total	27.157	14.973	447.091	11.871	474.248	26.844	17.206	10.279	435.225	12.113	452.431	22.392

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/12/2015		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.075	(794)	2.281
Até 1 ano	3.075	(794)	2.281
Não Circulante	3.402	(1.050)	2.352
Entre 1 e 5 anos	3.172	(1.014)	2.158
Acima de 5 anos	230	(36)	194
Total	6.477	(1.844)	4.633

	31/12/2014		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	4.109	(713)	3.396
Até 1 ano	4.109	(713)	3.396
Não Circulante	4.133	(1.089)	3.044
Entre 1 e 5 anos	3.947	(1.061)	2.886
Acima de 5 anos	186	(28)	158
Total	8.242	(1.802)	6.440

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 176 (R\$ 302 em 31/12/2014).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2015 e 31/12/2014:

Natureza da Operação	31/12/2015				31/12/2014			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo						
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.806	2.763	2.805	2.752	1.106	1.106	1.106	1.106
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	2.849	2.849	2.849	2.849	3.439	3.433	3.438	3.418
Total	5.655	5.612	5.654	5.601	4.545	4.539	4.544	4.524

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	31/12/2015							Valor de Mercado ^(g)
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.931	(26)	708	2.464	289	2.830
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.561	-	447	1.348	219	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.213	12	674	475	102	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	106	12	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros^(f)	-	-	-	-	-	6	(2)	-
Total	-	-	-	-	-	4.399	620	-
	31/12/2014							31/12/2013
	% de participação em 31/12/2014							
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.647	7	492	2.357	196	2.988
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.232	-	413	1.187	202	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.016	-	890	445	134	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	97	36	-
Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-
MCC Securities Inc ^(h)	-	-	-	-	-	-	-	2
Outros ^(f)	-	-	-	-	-	4	(3)	4
Total	-	-	-	-	-	4.090	565	603

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2015 a posição de 30/11/2014 e em 31/12/2014 a posição de 30/11/2014, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 776 em 31/12/2015 e R\$ 791 em 31/12/2014, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/12/2015 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/12/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,39% capital total e votante); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 20% em 31/12/2014) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante). A empresa Latosa Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) foi liquidada em 30/12/2014.

(f) Em 31/12/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(h) Em agosto/14 houve aquisição da totalidade do investimento, Nota 3a.

Em 31/12/2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 240 (R\$ 336 em 31/12/2014 e R\$ 175 em 31/12/2013); IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 73 (R\$ 46 em 31/12/2014) e BSF Holding S.A. no montante de R\$ 58.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Total de Ativos ^(*)	20.183	17.812	17.131
Total de Passivos ^(*)	11.477	9.917	10.072
Total de Receitas ^(*)	22.083	6.907	3.860
Total de Despesas ^(*)	(20.255)	(5.112)	(2.394)

() Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.690 (R\$ 12.933 em 31/12/2014) referente a Ativos, de R\$ 11.477 (R\$ 9.917 em 31/12/2014) referente a Passivos, de R\$ 20.928 (R\$ 5.852 em 31/12/2014) referente a Receitas e de R\$ (20.254) (R\$ (4.962) em 31/12/2014) referente a Despesas.*

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 517 (R\$ 804 em 31/12/2014).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	491	394
Até 1 ano	491	394
Não Circulante	26	410
De 1 a 5 anos	26	410
Total de Pagamento Mínimos Futuros	517	804
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	517	804

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 1.102 de 01/01 a 31/12/2015 (R\$ 1.018 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 933 de 01/01 a 31/12/2013).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	1.267	1.199
Até 1 ano	1.267	1.199
Não Circulante	5.028	4.213
De 1 a 5 anos	4.043	3.539
Mais de 5 anos	985	674
Total de Pagamento Mínimos Futuros	6.295	5.412

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾					Outras Imobilizações de Uso					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	10 a 20%		
				10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%			
Taxas Anuais de Depreciação			4%								
Custo											
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773			17.200
Aquisições	198	-	6	139	75	141	824	83			1.466
Baixas	-	(6)	(13)	(112)	182	(68)	(533)	(5)			(555)
Variação Cambial	-	3	35	81	6	8	6	6			145
Transferências	(1.681)	-	777	63	422	-	419	-			-
Outros	(2)	-	1	34	-	(22)	82	1			94
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858			18.350
Depreciação											
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)			(8.489)
Despesa de Depreciação	-	-	(74)	(257)	(129)	(93)	(1.057)	(78)			(1.688)
Baixas	-	-	9	109	(183)	13	489	3			440
Variação Cambial	-	-	(6)	(27)	(2)	1	(7)	(3)			(44)
Outros	-	-	2	(1)	(8)	4	(25)	-			(28)
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)			(9.809)
Redução ao Valor recuperável											
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Valor Contábil											
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	1.262	743	960	396	3.079	301			8.541

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total	
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benefeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾		Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)
Taxas Anuais de Depreciação									
Custo									
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725	14.458
Aquisições	1.485	3	11	169	117	74	2.045	62	3.966
Baixas	-	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Transferências	(157)	-	-	157	-	-	-	-	-
Outros	1	(10)	(14)	-	(39)	18	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Depreciação									
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2014	2.274	1.011	525	714	597	415	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾					Outras Imobilizações de Uso					Total	
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benefeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)				
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%				
Custo												
Saldo em 31/12/2012	356	1.029	2.237	1.186	872	877	5.480	606			12.643	
Aquisições	735	-	22	148	183	66	1.262	118			2.534	
Baixas	-	(8)	(13)	(211)	(11)	(15)	(474)	(3)			(735)	
Variação Cambial	(7)	-	2	7	4	(3)	9	3			15	
Transferências	(136)	-	-	136	-	-	-	-			-	
Outros	-	(2)	(12)	17	(5)	-	2	1			1	
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725			14.458	
Depreciação												
Saldo em 31/12/2012	-	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)			(7.006)	
Despesa de Depreciação	-	-	(70)	(235)	(80)	(83)	(987)	(67)			(1.522)	
Baixas	-	-	10	209	7	7	430	2			665	
Variação Cambial	-	-	-	(2)	3	9	(11)	-			(1)	
Outros	-	-	16	(26)	(11)	(3)	2	1			(21)	
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)			(7.885)	
Redução ao Valor recuperável												
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	-	(9)	-	-			(9)	
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-			-	
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-			-	
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-			(9)	
Valor Contábil												
Saldo em 31/12/2013	946	1.019	585	616	604	431	2.049	314			6.564	

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1.212, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Aquisições	109	39	410	489	15	1.062
Distratos/ Baixas	(169)	(195)	(134)	(14)	(4)	(516)
Variação Cambial	-	-	109	-	185	294
Outros	(2)	(17)	12	-	(27)	(34)
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Despesa de Amortização	(213)	(144)	(358)	(138)	(287)	(1.140)
Distratos/ Baixas	169	144	134	-	-	447
Variação Cambial	-	-	(51)	-	(150)	(201)
Outros	-	7	3	(1)	244	253
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(4)	-	(4)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2015	387	1.077	1.172	3.041	618	6.295

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 281 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4l.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis						Total
	Direitos de Folha de Pagamento	Associação para Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis		
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%		
Custo							
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906	
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199	
Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)	
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18	
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)	
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241	
Amortização ⁽²⁾							
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)	
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)	
Baixas	204	81	201	-	119	605	
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)	
Outros	-	(5)	63	-	249	307	
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)	
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾							
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)	
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)	
Reversões	-	25	-	-	-	25	
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)	
Valor Contábil							
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134	

⁽¹⁾ Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

⁽²⁾ Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

⁽³⁾ Nota 2.4f.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis						Total
	Direitos de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis		
Taxas de Amortização a.a.	até 9	até 5	20%	20%	10 a 20%		
Custo							
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807	
Aquisições	195	340	382	820	298	2.035	
Baixas	(527)	(83)	(161)	(178)	(1)	(950)	
Variação Cambial	-	1	(10)	-	39	30	
Outros	-	97	(108)	-	(5)	(16)	
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906	
Amortização ⁽²⁾							
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)	
Despesa de Amortização	(273)	(137)	(291)	(36)	(74)	(811)	
Baixas	519	68	158	-	1	746	
Variação Cambial	-	-	14	-	(25)	(11)	
Outros	-	(9)	132	-	10	133	
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)	
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾							
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)	
Adições/reconhecimentos	-	(27)	-	(6)	-	(33)	
Reversões	-	3	-	-	-	3	
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)	
Valor Contábil							
Saldo em 31/12/2013	612	1.405	971	2.142	667	5.797	

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 760, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4f.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	171.527	59.991	231.518	180.207	65.833	246.040
Depósitos a Prazo	45.994	59.256	105.250	43.136	65.330	108.466
Depósitos Interfinanceiros	14.214	735	14.949	18.622	503	19.125
Depósito de Poupança	111.319	-	111.319	118.449	-	118.449
Depósitos não Remunerados	61.092	-	61.092	48.733	-	48.733
Depósitos à Vista	61.092	-	61.092	48.733	-	48.733
Total	232.619	59.991	292.610	228.940	65.833	294.773

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Notas Estruturadas		
Ações	57	73
Títulos de Dívida	355	447
Total	412	520

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2015 e 31/12/2014.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	34	220
Não Circulante	378	300
De um a cinco anos	364	122
De cinco a dez anos	5	149
Após dez anos	9	29
Total	412	520

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	181.198	155.445	336.643	152.093	136.590	288.683
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	64.955	155.445	220.400	76.343	136.590	212.933
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	116.243	-	116.243	75.750	-	75.750
Interbancário	80.547	76.339	156.886	68.818	53.768	122.586
Letras Hipotecárias	31	108	139	32	111	143
Letras de Crédito Imobiliário	12.441	2.011	14.452	10.395	437	10.832
Letras de Crédito do Agronegócio	6.695	7.080	13.775	5.229	2.582	7.811
Letras Financeiras	3.860	14.636	18.496	6.284	4.361	10.645
Financiamento à Importação e à Exportação	45.633	19.933	65.566	27.916	15.465	43.381
Repasse no País	11.884	26.920	38.804	18.942	26.288	45.230
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	3	5.651	5.654	20	4.524	4.544

(*) Inclui R\$ 152.215 (R\$ 139.910 em 31/12/2014) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	49% do CDI a 17,36%	0,48% a 3,84%
Letras Hipotecárias	-	3% a 7%
Letras de Crédito Imobiliário	81% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	70% a 98% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	2,5% a 6,0%	0,3% a 18%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 13,17%	0,3% a 18%

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 49% CDI a 17,36%. As datas finais de recompra vão até Janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	10.209	55.576	65.785	2.832	52.785	55.617
Obrigações por TVM no Exterior	4.757	19.431	24.188	3.142	12.250	15.392
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	893	3.052	3.945	1.080	1.153	2.233
Total	15.859	78.059	93.918	7.054	66.188	73.242

(1) Em 31/12/2015, R\$ 64.861 (R\$ 53.865 em 31/12/2014) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/12/2015, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 4.510.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 0,7% a IGPM + 7,7%	5,1% a 6,2%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	0,091% a 27,75%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPA + 2,59% a 16,27%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	41.546	11.960	53.506	40.984	12.665	53.649
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	25.191	-	25.191	24.203	-	24.203
Operações de Seguros e Resseguros	1.367	-	1.367	1.388	-	1.388
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.131	10.502	12.633	2.128	11.478	13.606
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	409	-	409	624	-	624
Negociação e Intermediação de Valores	7.725	-	7.725	3.964	-	3.964
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	335	758	1.093	53	623	676
Serviços Prestados a Receber	2.333	149	2.482	2.394	81	2.475
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	5.894	-	5.894
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	551	551	-	483	483
Carteira de Câmbio	444	-	444	-	-	-
Operações sem Características de Concessão de Crédito	1.611	-	1.611	336	-	336
Não Financeiros	7.005	4.606	11.611	10.906	3.015	13.921
Despesas Antecipadas	2.196	1.012	3.208	3.594	434	4.028
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	2.183	2.183	-	2.456	2.456
Diversos no País	602	-	602	1.862	-	1.862
Prêmio de Operações de Crédito	814	850	1.664	2.371	-	2.371
Diversos no Exterior	1.542	550	2.092	2.058	125	2.183
Outros	1.851	11	1.862	1.021	-	1.021

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	68.478	237	68.715	69.610	1.882	71.492
Operações com Cartões de Crédito	56.143	-	56.143	58.596	-	58.596
Carteira de Câmbio	-	-	-	784	-	784
Negociação e Intermediação de Valores	10.920	177	11.097	5.749	1.439	7.188
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	491	26	517	394	410	804
Recursos de Consorciados	45	-	45	30	-	30
Obrigações por Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	3.477	33	3.510
Outros	879	34	913	580	-	580
Não Financeiros	24.975	812	25.787	22.612	1.048	23.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	239	-	239	226	-	226
Diversos no País	1.681	75	1.756	1.680	48	1.728
Recursos em Trânsito	10.893	-	10.893	8.906	-	8.906
Provisão para Pagamentos Diversos	1.944	199	2.143	2.161	378	2.539
Sociais e Estatutárias	5.110	-	5.110	4.678	41	4.719
Relativas a Operações de Seguros	253	-	253	260	-	260
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	808	-	808	933	-	933
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	-	491	491	-	516	516
Provisão de Pessoal	1.336	47	1.383	1.317	65	1.382
Provisão para Seguro Saúde	716	-	716	685	-	685
Rendas Antecipadas	1.909	-	1.909	1.386	-	1.386
Outros	86	-	86	380	-	380

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 29/04/2015 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 10.148, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 17/07/2015 e o processo foi homologado pelo BACEN em 25/06/2015. Em consequência, o capital social foi elevado em 553.083.268 ações.

O capital social está representado por 6.083.915.949 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.047.040.198 ações ordinárias e 3.036.875.751 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 85.148 (R\$ 75.000 em 31/12/2014), sendo R\$ 58.283 (R\$ 51.563 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 26.864 (R\$ 23.437 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	31/12/2015			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	2.758.685.730	1.043.799.342	3.802.485.072	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	11.350.814	1.716.996.795	1.728.347.609	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.328)
Aquisições de Ações	-	111.524.800	111.524.800	(3.324)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(5.873.741)	(5.873.741)	4
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(5.342.874)	(5.342.874)	295
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015	254	8.425.914	8.426.168	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	2.795	162.562.650	162.565.445	(4.353)
Em Circulação em 31/12/2015	3.047.037.403	2.874.313.101	5.921.350.504	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	

	31/12/2014			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2013	2.752.543.169	1.082.328.262	3.834.871.431	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	17.493.375	1.678.467.875	1.695.961.250	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2014	3.034.554.303	1.148.179.276	4.182.733.579	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	12.485.895	1.888.696.475	1.901.182.370	
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.541	75.753.711	75.756.252	(1.854)
Aquisições de Ações	-	1.100.000	1.100.000	(35)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.003.419)	(19.003.419)	413
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.978.546)	(4.978.546)	148
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	254	6.339.660	6.339.914	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.795	59.211.406	59.214.201	(1.328)
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.953.546.669	6.000.584.072	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 25/06/2015.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2015	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	24,96
Médio ponderado	-	28,80
Máximo	-	31,86
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	26,78
Valor de Mercado em 31/12/2015	24,58	26,33

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	31,03
Médio ponderado	-	31,59
Máximo	-	31,88
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	22,43
Valor de Mercado em 31/12/2014	32,30	34,60

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido Individual Estatutário	21.084	17.392	11.661
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(1.054)	(870)	(583)
Base de Cálculo do Dividendo	20.030	16.522	11.078
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	5.007	4.130	2.769
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	7.305	6.635	5.095

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.002	(311)	2.691
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2015	932	-	932
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3460 por ação, pago em 25/08/2015	2.070	(311)	1.759
Declarados até 31/12/2015 (Registrados em Outros Passivos)	2.502	(186)	2.316
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 04/01/2015	89	-	89
Dividendos Provisionados - R\$ 0,1980	1.173	-	1.173
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2090 por ação, creditados em 30/12/2015 a serem pagos até 30/04/2016	1.240	(186)	1.054
Declarados após 31/12/2015 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.703	(405)	2.298
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,4564 por ação.	2.703	(405)	2.298
Total de 01/01 a 31/12/2015 - R\$ 1,2376 líquido por ação	8.207	(902)	7.305
	31/12/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.637	(267)	2.370
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2014	857	-	857
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3256 por ação, pago em 25/08/2014	1.780	(267)	1.513
Declarados até 31/12/2014 (Registrados em Outros Passivos)	1.760	-	1.760
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2015	82	-	82
Dividendos - R\$ 0,3063 por ação	1.678	-	1.678
Declarados após 31/12/2014 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.947	(442)	2.505
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5380 por ação.	2.947	(442)	2.505
Total de 01/01 a 31/12/2014 - R\$ 1,2204 líquido por ação	7.344	(709)	6.635
	31/12/2013		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.162	(206)	1.956
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2013	786	-	786
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2774 por ação, pago em 21/08/2013	1.376	(206)	1.170
Declarados até 31/12/2013 (Registrados em Outros Passivos)	1.084	(152)	933
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2014	74	-	74
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2036 por ação, creditados em 30/12/2013 pagos em 28/02/2014	1.010	(152)	859
Declarados após 31/12/2013 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros)	2.596	(389)	2.207
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5236 por ação.	2.596	(389)	2.207
Total de 01/01 a 31/12/2013 - R\$ 1,0340 líquido por ação	5.842	(747)	5.095

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	9.782	7.925	13.183
Legal ⁽²⁾	6.895	5.841	4.971
Estatutárias	9.461	7.775	13.615
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	3.355	2.885	3.901
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	1.655	1.162	3.003
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	4.451	3.728	6.711
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(9.277)	(8.638)	(7.999)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	2.703	2.947	2.596
Total das Reservas na Controladora	10.067	8.210	13.468

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de Dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/12/2015, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (734) (R\$ (441) de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ (322) de 01/01 a 31/12/2013).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significante.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) **Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(9.062.437)	40,08	
Exercidas	(151.358)	24,32	34,36
Saldo em 31/12/2015	45.948.317	35,08	
Opções exercíveis no final do período	32.407.235	36,74	
Opções em aberto não exercíveis	13.541.082	31,12	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		26,34 - 40,28	
Outorga 2010-2012		23,88 - 42,79	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,60		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	71.848.530	29,86	
Opções exercíveis no final do período	36.008.273	27,65	
Opções em aberto não exercíveis	35.840.257	32,95	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(1.531.443)	31,80	
Exercidas	(15.154.975)	27,28	33,39
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		23,80 - 39,87	
Outorga 2010-2012		23,88 - 38,66	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,56		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2012	78.845.712	28,45	
Opções exercíveis no final do período	25.971.551	28,80	
Opções em aberto não exercíveis	52.874.161	28,29	
Opções:			
Outorgadas	616.298	23,88	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(3.022.248)	32,57	
Exercidas	(4.591.232)	25,68	30,40
Saldo em 31/12/2013	71.848.530	30,30	
Opções exercíveis no final do período	36.008.273	27,65	
Opções em aberto não exercíveis	35.840.257	32,95	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		22,95 - 38,56	
Outorga 2010-2012		23,88 - 37,30	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,57		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 29,22 por ação em 31/12/2015 (R\$ 29,65 por ação em 31/12/2014 e R\$ 28,20 por ação em 31/12/2013).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Novas Outorgas	10.402.541
Cancelados	(808.809)
Exercidos	(5.722.383)
Saldo em 31/12/2015	30.605.777
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,02

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	20.187.002
Novas Outorgas	12.107.909
Cancelados	(1.712.039)
Exercidos	(3.848.444)
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	19.002.047
Novas Outorgas	6.287.169
Cancelados	(718.857)
Exercidos	(4.383.357)
Saldo em 31/12/2013	20.187.002
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 31,24 por ação em 31/12/2015 (R\$ 25,33 por ação em 31/12/2014 e R\$ 25,91 por ação em 31/12/2013).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	15.901.823
Novos	12.538.652
Entregues	(7.551.031)
Cancelados	(593.468)
Saldo em 31/12/2015	20.295.976

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	8.290.751
Novos	11.002.630
Entregues	(2.954.758)
Cancelados	(436.800)
Saldo em 31/12/2014	15.901.823

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	-
Novos	8.368.685
Entregues	(35.790)
Cancelados	(42.144)
Saldo em 31/12/2013	8.290.751

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5.748	5.904	4.314
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.628	1.286	583
Aplicações em Mercado Aberto	27.572	17.929	12.630
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	19.826	15.128	10.860
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.979	7.272	5.067
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.758	2.347	486
Operações de Crédito	79.392	69.248	59.546
Outros Ativos Financeiros	886	1.001	641
Total	147.789	120.115	94.127

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos	(13.587)	(12.064)	(9.802)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(32.879)	(26.771)	(16.865)
Recursos de Mercados Interbancários	(7.970)	(14.404)	(6.245)
Recursos de Mercados Institucionais	(8.030)	(10.695)	(9.971)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(12.556)	(8.987)	(3.436)
Outros	(42)	(56)	(42)
Total	(75.064)	(72.977)	(46.361)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(3.158)	41	(2.736)
Derivativos ^(*)	(6.071)	119	(2.517)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	51	32	15
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(2.812)	(915)	(839)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	128	(1)	153
Total	(11.862)	(724)	(5.924)

() Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.*

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e 31/12/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/12/2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 1.533 (R\$ 174 em 31/12/2014 e R\$ 3 em 31/12/2013) de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, registrado na demonstração do resultado na linha "Ganho (Perda) Líquido com investimentos em Títulos e Derivativos".

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Serviços de Contas Correntes	8.815	7.725	6.450
Taxas de Administração	2.932	2.660	2.501
Comissões de Cobrança	1.250	1.279	1.213
Comissões de Cartões de Crédito	12.722	11.507	9.701
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.609	1.407	1.240
Comissão de Corretagem	248	262	337
Outros	1.876	1.502	1.270
Total	29.452	26.342	22.712

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto ^(*)	97	1.194	131
Recuperação de Despesas	210	207	110
Reversão de Provisões	455	179	119
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32e)	65	158	624
Outros	452	416	411
Total	1.279	2.154	1.395

(*) De 01/01 a 31/12/2014 refere-se basicamente ao lucro na alienação do investimento da ISSC no montante de R\$ 1.151.

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesas de Pessoal	(19.573)	(17.071)	(15.860)
Remuneração	(7.982)	(7.046)	(6.503)
Encargos	(2.540)	(2.364)	(2.181)
Benefícios Sociais	(2.472)	(2.133)	(1.983)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(240)	33	7
Benefício Definido	(78)	(30)	(37)
Contribuição Definida	(162)	63	44
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(214)	(231)	(188)
Treinamento	(202)	(186)	(185)
Participações de Empregados nos Lucros	(3.387)	(3.324)	(2.850)
Desligamentos	(351)	(377)	(327)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(2.185)	(1.443)	(1.650)
Despesas Administrativas	(15.112)	(14.325)	(13.257)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.052)	(3.870)	(3.700)
Serviços de Terceiros	(4.044)	(4.189)	(3.215)
Instalações	(1.022)	(924)	(964)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.095)	(972)	(1.361)
Despesas de Aluguéis	(1.289)	(1.216)	(1.100)
Transportes	(411)	(432)	(454)
Materiais	(380)	(365)	(356)
Despesas com Serviços Financeiros	(614)	(544)	(496)
Segurança	(675)	(627)	(549)
Concessionárias de Serviços Públicos	(418)	(289)	(248)
Despesas de Viagem	(212)	(204)	(194)
Outros	(900)	(693)	(620)
Depreciação	(1.688)	(1.641)	(1.522)
Amortização	(910)	(827)	(808)
Despesas de Comercialização de Seguros	(1.138)	(1.214)	(1.147)
Outras Despesas	(9.205)	(7.472)	(7.320)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(3.415)	(2.691)	(1.874)
Perdas com fraudes com Terceiros	(468)	(472)	(566)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em			
Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(187)	(133)	(132)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(2.069)	(1.708)	(2.274)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(1.361)	(971)	(1.311)
Ressarcimento de custos interbancários	(262)	(229)	(227)
Outros	(1.443)	(1.268)	(936)
Total	(47.626)	(42.550)	(39.914)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18.265	28.808	20.865
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(7.611)	(11.523)	(8.346)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	176	109	243
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	8.329	1.471	1.054
Juros sobre o Capital Próprio	2.585	1.738	1.619
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	631	639	639
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	271	311	172
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis ^(*)	(13.346)	46	(2.884)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.965)	(7.209)	(7.503)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	13.006	1.341	3.617
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	(71)	(1.079)	(457)
Majoração de Alíquota da Contribuição Social (Nota 27b III)	3.921	-	-
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	16.856	262	3.160
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.891	(6.947)	(4.343)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	32.513	(7.009)	23.407	48.911
Créditos de Liquidação Duvidosa	18.909	(2.319)	8.982	25.572
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	5.430	(239)	1.464	6.655
Provisões para Passivos Contingentes	<u>4.298</u>	<u>(1.364)</u>	<u>2.451</u>	<u>5.385</u>
Ações Cíveis	1.818	(624)	955	2.149
Ações Trabalhistas	1.460	(382)	734	1.812
Fiscais e Previdenciárias	1.009	(351)	762	1.420
Outros	11	(7)	-	4
Ágio na Aquisição do Investimento	721	(210)	-	511
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	394	(698)	812	508
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	3	(4)	1.254	1.253
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	109	(109)	4.951	4.951
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	274	-	48	322
Outros	2.375	(2.066)	3.445	3.754
Refletido no Patrimônio Líquido	4.106	(1.527)	1.674	4.253
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	2.514	(631)	-	1.883
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	539	(142)	1.583	1.980
Hedge de Fluxo de Caixa	50	-	87	137
Outros	1.003	(754)	4	253
Total ^{(1) (2)}	36.619	(8.536)	25.081	53.164

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaucard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	35.043	(12.477)	9.947	32.513
Créditos de Liquidação Duvidosa	17.896	(4.889)	5.902	18.909
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.137	(714)	7	5.430
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.973</u>	<u>(1.515)</u>	<u>1.840</u>	<u>4.298</u>
Ações Cíveis	1.706	(435)	547	1.818
Ações Trabalhistas	1.400	(894)	954	1.460
Fiscais e Previdenciárias	849	(179)	339	1.009
Outros	18	(7)	-	11
Ágio na Aquisição do Investimento	1.515	(794)	-	721
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.479	(1.389)	304	394
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	653	(662)	12	3
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	439	(439)	109	109
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	262	-	12	274
Outros	2.689	(2.075)	1.761	2.375
Refletido no Patrimônio Líquido	4.502	(915)	519	4.106
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	3.153	(639)	-	2.514
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	814	(275)	-	539
Hedge de Fluxo de Caixa	426	-	376	802
Outros	109	(1)	143	251
Total ^(*)	39.545	(13.392)	10.466	36.619

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	4.735	(1.801)	1.343	4.277
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.508	(1.021)	-	1.487
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	876	(425)	679	1.130
Planos de Pensão	336	(34)	34	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(12)	59	51
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	6	(6)	198	198
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	563	(277)	-	286
Outros	442	(26)	373	789
Refletido no Patrimônio Líquido	956	(97)	945	1.804
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	132	(79)	-	53
Hedge de Fluxo de Caixa	373	-	940	1.313
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	442	(18)	-	424
Outros	9	-	5	14
Total (*)	5.691	(1.898)	2.288	6.081

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	7.527	(3.289)	497	4.735
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.165	(1.657)	-	2.508
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	981	(155)	50	876
Planos de Pensão	355	(118)	99	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	392	(388)	-	4
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	157	(157)	6	6
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	267	-	296	563
Outros	1.210	(814)	46	442
Refletido no Patrimônio Líquido	460	-	496	956
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	64	-	68	132
Hedge de Fluxo de Caixa	84	-	289	373
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	311	-	131	442
Outros	1	-	8	9
Total (*)	7.987	(3.289)	993	5.691

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2015, são:

	Créditos Tributários				Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos			
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%		
2016	14.911	32%	113	2%	15.024	28%	(1.080)	18%	13.944	30%
2017	6.895	15%	293	5%	7.188	14%	(924)	16%	6.264	13%
2018	6.732	14%	498	7%	7.230	14%	(1.297)	21%	5.933	13%
2019	6.778	15%	264	4%	7.042	13%	(387)	6%	6.655	14%
2020	2.287	5%	3.016	45%	5.303	10%	(427)	7%	4.876	10%
Acima de 2020	8.906	19%	2.471	37%	11.377	21%	(1.966)	32%	9.411	20%
Total	46.509	100%	6.655	100%	53.164	100%	(6.081)	100%	47.083	100%
Valor Presente (*)	40.660		5.230		45.890		(5.031)		40.859	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CS para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.921. Em 31/12/2015 e 31/12/2014, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido	25.740	21.555	16.424
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(65)	(65)	(65)
Subtotal	25.675	21.490	16.359
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(67)	(67)	(67)
Subtotal	25.608	21.423	16.292
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	13.043	10.850	8.262
Aos Detentores de Ações Preferenciais	12.565	10.573	8.030
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	13.110	10.917	8.329
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	12.630	10.638	8.095
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Lucro por Ação - Básico - R\$			
Ações Ordinárias	4,30	3,58	2,73
Ações Preferenciais	4,30	3,58	2,73
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	12.630	10.638	8.095
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	74	58	35
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	12.704	10.696	8.130
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	13.110	10.917	8.329
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(74)	(58)	(35)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	13.036	10.859	8.294
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.969.647.577	3.001.704.485	2.986.498.093
Ações Preferenciais	2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	34.301.140	32.298.065	25.062.935
Lucro por Ação Diluído - R\$			
Ações Ordinárias	4,28	3,56	2,72
Ações Preferenciais	4,28	3,56	2,72

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 7.110.702 ações preferenciais em 31/12/2015, 6.418.385 ações preferenciais em 31/12/2014 e 9.544.743 ações preferenciais em 31/12/2013.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Custo Serviço Corrente	(68)	(74)	-	-	-	-	(68)	(74)
Juros Líquidos	(6)	(32)	219	196	(17)	(14)	196	150
Aportes e Contribuições (*)	-	-	(381)	(133)	-	-	(381)	(133)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	13	9	13	9
Total Valores Reconhecidos	(74)	(106)	(162)	63	(4)	(5)	(240)	(48)

(*) Em 2015, inclui provisão para equacionamento de excedente do fundo previdencial, conforme regulamento, no montante R\$ 2.36. No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 207 (R\$ 190 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 183 de 01/01 a 31/12/2013), sendo R\$ 144 (R\$ 133 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 136 de 01/01 a 31/12/2013), oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
No Início do Período	(75)	(354)	(221)	(286)	(8)	7	(304)	(633)
Efeito na Restrição do Ativo	(103)	(453)	(38)	77	-	-	(141)	(376)
Remensurações	133	732	(55)	(12)	(5)	(15)	73	705
Total Valores Reconhecidos	(45)	(75)	(314)	(221)	(13)	(8)	(372)	(304)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾	
Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾	
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

⁽¹⁾ Plano de modalidade de benefício definido;

⁽²⁾ Plano de modalidade de contribuição variável;

⁽³⁾ Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	11,28% a.a.	10,24% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2015 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo			% Alocação			Meta 2016
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	
Títulos de Renda Fixa	12.369	12.250	11.251	90,73%	91,16%	89,92%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	537	641	709	3,94%	4,77%	5,67%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	27	22	18	0,20%	0,17%	0,14%	0% a 10%
Imóveis	633	488	508	4,64%	3,63%	4,06%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	67	37	26	0,49%	0,27%	0,21%	0% a 5%
Total	13.633	13.438	12.512	100,00%	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 452 (R\$ 554 em 31/12/2014 e R\$ 596 em 31/12/2013), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 606 (R\$ 455 em 31/12/2014 e R\$ 474 em 31/12/2013).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2015, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
1- Ativos Líquidos dos Planos	13.633	13.438	12.512
2- Passivos Atuariais	(11.587)	(11.695)	(11.577)
3- Superveniência (1-2)	2.046	1.743	935
4- Restrição do Ativo ^(*)	(2.134)	(1.847)	(1.293)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(88)	(104)	(358)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	224	242	222
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(312)	(346)	(580)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

31/12/2015					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)
Custo Serviço Corrente	-	(68)	(68)	-	(68)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.334	(1.151)	183	(189)	(6)
Benefícios Pagos	(908)	908	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	60	-	60	-	60
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(103)	(103)
Remensurações ^{(2) (3)}	(306)	419	113	5	118
Valor Final do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)

31/12/2014					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

31/12/2013					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29
Custo Serviço Corrente	-	(103)	(103)	-	(103)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.202	(1.025)	177	(175)	2
Benefícios Pagos	(739)	739	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	68	-	68	-	68
Contribuições Participantes	16	-	16	-	16
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	1.036	1.036
Remensurações ^{(2) (3)}	(3.107)	1.718	(1.389)	(17)	(1.406)
Valor Final do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2015 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2014 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.028 (R\$ 1.611 em 31/12/2014 e R\$ (1.905) em 31/12/2013).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 60 (R\$ 81 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 68 de 01/01 a 31/12/2013). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2016 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 55.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	949
2017	977
2018	1.009
2019	1.042
2020	1.083
2021 a 2025	5.935

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	566	4,92%	(281)
- Acréscimo em 0,5%	(520)	(4,51%)	201

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086	2.646	(318)	2.328
Juros Líquidos	239	(20)	219	223	(27)	196	206	(26)	180
Aportes e Contribuições (Nota 29)	(381)	-	(381)	(133)	-	(133)	(136)	-	(136)
Efeito na Restrição do Ativo	-	(38)	(38)	-	77	77	-	43	43
Remensurações	(67)	12	(55)	(13)	1	(12)	(355)	26	(329)
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.229	(270)	1.959	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
No Início do Período	(170)	(146)	(148)
Custo de Juros	(17)	(14)	(12)
Benefícios Pagos	13	9	7
Remensurações	(5)	(19)	7
No Final do Período (Nota 20b)	(179)	(170)	(146)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	12
2017	13
2018	14
2019	15
2020	15
2021 a 2025	91

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	4	(3)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	20	(17)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Acidentes Pessoais Coletivo	5,8	7,0	42,0	39,0
Acidentes Pessoais Individual	19,5	17,8	11,4	10,6
Compreensivo Empresarial	44,6	46,2	20,9	17,5
Crédito Interno	113,7	77,6	18,3	26,3
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	86,7	87,1	1,4	1,4
Doença Grave ou Terminal	16,1	13,6	10,7	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	16,8	16,8	64,6	64,0
Prestamista	15,6	14,8	21,8	21,1
Riscos de Petróleo	-	77,2	-	11,8
Riscos Diversos	7,4	5,2	62,2	57,3
Riscos Nomeados e Operacionais	-	57,8	-	4,1
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	15,0	13,0	(2,8)	(1,6)
Vida em Grupo	46,7	52,9	13,0	13,9

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas			Resseguros			Prêmios e Contribuições Retidas		
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Acidentes Pessoais Coletivo	862	796	698	(2)	(2)	(2)	860	794	696
Acidentes Pessoais Individual	214	186	155	(11)	(2)	(3)	203	184	152
Compreensivo Empresarial	57	139	199	-	(25)	(45)	57	114	154
Crédito Interno	151	105	59	-	-	-	151	105	59
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	37	243	366	-	-	-	37	243	366
Doenças Graves ou Terminais	169	159	139	(2)	(1)	(1)	167	158	138
Extensão de Garantia - Patrimonial	252	1.202	1.293	-	-	-	252	1.202	1.293
Pensão Pecúlio Invalidez	256	194	151	(6)	(5)	(6)	250	189	145
PGBL	1.840	1.665	1.532	-	-	-	1.840	1.665	1.532
Prestamista	726	802	726	(1)	-	-	725	802	726
Riscos de Petróleo	-	284	471	-	(252)	(408)	-	32	63
Riscos Diversos	172	223	231	-	(53)	(69)	172	170	162
Riscos Nomeados e Operacionais	-	501	606	-	(393)	(487)	-	108	119
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	224	187	152	(19)	(19)	(15)	205	168	137
Tradicional	159	174	180	-	-	-	159	174	180
VGBL	15.501	13.532	13.675	-	-	-	15.501	13.532	13.675
Vida em Grupo	1.453	1,414	1,392	(37)	(28)	(25)	1,416	1,386	1,367
Demais Ramos	561	991	1,302	(11)	(251)	(462)	550	740	840
Total	22.634	22.797	23.327	(89)	(1.031)	(1.523)	22.545	21.766	21.804

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2015			31/12/2014				
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	5.872	28.228	75.678	109.778	10.275	25.252	63.496	99.023
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.825	2.255	15.501	22.581	7.267	2.034	13.541	22.842
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(5.780)	(253)	-	(6.033)	(7.154)	(192)	-	(7.346)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.553)	(337)	(19)	(1.909)	(2.395)	(204)	(10)	(2.609)
(+) Sinistros Avisados	1.712	-	-	1.712	2.219	-	-	2.219
(-) Resgates	(2)	(1.479)	(8.720)	(10.201)	(1)	(1.249)	(7.929)	(9.179)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	886	504	1.390	-	266	347	613
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	9	3.244	9.052	12.305	7	2.249	6.319	8.575
(+/-) Desenvolvimento de Negócios (Notas 3a e b)	-	-	-	-	(4.402)	-	-	(4.402)
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(328)	144	(134)	(318)	56	72	(86)	42
Provisão de Seguros e Previdência Privada	4.755	32.688	91.862	129.305	5.872	28.228	75.678	109.778

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Prêmios não Ganhos	3.027	4.015	15	12	3.042
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	24	13	122.914	102.311	122.938
Resgates e Outros Valores a Regularizar	23	21	166	168	189
Excedente Financeiro	1	1	547	519	548
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	783	760	18	15	801
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	424	635	24	19	448
Despesas Relacionadas e Administrativas	42	42	50	70	92
Outras Provisões	431	385	816	792	1.247
Total ⁽²⁾	4.755	5.872	124.550	103.906	129.305

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2015	1.647
Constituições	1.133
Amortizações	(1.879)
Saldo em 31/12/2015	901
Saldo a amortizar até 12 meses	644
Saldo a amortizar após 12 meses	257
Saldo em 01/01/2014	2.205
Constituições	1.747
Amortizações	(2.263)
Reorganização Societária	31
Venda da Carteira de Grandes Riscos	(73)
Saldo em 31/12/2014	1.647
Saldo a amortizar até 12 meses	972
Saldo a amortizar após 12 meses	675

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	801
(-) Operações DPVAT	17
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	227
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	555

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2015.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	928	1.061	1.221	1.302	855	
1 ano depois	933	1.054	1.221	1.318	-	
2 anos depois	934	1.059	1.222	-	-	
3 anos depois	937	1.058	-	-	-	
4 anos depois	935	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	935	1.058	1.222	1.318	855	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	929	1.055	1.216	1.304	596	5.100
Passivo Reconhecido no Balanço	6	3	6	14	258	287
Passivo em Relação a Anos Anteriores						13
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						300

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	30	50	32	33	28	
1 ano depois	55	58	49	42	-	
2 anos depois	63	67	54	-	-	
3 anos depois	70	70	-	-	-	
4 anos depois	71	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	71	70	54	42	28	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	50	37	27	15	172
Passivo Reconhecido no Balanço	28	20	17	15	13	93
Passivo em Relação a Anos Anteriores						162
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						255

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	801
(-) Operações DPVAT	17
(-) IBNER	227
(-) Resseguros ⁽²⁾	36
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	519

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2015.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2015.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	913	1.018	1.190	1.279	849	
1 ano depois	913	1.008	1.188	1.295	-	
2 anos depois	915	1.013	1.189	-	-	
3 anos depois	917	1.013	-	-	-	
4 anos depois	915	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	915	1.013	1.189	1.295	849	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	912	1.010	1.184	1.281	612	4.999
Passivo Reconhecido no Balanço	3	3	6	14	237	263
Passivo em Relação a anos Anteriores						17
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						280

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	30	50	32	33	28	
1 ano depois	55	58	49	41	-	
2 anos depois	62	66	55	-	-	
3 anos depois	69	70	-	-	-	
4 anos depois	71	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	71	70	55	41	28	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	50	38	27	15	173
Passivo Reconhecido no Balanço	27	20	17	15	13	92
Passivo em Relação a Anos Anteriores						147
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						239

Na composição da tabela de desenvolvimento de sinistros foram excluídos os sinistros históricos da operação de seguros de grandes riscos conforme informado na Nota 3c.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2015, 2014 e 2013.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de run-off com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido (*)					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros Bruto de Resseguros	Seguros Líquido de Resseguros	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros Bruto de Resseguros	Seguros Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	8	(4)	(3)	3	(5)	(5)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(8)	3	3	(3)	5	5
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	38	7	7	30	7	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(39)	(7)	(7)	(31)	(7)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(12)	-	-	(11)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	12	-	-	11	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(62)	(60)	-	(62)	(59)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	63	60	-	62	59

(*) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores. No caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adotava-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo no ano 2014 e 2013:

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
DPVAT	37	37	100,0	243	243	100,0	366	366	100,0
Extensão de Garantia	252	252	100,0	1.202	1.202	100,0	1.293	1.293	100,0
Prestamista	726	725	99,9	802	802	100,0	726	726	100,0
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	862	860	99,7	796	794	99,8	698	696	99,7
Acidentes Pessoais Individual	214	203	94,8	186	184	98,9	155	152	98,1
Vida em Grupo	1.453	1.416	97,5	1.414	1.386	98,2	1.392	1.367	98,2
Grandes Riscos									
Riscos de Engenharia	-	-	-	46	8	17,4	120	16	13,3
Riscos de Petróleo	-	-	-	284	32	11,3	471	63	13,4
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	501	108	21,6	606	119	19,6

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, entendemos que os principais riscos inerentes a estes produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguros, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias.
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros.
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização.
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança onde as decisões podem chegar aos órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	(R\$ milhões)			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.821	(3,20)	4.299	(3,39)
NTN-B	2.055	(1,95)	1.950	(2,17)
LTN	-	-	0	(0,00)
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	209	(0,09)	337	(0,22)
Indexado a PRE	77	(0,00)	64	(0,01)
Ações	1	0,01	2	0,02
Ativos Pós-Fixados	4.998	-	8.177	-
Compromissadas Over	4.977	-	7.746	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Passivo (1)	DU do Passivo (2)	Passivo (1)	DU do Passivo (2)
Passivo				
Operações de Seguros				
Prêmios não Ganhos	3.025	15,8	4.014	15,8
IBNR, PDR e PSL	1.243	15,7	1.435	15,8
Outras Provisões	434	104,6	388	108,7
Subtotal	4.702		5.837	
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual				
Despesas Relacionadas	50	102,7	70	92,0
Prêmios não Ganhos	17	-	14	-
Sinistros Liquidar	20	-	17	-
IBNR	28	9,8	20	12,1
Resgates e Outros Valores a Regularizar	190	-	188	-
Matemática de Benefícios Concedidos	1.540	102,7	1.254	92,0
Matemática de Benefícios a Conceder-PGGBL / VGBL	117.073	160,6	97.141	169,6
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	4.321	208,1	3.926	187,7
Outras Provisões	816	208,1	791	187,7
Excedente Financeiro	548	207,8	520	187,4
Subtotal	124.603		103.941	
Total Reservas Técnicas	129.305		109.778	
Total Ativos Garantidores				

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

I - Discriminação dos Resseguradores

A divisão dos riscos cedidos as resseguradoras e a classificação destas de acordo com a agência de rating Standard & Poor's é apresentada a seguir:

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 86,70% (38,57% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 13,23% (5,34% em 31/12/2014). Somente para 31/12/2014, Lloyd's (A+) com 17,48%, Mapfre Re, Cia de Reaseguros, S.A. (A) com 4,21% e American Home Assurance Company (A) com 4,01%.
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50% (50% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 50% (50% em 31/12/2014). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 60,26% (55,46% em 31/12/2014) e IRB Brasil Resseguros com 39,74% (44,54% em 31/12/2014).

II - Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2015													
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto		Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		Derivativos Ativo		Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		Total
Baixo	5.667		94.709		-		126		2.732		4.320	107.554	
Médio	-		16		-		-		-		-	16	
Alto	-		-		-		-		-		-	-	
Total	5.667		94.725		-		126		2.732		4.320	107.570	
%	5,3		88,1		-		0,1		2,5		4,0	100,0	

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2014													
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto		Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		Derivativos Ativo		Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		Total
Baixo	9.721		66.781		-		105		2.389		3.958	82.954	
Médio	-		3		-		-		-		-	3	
Alto	-		3		-		-		-		-	3	
Total	9.721		66.787		-		105		2.389		3.958	82.960	
%	11,7		80,5		-		0,1		2,9		4,8	100,0	

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	262	297	610	631
Contratos Emitidos	-	-	75	983
Sinistros a Recuperar	-	(16)	-	1
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	12	-	(36)	(1.006)
Outras Constituições / Reversões	(256)	(19)	(546)	1
Saldo Final	18	262	103	610

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/12/2015	31/12/2014
Sinistros de Resseguros	52	2.456
Prêmios de Resseguros	24	949
Comissão de Resseguros	-	(37)
Saldo Final	76	3.368

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	2.456	2.729
Sinistros Avisados	32	340
Sinistros Pagos	(25)	(737)
Outras Constituições / Reversões	(2.412)	30
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	1	94
Saldo Final (*)	52	2.456

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 ell.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	949	979
Constituições	61	889
Reversões	(45)	(919)
Outras Constituições / Reversões	(941)	-
Saldo Final	24	949

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(37)	(47)
Constituições	4	44
Reversões	(4)	(34)
Outras Constituições / Reversões	37	-
Saldo Final	-	(37)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	85.100	85.100	80.633	80.633
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.525	30.525	23.081	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	254.404	254.404	208.918	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	164.311	164.311	132.944	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	642	642	733	733
Derivativos ^(*)	26.755	26.755	14.156	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	86.045	86.045	78.360	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	42.185	38.892	34.434	34.653
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	447.404	446.787	430.039	432.544
Outros Ativos Financeiros	53.506	53.506	53.649	53.649
Passivos Financeiros				
Depósitos	292.610	292.775	294.773	294.924
Captação no Mercado Aberto	336.643	336.643	288.683	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	412	412	520	520
Derivativos ^(*)	31.071	31.071	17.350	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	156.886	156.174	122.586	122.016
Recursos de Mercados Institucionais	93.918	95.461	73.242	72.391
Passivos de Planos de Capitalização	3.044	3.044	3.010	3.010
Outros Passivos Financeiros	68.715	68.715	71.492	71.492

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 81.180 (R\$ 73.759 em 31/12/2014) com o valor justo estimado de R\$ 1.143 (R\$ 1.140 em 31/12/2014).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2015 e 31/12/2014 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	123.948	40.303	60	164.311	91.024	41.130	790	132.944
Fundos de Investimento	19	1.032	-	1.051	6	864	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	114.007	3.043	3	117.053	84.265	2.128	-	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	4.431	-	-	4.431	1.914	-	-	1.914
Títulos Públicos - Outros Países	933	216	-	1.149	1.151	389	-	1.540
Argentina	696	-	-	696	628	-	-	628
Chile	-	36	-	36	-	132	-	132
Colômbia	-	72	-	72	-	88	-	88
Estados Unidos	132	-	-	132	448	-	-	448
México	3	-	-	3	3	-	-	3
Paraguai	-	68	-	68	-	128	-	128
Uruguai	-	40	-	40	-	41	-	41
Outros	102	-	-	102	72	-	-	72
Títulos de Empresas	4.558	36.012	57	40.627	3.688	37.749	790	42.227
Ações Negociáveis	2.161	-	-	2.161	2.351	-	-	2.351
Certificado de Depósito Bancário	19	2.564	-	2.583	12	3.269	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	1	1
Debêntures	2.333	2.141	48	4.522	1.313	2.720	210	4.243
Euro Bonds e Assemelhados	45	940	6	991	10	1.049	2	1.061
Letras Financeiras	-	30.367	-	30.367	-	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	577	577
Outros	-	-	3	3	2	-	-	2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	32.439	49.347	4.259	86.045	30.787	42.169	5.404	78.360
Fundos de Investimento	6	98	114	218	3	138	-	141
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	10.793	791	212	11.796	13.570	572	249	14.391
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	17.312	-	-	17.312	11.234	-	-	11.234
Títulos Públicos - Outros Países	2.152	7.702	29	9.883	1.153	7.453	13	8.619
Bélgica	-	-	-	-	57	-	-	57
Chile	-	1.378	29	1.407	-	1.106	13	1.119
Coréia	-	1.626	-	1.626	-	1.782	-	1.782
Dinamarca	-	2.548	-	2.548	-	2.699	-	2.699
Espanha	-	1.060	-	1.060	-	783	-	783
Estados Unidos	2.022	-	-	2.022	726	-	-	726
França	-	-	-	-	133	-	-	133
Holanda	122	-	-	122	151	-	-	151
Itália	-	-	-	-	70	-	-	70
Paraguai	-	912	-	912	9	840	-	849
Uruguai	-	178	-	178	-	243	-	243
Outros	8	-	-	8	7	-	-	7
Títulos de Empresas	2.176	40.756	3.904	46.836	4.827	34.006	5.142	43.975
Ações Negociáveis	661	-	267	928	1.998	1	-	1.999
Cédula do Produtor Rural	-	1.078	52	1.130	-	1.357	51	1.408
Certificado de Depósito Bancário	-	1.443	130	1.573	-	1.223	58	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.037	2.037	-	-	2.522	2.522
Debêntures	410	21.581	844	22.835	2.732	16.807	706	20.245
Euro Bonds e Assemelhados	1.105	8.981	26	10.112	97	6.557	53	6.707
Letras Financeiras	-	6.479	367	6.846	-	7.735	270	8.005
Notas Promissórias	-	937	54	991	-	-	1.397	1.397
Outros	-	257	127	384	-	326	85	411
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642	733	-	-	733
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	506	-	-	506	626	-	-	626
Títulos Públicos - Outros Países	136	-	-	136	107	-	-	107
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	412	-	412	-	448	72	520
Notas Estruturadas	-	412	-	412	-	448	72	520

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2015 e 31/12/2014 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	529	24.975	1.251	26.755	(218)	14.253	121	14.156
Futuros	529	-	-	529	-	-	-	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	7.958	1.189	9.147	-	4.783	33	4.816
Opções	-	5.550	33	5.583	-	2.856	16	2.872
Termo	-	3.166	-	3.166	-	2.394	-	2.394
Derivativos de Crédito	-	614	-	614	-	122	-	122
Forwards	-	3.430	-	3.430	-	2.106	-	2.106
Verificação de Swap	-	355	-	355	-	93	-	93
Outros Derivativos	-	3.902	29	3.931	(218)	1.899	72	1.753
Derivativos - Passivo	-	(31.038)	(33)	(31.071)	(310)	(16.996)	(44)	(17.350)
Futuros	-	-	-	-	(354)	-	-	(354)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(16.310)	(21)	(16.331)	-	(9.496)	(38)	(9.534)
Opções	-	(5.771)	(12)	(5.783)	-	(3.051)	(6)	(3.057)
Termo	-	(833)	-	(833)	-	(682)	-	(682)
Derivativos de Crédito	-	(875)	-	(875)	-	(179)	-	(179)
Forwards	-	(3.142)	-	(3.142)	-	(1.693)	-	(1.693)
Verificação de Swap	-	(545)	-	(545)	-	(229)	-	(229)
Outros Derivativos	-	(3.562)	-	(3.562)	44	(1.666)	-	(1.622)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2015 e 31/12/2014. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 89.650 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Dezembro de 2015, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 41.561 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	790	33	102	(865)	-	60	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	4	-	(1)	-	3	-
Títulos de Dívida de Empresas	790	29	102	(864)	-	57	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	-	(1)	-	-	-
Debêntures	210	(13)	66	(215)	-	48	-
Notas Promissórias	577	54	-	(631)	-	-	-
Euro Bonds e Assemelhados	2	(6)	27	(17)	-	6	-
Outros	-	(6)	9	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.404	(1.241)	4.453	(4.624)	267	4.259	(451)
Fundos de Investimento	-	(1.128)	1.242	-	-	114	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	249	(116)	85	(6)	-	212	(22)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	13	(1)	101	(84)	-	29	-
Títulos de Dívida de Empresas	5.142	4	3.025	(4.534)	267	3.904	(429)
Ações Negociáveis	-	-	-	-	267	267	-
Cédula do Produtor Rural	51	1	9	(9)	-	52	-
Certificado de Depósito Bancário	58	7	201	(136)	-	130	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.522	(142)	68	(411)	-	2.037	(207)
Debêntures	706	(12)	915	(765)	-	844	(222)
Euro Bonds e Assemelhados	53	(8)	94	(113)	-	26	2
Letras Financeiras	270	48	49	-	-	367	(2)
Notas Promissórias	1.397	72	1.574	(2.989)	-	54	-
Outros	85	38	115	(111)	-	127	-

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Derivativos - Ativo	121	369	316	(219)	664	1.251	31
Swaps - Diferencial a Receber	33	318	192	(18)	664	1.189	-
Opções	16	(29)	124	(78)	-	33	(10)
Outros Derivativos	72	80	-	(123)	-	29	41
Derivativos - Passivo	(44)	(40)	(95)	148	(2)	(33)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(38)	(38)	(11)	68	(2)	(21)	-
Opções	(6)	(2)	(84)	80	-	(12)	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	27	695	230	(372)	-	790	-
Títulos de Empresas	27	695	230	(372)	-	790	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	10	-	(9)	-	1	-
Debêntures	-	29	705	(524)	-	210	-
Notas Promissórias	27	562	230	(242)	-	577	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	123	-	(121)	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.489	1.581	6.303	(9.020)	-	5.404	(5)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	258	(272)	267	(4)	-	249	-
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	34	(17)	40	(44)	-	13	-
Títulos de Empresas	6.197	1.870	5.996	(8.972)	-	5.142	(5)
Cédula do Produtor Rural	-	-	51	-	-	51	-
Certificado de Depósito Bancário	33	12	97	(84)	-	58	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.834	1.538	14	(3.864)	-	2.522	(8)
Debêntures	-	313	706	(313)	-	706	-
Euro Bonds e Assemelhados	74	23	-	(44)	-	53	3
Letras Financeiras	-	4	266	-	-	270	-
Notas Promissórias	1.227	(22)	4.858	(4.666)	-	1.397	-
Outros	29	2	55	(1)	-	85	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2014
Derivativos - Ativo	124	73	92	(172)	4	121	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	37	2	(10)	4	33	-
Opções	13	24	18	(39)	-	16	-
Outros Derivativos	111	12	72	(123)	-	72	-
Derivativos - Passivo	(5)	2	(10)	(18)	(13)	(44)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(23)	1	(3)	(13)	(38)	-
Opções	(5)	25	(11)	(15)	-	(6)	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2015	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(2,6)	(6,3)
	II	(65,3)	(154,0)
	III	(130,5)	(300,9)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(5,7)	-
	II	(11,4)	-
Não Lineares	I	(21,9)	-
	II	(38,9)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/12/2015	31/12/2014
Cíveis	5.227	4.643
Trabalhistas	6.132	5.598
Fiscais e Previdenciárias	7.500	6.627
Outros	135	159
Total	18.994	17.027
Circulante	3.848	3.268
Não Circulante	15.146	13.759

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação. Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de

Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. No entanto, não há previsão de quando ocorrerá o julgamento pelo STF, pois, com o impedimento de alguns de seus ministros, não há, por enquanto, quórum suficiente para se decidir a questão.

As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Em julgamentos relevantes ao longo de 2015, o STJ decidiu que: (i) descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de execução, se inexistir condenação expressa para tanto; e (ii) não haverá pagamento de juros remuneratórios aos poupadores depois de comprovada a data de encerramento das contas de poupança. Também consolidou-se tese de que podem ser incluídos expurgos inflacionários de planos posteriores aos discutidos na ação judicial, a título de correção monetária plena do débito, mesmo sem pedido expresso do poupador. Além disso, permanece consolidado no STJ que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas continuam sendo extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.460 (R\$ 1.800 em 31/12/2014), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 829 (R\$ 416 em 31/12/2014).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com cobrança e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.643	5.598	159	10.400
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(132)	(1.029)	-	(1.161)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
Atualização / Encargos (Nota 26)	322	548	-	870
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>1.747</u>	<u>1.637</u>	<u>(24)</u>	<u>3.360</u>
Constituição (*)	2.698	1.795	(21)	4.472
Reversão	(951)	(158)	(3)	(1.112)
Pagamento	(1.589)	(1.711)	-	(3.300)
Subtotal	4.991	5.043	135	10.169
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	236	1.089	-	1.325
Saldo Final	5.227	6.132	135	11.494
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2015 (Nota 20a)	1.741	2.218	-	3.959

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 233.

	01/01 a 31/12/2014			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização / Encargos (Nota 26)	184	320	-	504
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>1.524</u>	<u>1.123</u>	<u>(64)</u>	<u>2.583</u>
Constituição (*)	2.100	1.459	23	3.582
Reversão	(576)	(336)	(87)	(999)
Pagamento	(1.536)	(1.255)	-	(2.791)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	132	1.029	-	1.161
Saldo Final	4.643	5.598	159	10.400
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2014 (Nota 20a)	2.073	2.567	-	4.640

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 210.

	01/01 a 31/12/2013			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.732	4.852	192	8.776
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
Saldo Oriundo da Aquisição de Empresas (Nota 3)	192	99	-	291
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
Subtotal	3.819	4.017	192	8.028
Atualização/Encargos (Nota 26)	163	236	-	399
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>2.111</u>	<u>1.398</u>	<u>31</u>	<u>3.540</u>
Constituição (*)	2.778	1.591	34	4.403
Reversão	(667)	(193)	(3)	(863)
Pagamento	(1.754)	(1.270)	-	(3.024)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	811	-	945
Saldo Final	4.473	5.192	223	9.888
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2013 (Nota 20a)	2.169	2.451	-	4.620

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 247.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se

trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	6.627	8.974	10.433
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	-	32
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(57)	(61)
Subtotal	6.566	8.917	10.404
Atualização / Encargos ^(*)	609	515	402
Movimentação do Período Refletida no Resultado	588	797	993
Constituição ^(*)	1.170	1.156	1.231
Reversão ^(*)	(582)	(359)	(238)
Pagamento	(328)	(3.663)	(2.882)
Subtotal	7.435	6.566	8.917
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	65	61	57
Saldo Final	7.500	6.627	8.974

() Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.*

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	4.736	5.658	4.557
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	-	167
Apropriação de Rendas	285	377	265
Movimentação do Período	(682)	(1.299)	668
Novos Depósitos	355	193	1.406
Levantamentos Efetuados	(944)	(5)	(21)
Conversão em Renda	(93)	(1.487)	(717)
Saldo Final (Nota 20a)	4.339	4.736	5.657
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	-	-	1
Saldo Final após a Reclassificação	4.339	4.736	5.658

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.098: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.084;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 834: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 98;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 613: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 540;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 559: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 215.

Contingências não provisionadas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 16.165, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.429: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.867: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 612 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.365: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.301: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 960: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 1.093 (R\$ 676 em 31/12/2014) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	793	821
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.335	4.230

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 12.865/13 , com alterações produzidas pela Medida Provisória 627/13.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei 12.865, de 9/10/2013. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **REFIS – PIS e COFINS (art. 39 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98 (pessoas jurídicas de direito privado), devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS – Lucros no Exterior (art. 40 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior (art. 74 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS da crise (art. 17 da Lei nº 12.865/13)**

Esse programa se refere à renegociação dos débitos federais administrados pela RFB e pela PGFN, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal ajuizada.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 508, registrado em Despesas Tributárias, Outras Receitas e Imposto de Renda e Contribuição Social.

f) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos substancialmente relacionados à esfera Federal, instituído pela Lei 13.097, de 19/01/2015 e Lei 13.043/14. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **Refis do Ganho de Capital Auferido na Incorporação de Ações da Nova Bolsa**

Lei 13.097/15 art. 145 – Decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de Dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos.

O efeito líquido do programa no resultado foi de R\$ 27, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

g) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram aos Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas Leis: **São Paulo** (Lei nº 16.097, de 29/12/2014); (Lei nº 55.828, de 07/01/2015); **Rio de Janeiro** (Lei nº 5.854, de 27/04/2015). Os programas incluíram débitos administrados pelos referidos município e podem ser definidos:

- **PPI – Programas de Parcelamento Incentivado** - os programas promovem a regularização dos débitos referidos nestas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 9, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar
- Nível II: inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, com base na consolidação das instituições financeiras.

	31/12/2015
	Consolidado
	Prudencial (*)
Patrimônio de Referência	
Nível I	101.001
Capital Principal	100.955
Capital Complementar	46
Nível II	27.464
Total	128.465
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco	
De Crédito	679.593
De Mercado	14.252
Operacional	28.623
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	722.468
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	79.471
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	48.994
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	17,8%

(*) Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Dezembro de 2015, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado - BRL					
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	1.235
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	5.154
	123			IPCA + 7,21% a 7,33%	268
	367	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	806
	3.621			Total	7.463
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	385
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.973
	30			IPCA + 7%	59
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	312
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.493
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	578
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	241
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.790
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506
	42	2011	2018	IGPM + 7%	60
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	44
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	690
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.900
	6.373			108% a 113% do CDI	7.027
	112			9,95% a 11,95%	158
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3
	12	2012	2019	11,96%	19
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	148
	1			110% do CDI	2
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	33
	1			111% do CDI	2
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	10
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.454
	20			IGPM + 4,63%	25
	23.609			Total	26.912
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.908
	1.000	2010	2021	5,75%	3.890
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.998
	550	2012	2021	6,20%	2.148
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	10.264
	1.851	2012	2023	5,13%	7.278
	7.721			Total	30.486
Total					64.861

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2015 e comparativo a 2014, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos com o intuito de adequá-la à atual estrutura organizacional do banco. Serão reportados os seguintes segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. O Banco de Varejo passa a englobar os antigos segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações do Private Bank e da Latam para o Banco de Atacado, sendo estas as principais alterações desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú BMG Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico

Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do

seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;

- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	70.495	25.774	7.641	103.910	(11.899)	92.011
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.997	18.047	7.513	66.557	(11.949)	54.608
Receita de Prestação de Serviços	21.159	7.282	59	28.500	952	29.452
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.339	445	69	8.853	(2.181)	6.672
Outras Receitas	-	-	-	-	1.279	1.279
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.893)	(5.931)	98	(19.726)	(1.609)	(21.335)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.232)	(6.764)	98	(22.898)	(1.619)	(24.517)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.886	883	-	4.769	10	4.779
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.547)	(50)	-	(1.597)	-	(1.597)
Margem Operacional	56.602	19.843	7.739	84.184	(13.508)	70.676
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(35.924)	(11.130)	(1.948)	(49.002)	(3.409)	(52.411)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(31.547)	(9.877)	(1.522)	(42.946)	(4.680)	(47.626)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.377)	(1.253)	(426)	(6.056)	651	(5.405)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	620	620
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.678	8.713	5.791	35.182	(16.917)	18.265
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.263)	(2.691)	(1.040)	(10.994)	18.885	7.891
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(342)	-	(14)	(356)	(60)	(416)
Lucro Líquido	13.073	6.022	4.737	23.832	1.908	25.740
<i>(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 72.725, receita de dividendos R\$ 98, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (11.862) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (6.353).</i>						
<i>(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.688, de amortização de R\$ 910 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.138.</i>						
Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2015	873.202	547.236	127.716	1.359.172	(82.757)	1.276.415
Passivo Total - 31/12/2015	840.033	502.887	97.017	1.250.955	(88.599)	1.162.356
⁽¹⁾ Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.064	-	2.436	3.500	899	4.399
Ágio	232	-	-	232	1.825	2.057
Imobilizado, Líquido	5.781	1.274	-	7.055	1.486	8.541
Intangível, Líquido	6.606	857	-	7.463	(1.168)	6.295

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2014

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	65.516	20.408	3.916	89.840	1.817	91.657
Margem Financeira ⁽¹⁾	37.880	13.685	3.590	55.155	1.118	56.273
Receita de Prestação de Serviços	19.234	6.321	222	25.777	565	26.342
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.402	402	104	8.908	(2.020)	6.888
Outras Receitas	-	-	-	-	2.154	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.840)	(3.202)	(3)	(15.045)	(756)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.503)	(3.565)	(3)	(18.071)	(761)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.642	407	-	5.049	5	5.054
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.979)	(44)	-	(2.023)	-	(2.023)
Margem Operacional	53.676	17.206	3.913	74.795	1.061	75.856
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(34.200)	(9.150)	(1.089)	(44.439)	(2.609)	(47.048)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(30.243)	(8.158)	(1.182)	(39.583)	(2.967)	(42.550)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.957)	(992)	93	(4.856)	(207)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	565	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	19.476	8.056	2.824	30.356	(1.548)	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.761)	(2.591)	(74)	(9.426)	2.479	(6.947)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(305)	-	(6)	(311)	5	(306)
Lucro Líquido	12.410	5.465	2.744	20.619	936	21.555
<i>(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.138, receita de dividendos R\$ 215, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (724) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 9.644.</i>						
<i>(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.641, de amortização de R\$ 827 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.214</i>						
Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586
⁽¹⁾ Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2013

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	57.504	17.032	3.940	78.476	911	79.387
Margem Financeira ⁽¹⁾	32.932	11.097	3.608	47.637	1.004	48.641
Receita de Prestação de Serviços	16.437	5.495	216	22.148	564	22.712
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.135	440	116	8.691	(2.052)	6.639
Outras Receitas	-	-	-	-	1.395	1.395
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.471)	(1.807)	(332)	(15.610)	740	(14.870)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.270)	(2.008)	(302)	(18.580)	724	(17.856)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.837	248	(40)	5.045	16	5.061
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.038)	(47)	10	(2.075)	-	(2.075)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	44.033	15.225	3.608	62.866	1.651	64.517
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(31.288)	(8.700)	(282)	(40.270)	(3.382)	(43.652)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(27.698)	(7.839)	(450)	(35.987)	(3.927)	(39.914)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.590)	(861)	168	(4.283)	(58)	(4.341)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	603	603
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	12.745	6.525	3.326	22.596	(1.731)	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.189)	(2.215)	(219)	(6.623)	2.280	(4.343)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(125)	-	(12)	(137)	39	(98)
Lucro Líquido	8.431	4.310	3.095	15.836	588	16.424
<i>(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.766, receita de dividendos R\$ 205, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (5.924) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 6.594.</i>						
<i>(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.522, e amortização de R\$ 808 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.147</i>						
Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2013	798.550	355.632	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297
Passivo Total - 31/12/2013	772.996	328.704	86.179	1.022.793	(79.688)	943.105
⁽¹⁾ Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	773	93	2.124	2.990	941	3.931
Ágio	1.732	189	-	1.921	(16)	1.905
Imobilizado, Líquido	5.846	664	-	6.510	54	6.564
Intangível, Líquido	4.906	813	-	5.719	78	5.797

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ⁽¹⁾⁽²⁾	117.140	12.532	129.672	118.946	10.304	129.250	86.481	8.521	95.002
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.570	102	6.672	6.834	54	6.888	6.568	71	6.639
Receita de Prestação de Serviços	27.072	2.380	29.452	24.550	1.792	26.342	21.140	1.572	22.712
Ativos não Correntes ⁽³⁾	13.841	995	14.836	14.038	807	14.845	11.537	824	12.361

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2014 e 31/12/2013.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itaotec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO						
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Captações no Mercado Aberto		(249)	(142)	(20)	(13)	(14)
Duratex S.A.	99% a 101,5% do CDI	(41)	(100)	(9)	(10)	(10)
Elekeiroz S.A.	99% a 100% do CDI	(8)	(6)	(1)	(2)	(2)
Itautec S.A.	100% do CDI	(110)	(2)	-	-	(2)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	99% a 100% do CDI	(64)	(26)	(7)	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da Selic	(11)	-	(1)	-	-
Outras		(15)	(8)	(2)	(1)	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		(116)	(109)	20	8	41
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	2	-	1
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	-	(28)	-	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(114)	(13)	39	35	33
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	5	5	5
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		-	(93)	-	-	-
Outras		-	(3)	2	(32)	2
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(56)	(51)	(48)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(2)	-	(1)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(42)	(38)	(37)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(12)	(13)	(10)
Outras		-	-	-	-	-
Despesas com Doações		-	-	(84)	(78)	(73)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(83)	(77)	(72)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	-	(285)	(267)
Itautec S.A.		-	-	-	(285)	(267)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ (4) (R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2013) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração	459	343	278
Conselho de Administração	27	14	13
Administradores	432	329	265
Participações no Lucro	239	261	259
Conselho de Administração	1	12	8
Administradores	238	249	251
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	9	7	3
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	200	234	166
Total	907	845	706

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado por área executiva independente das unidades de negócio e responsável pelo controle de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2015			31/12/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.502	23.023	30.525	7.875	15.206	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	252.295	2.109	254.404	208.751	167	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	157.206	7.105	164.311	124.391	8.553	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	642	642	-	733	733
Derivativos	15.858	10.897	26.755	7.385	6.771	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	52.221	33.824	86.045	55.686	22.674	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	27.378	14.807	42.185	24.102	10.332	34.434
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	326.241	121.163	447.404	324.021	106.018	430.039
Outros Ativos Financeiros	47.665	5.841	53.506	44.072	9.577	53.649
Off Balance	272.274	30.246	302.520	280.640	25.708	306.348
Avais e Fianças	68.897	5.347	74.244	68.416	5.343	73.759
Cartas de Crédito a Liberar	6.936	-	6.936	11.091	-	11.091
Compromissos a Liberar	196.441	24.899	221.340	201.133	20.365	221.498
Crédito Imobiliário	6.812	-	6.812	9.087	-	9.087
Cheque Especial	81.151	-	81.151	78.461	-	78.461
Cartão de Crédito	102.721	1.211	103.932	103.092	873	103.965
Outros Limites Pré-Aprovados	5.757	23.688	29.445	10.493	19.492	29.985
Total	1.158.640	249.657	1.408.297	1.076.923	205.739	1.282.662

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2015 e 31/12/2014, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 87,7% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 3,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,7% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Setor Público	3.182	0,7	4.389	1,0
Indústria e Comércio	125.386	26,5	116.506	25,7
Serviços	104.226	22,0	99.855	22,1
Setor Primário	25.306	5,3	23.345	5,2
Outros Setores	2.526	0,5	2.242	0,5
Pessoa Física	213.622	45,0	206.094	45,5
Total	474.248	100,0	452.431	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Setor Primário	4.313	0,7	2.444	0,5
Setor Público	197.871	32,7	152.770	31,0
Indústria e Comércio	11.856	2,0	12.722	2,6
Serviços	89.932	14,9	90.630	18,4
Outros Setores	15.420	2,5	1.665	0,3
Pessoa Física	546	0,1	396	0,1
Financeiras	284.929	47,1	231.999	47,1
Total	604.867	100,0	492.626	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2015				31/12/2014			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	340.368	3.838	-	344.206	324.908	4.042	-	328.950
Médio	76.940	6.489	-	83.429	81.994	6.989	-	88.983
Alto	12.609	6.847	-	19.456	11.439	5.853	-	17.292
Impairment	-	-	27.157	27.157	-	-	17.206	17.206
Total	429.917	17.174	27.157	474.248	418.341	16.884	17.206	452.431
%	90,7%	3,6%	5,7%	100,0%	92,5%	3,7%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2015				31/12/2014					
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	102.479	60.132	13.030	11.579	187.220	102.184	62.020	12.022	9.727	185.953
Cartão de Crédito	40.297	11.887	2.286	4.072	58.542	39.417	14.234	2.338	3.332	59.321
Crédito Pessoal	6.234	8.014	9.099	5.049	28.396	7.253	8.932	7.882	3.886	27.953
Crédito Consignado	9.582	33.766	844	1.242	45.434	8.113	31.090	696	626	40.525
Veículos	14.149	4.292	737	880	20.058	20.570	5.791	1.053	1.633	29.047
Crédito Imobiliário	32.217	2.173	64	336	34.790	26.831	1.973	53	250	29.107
Grandes Empresas	122.518	6.132	-	11.339	139.989	123.988	8.191	-	3.749	135.928
Micros/Pequenas e Médias Empresas	56.463	13.350	5.199	3.564	78.576	56.917	15.171	4.599	3.225	79.912
Unidades Externas América Latina	62.746	3.815	1.227	675	68.463	45.861	3.601	671	505	50.638
Total	344.206	83.429	19.456	27.157	474.248	328.950	88.983	17.292	17.206	452.431
%	72,6%	17,6%	4,1%	5,7%	100,0%	72,7%	19,7%	3,8%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2015			31/12/2014				
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	122.097	5.998	-	128.095	123.249	8.093	-	131.342
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	100.819	55.625	8.269	164.713	100.252	56.890	7.746	164.888
Cartão de Crédito	39.945	11.086	1.492	52.523	39.097	13.385	1.632	54.114
Crédito Pessoal	6.166	7.527	6.030	19.723	7.186	8.447	5.469	21.102
Crédito Consignado	9.501	33.116	642	43.259	8.000	30.445	523	38.968
Veículos	13.584	2.918	84	16.586	19.616	3.509	104	23.229
Crédito Imobiliário	31.623	978	21	32.622	26.353	1.104	18	27.475
Micro/Pequenas e Médias Empresas	55.736	11.904	3.570	71.210	56.221	13.885	3.277	73.383
Unidades Externas América Latina	61.716	3.413	770	65.899	45.186	3.126	416	48.728
Total	340.368	76.940	12.609	429.917	324.908	81.994	11.439	418.341

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2015				31/12/2014			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	6.306	2.973	1.650	10.929	7.105	2.818	1.414	11.337
Cartão de Crédito	978	417	551	1.946	990	461	423	1.874
Crédito Pessoal	1.992	1.127	505	3.624	1.837	756	371	2.964
Crédito Consignado	532	248	153	933	631	176	126	933
Veículos	1.706	642	245	2.593	2.781	1.051	353	4.185
Crédito Imobiliário	1.098	539	196	1.833	866	374	141	1.381
Grandes Empresas	411	120	23	554	748	89	1	838
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.288	1.035	479	3.802	2.137	767	400	3.304
Unidades Externas América Latina	1.506	274	109	1.889	984	325	96	1.405
Total	10.511	4.402	2.261	17.174	10.974	3.999	1.911	16.884

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

		31/12/2015						
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total	
								Baixo
Médio	-	26	-	130	889	342	1.387	
Alto	-	2	-	374	308	-	684	
Impairment	-	-	-	-	564	-	564	
Total	284.929	164.311	642	26.755	86.045	42.185	604.867	
%	47,1	27,2	0,1	4,4	14,2	7,0	100,0	

		31/12/2014						
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total	
								Baixo
Médio	-	7	-	46	68	-	121	
Alto	-	3	-	4	65	-	72	
Impairment	-	-	-	-	14	-	14	
Total	231.999	132.944	733	14.156	78.360	34.434	492.626	
%	47,1	27,0	0,1	2,9	15,9	7,0	100,0	

6.1.3. Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/12/2015				31/12/2014			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	54.640	135.202	639	572	57.340	137.641	720	627
Crédito Pessoal	495	1.204	448	419	561	1.160	214	182
Veículos	19.390	50.662	189	152	27.869	66.366	458	403
Crédito Imobiliário	34.755	83.336	2	1	28.910	70.115	48	42
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	169.560	481.916	7.968	2.932	166.376	447.109	6.416	3.035
Unidades Externas América Latina	57.680	89.531	7.715	6.042	42.089	61.349	4.165	3.311
Total	281.880	706.649	16.322	9.546	265.805	646.099	11.301	6.973

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 176.046 (R\$ 175.325 em 31/12/2014).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Imóveis Não de Uso	133	52	2
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	256	86	93
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	18	6	1
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	37	22	12
Total	444	166	108

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26/06/2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis e, (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27/06/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("MtM – Mark to Market"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado através da metodologia por Simulação Histórica. Esta metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itau BBA International plc, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A. e Itaú BBA Colombia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

De 01/01 a 31/12/2015, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 207,0 milhões ou 0,18% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2014 foi de R\$ 131,9 milhões ou 0,13% do patrimônio líquido total).

	(em milhões de R\$)							
	VaR Total (Simulação Histórica)							
	31/12/2015				31/12/2014			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	131,9	78,2	236,4	121,2	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	93,6	75,1	139,2	108,6	60,4	21,1	93,2	83,6
Varição Cambial	47,2	11,3	118,6	13,1	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	134,1	103,9	294,9	108,9	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	28,5	17,2	70,4	59,3	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas ⁽¹⁾								
Itau BBA <i>International</i> ⁽⁴⁾	3,2	1,0	10,1	3,0	1,1	0,4	2,3	1,6
Itaú Argentina ⁽²⁾	8,5	1,9	118,1	7,8	4,0	0,9	18,8	1,9
Itaú Chile ⁽²⁾	7,5	4,5	14,0	4,7	3,3	1,3	5,5	5,3
Itaú Uruguai ⁽³⁾	2,0	0,9	4,1	2,6	1,6	0,8	2,6	2,1
Itaú Paraguai ⁽⁴⁾	3,8	1,3	7,8	7,6	1,3	0,6	3,6	3,5
Itaú BBA Colômbia ⁽²⁾	1,2	0,3	1,7	0,4	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de Diversificação				(233,3)				(194,9)
Risco Total	207,0	152,3	340,7	204,0	131,9	59,0	227,7	193,1

(1) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

(2) VaR calculado por simulação histórica a partir do primeiro trimestre de 2015.

(3) VaR calculado por simulação histórica a partir do terceiro trimestre de 2015.

(4) VaR calculado por simulação histórica a partir deste trimestre.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/12/2015					31/12/2014					Total	
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos		Acima de 5 anos
Ativos Remunerados	376.617	203.639	97.021	277.995	186.609	1.141.881	305.708	226.073	97.686	257.420	117.884	1.004.771
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.454	3.436	2.879	753	3	30.525	15.879	2.259	3.997	946	-	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	196.402	57.997	5	-	-	254.404	146.898	62.020	-	-	-	208.918
Depósitos Compulsórios no Banco Central	62.766	-	-	-	-	62.766	59.714	-	-	-	-	59.714
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.872	9.413	13.649	57.700	70.677	164.311	10.142	25.770	17.539	57.074	22.419	132.944
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	-	642	-	642	-	322	171	240	-	733
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.903	7.106	11.914	35.098	28.024	86.045	5.251	9.679	7.290	29.743	26.397	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	342	-	319	14.500	27.024	42.185	44	264	672	13.609	19.845	34.434
Derivativos	6.040	7.152	2.653	8.116	2.794	26.755	2.408	4.073	2.238	3.682	1.755	14.156
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	70.838	118.535	65.602	161.186	58.087	474.248	65.372	121.686	65.779	152.126	47.468	452.431
Passivos Remunerados	290.908	98.129	74.635	316.852	72.968	853.492	270.976	85.050	60.179	277.952	57.274	751.431
Depósitos de Poupança	111.319	-	-	-	-	111.319	118.449	-	-	-	-	118.449
Depósitos a Prazo	13.465	19.252	13.277	57.694	1.562	105.250	11.705	23.656	7.775	61.794	3.536	108.466
Depósitos Interfinanceiros	4.475	8.727	1.012	735	-	14.949	4.687	13.173	762	503	-	19.125
Mercado Aberto	144.750	15.186	21.262	134.708	20.737	336.643	125.663	11.280	15.150	120.639	15.951	288.683
Mercado Interbancário	8.056	42.525	29.966	62.654	13.685	156.886	8.043	31.076	29.699	44.367	9.401	122.586
Mercado Institucional	4.988	5.123	5.748	42.938	35.121	93.918	624	2.520	3.910	39.516	26.672	73.242
Derivativos	3.850	7.309	3.348	14.715	1.849	31.071	1.728	3.205	2.880	8.001	1.536	17.350
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	5	-	22	364	14	412	77	140	3	122	178	520
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.044	-	3.044	-	-	-	3.010	-	3.010
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	85.709	105.510	22.386	(38.857)	113.641	288.389	34.732	141.023	37.507	(20.532)	60.610	253.340
Diferença Acumulada	85.709	191.219	213.605	174.748	288.389	853.492	34.732	175.755	213.262	192.730	253.340	1.004.771
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	7,5%	16,7%	18,7%	15,3%	25,3%	74,6%	3,5%	17,5%	21,2%	19,2%	25,2%	74,6%

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.060	779	4.611	11.450
Depósitos Compulsórios no Banco Central	234	503	6.435	7.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.281	2.093	4.649	23.023
Aplicações em Mercado Aberto	1.966	56	87	2.109
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.125	73	907	7.105
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642
Derivativos	9.581	1.279	37	10.897
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28.833	3.063	1.928	33.824
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	14.807	-	-	14.807
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.456	36.776	20.931	121.163
Total do Ativo	147.985	44.622	39.585	232.192

Passivo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	55.539	25.811	30.657	112.007
Captações no Mercado Aberto	23.405	240	142	23.787
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	412	-	-	412
Derivativos	9.179	1.396	429	11.004
Recursos de Mercados Interbancários	59.203	3.796	821	63.820
Recursos de Mercados Institucionais	44.901	8.112	334	53.347
Total do Passivo	192.639	39.355	32.383	264.377

Posição Líquida	(44.654)	5.267	7.202	(32.185)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	-----------------

Ativo	31/12/2014			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.607	656	2.872	10.135
Depósitos Compulsórios no Banco Central	292	303	4.035	4.630
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.274	1.055	1.877	15.206
Aplicações em Mercado Aberto	166	1	-	167
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.469	144	940	8.553
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	733	-	-	733
Derivativos	5.632	1.030	109	6.771
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.897	2.435	1.342	22.674
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.332	-	-	10.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.371	26.490	16.157	106.018
Total do Ativo	125.773	32.114	27.332	185.219

Passivo	31/12/2014			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	57.875	19.929	28.813	106.617
Captações no Mercado Aberto	14.913	181	250	15.344
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	520	-	-	520
Derivativos	5.402	1.088	28	6.518
Recursos de Mercados Interbancários	39.935	2.823	540	43.298
Recursos de Mercados Institucionais	31.519	4.425	286	36.230
Total do Passivo	150.164	28.446	29.917	208.527

Posição Líquida	(24.391)	3.668	(2.585)	(23.308)
------------------------	-----------------	--------------	----------------	-----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 586,2 bilhões (R\$ 538,1 bilhões 31/12/2014), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,5% do total, ou R\$ 202,1 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2015			31/12/2014		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	190.352	292.610		183.574	294.773	
Recursos à Vista	61.092	61.092	10,4	48.733	48.733	9,1
Recursos de Poupança	111.319	111.319	19,0	118.449	118.449	22,0
Recursos a Prazo	13.465	105.250	18,0	11.705	108.466	20,2
Outros Recursos	4.476	14.949	2,6	4.687	19.125	3,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	4.128	75.590	12,9	3.959	47.750	8,9
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.863	152.215	25,9	2.840	139.910	26,0
Dívida Subordinada	4.722	65.785	11,2	174	55.617	10,3
Total	202.065	586.200	100,0	190.547	538.050	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 156,6 bilhões e representavam 77,5% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 26,7% do total de recursos e 18,1% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2015	31/12/2014
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	77,5	72,1
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	26,7	25,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	18,1	17,0

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 863.180 (R\$ 809.448 em 31/12/2014).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/12/2015				31/12/2014					
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	18.544	-	-	-	18.544	17.527	-	-	-	17.527
Aplicações em Instituições Financeiras	229.295	40.016	696	239	270.246	170.482	51.967	1.097	32	223.578
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	72.091	-	-	-	72.091	74.275	-	-	-	74.275
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	133.315	33.742	-	-	167.057	80.085	45.512	-	-	125.597
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.889	6.274	696	239	31.098	16.122	6.455	1.097	32	23.706
Títulos e Valores Mobiliários	71.124	15.485	11.017	78.774	176.400	55.315	19.009	15.470	106.023	195.817
Títulos Públicos - Livres	65.965	-	-	-	65.965	45.587	-	-	-	45.587
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	68	2.675	712	6.866	10.321	3.440	5.491	5.473	41.548	55.952
Títulos Privados - Livres	5.091	12.681	10.305	71.908	99.985	6.102	10.520	8.750	57.179	82.551
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	-	129	-	-	129	186	2.998	1.247	7.296	11.727
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.955	7.685	3.430	6.289	23.359	2.408	5.342	1.167	3.719	12.636
Posição Bruta	-	1	-	20	21	-	-	-	19	19
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	852	-	975	1.827	-	-	-	560	560
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	(851)	-	(955)	(1.806)	-	-	-	(541)	(541)
Posição Líquida	5.955	7.684	3.430	6.269	23.338	2.408	5.342	1.167	3.700	12.617
Swaps	666	2.140	1.935	4.406	9.147	448	812	643	2.913	4.816
Opções	2.413	2.000	692	478	5.583	481	1.720	308	363	2.872
Contratos a Termo	1.204	1.961	1	-	3.166	846	1.548	-	-	2.394
Demais Derivativos	1.672	1.583	802	1.385	5.442	633	1.262	216	424	2.535
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	63.263	171.813	86.118	187.619	508.813	56.652	169.230	90.854	180.050	496.786
Total de Ativos Financeiros	388.181	234.999	101.261	272.921	997.362	302.384	245.548	108.588	289.824	946.344

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 66.566 (R\$ 63.106 em 31/12/2014) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 9.461 (R\$ 5.945 em 31/12/2014), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao Iojista R\$ 38.978 (R\$ 39.366 em 31/12/2014) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.495 (R\$ 4.336 em 31/12/2014).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/12/2015				31/12/2014					
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Passivos Financeiros										
Depósitos	190.890	45.133	8.331	64.843	309.197	182.849	47.531	14.851	58.881	304.112
Depósito a Vista	61.092	-	-	-	61.092	48.733	-	-	-	48.733
Depósito Poupança	111.319	-	-	-	111.319	118.449	-	-	-	118.449
Depósito a Prazo	13.873	34.660	8.326	64.819	121.678	10.867	33.601	14.521	58.564	117.553
Depósito Interfinanceiros	4.606	10.473	5	24	15.108	4.800	13.930	330	317	19.376
Depósitos Compulsórios	(40.807)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(66.556)	(42.811)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(63.106)
Depósito a Vista	(10.224)	-	-	-	(10.224)	(7.404)	-	-	-	(7.404)
Depósito Poupança	(26.838)	-	-	-	(26.838)	(33.084)	-	-	-	(33.084)
Depósito a Prazo	(3.745)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(29.494)	(2.323)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(22.618)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	167.363	39.464	63.773	111.189	381.789	164.309	28.544	57.449	108.099	358.402
Títulos Públicos	139.530	5.315	2.588	29.937	177.370	143.717	2.161	3.888	20.227	169.992
Títulos Privados	8.043	30.146	61.185	81.252	180.626	6.383	25.924	53.561	87.324	173.192
Exterior	19.790	4.003	-	-	23.793	14.210	460	-	548	15.218
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	4.188	24.186	19.178	40.612	88.164	4.054	24.017	10.777	14.319	53.167
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.902	58.159	24.116	25.672	113.849	4.290	37.668	19.414	31.890	93.262
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	4.775	10.115	13.764	56.006	84.660	191	6.537	12.979	56.349	76.056
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.765	8.537	4.104	11.269	27.675	1.728	5.116	1.318	7.668	15.830
Posição Bruta	1	11	-	4	16	-	31	-	-	31
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	(85)	(1.269)	-	(236)	(1.590)	-	(969)	(10)	-	(979)
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	86	1.280	-	240	1.606	-	1.000	10	-	1.010
Posição Líquida	3.764	8.526	4.104	11.265	27.659	1.728	5.085	1.318	7.668	15.799
Swaps	783	3.368	2.618	9.562	16.331	241	1.761	778	6.754	9.534
Opções	1.460	3.025	805	493	5.783	431	1.853	353	420	3.057
Contratos a Termo	828	5	-	-	833	681	1	-	-	682
Demais Derivativos	693	2.128	681	1.210	4.712	375	1.470	187	494	2.526
Total Passivos Financeiros	336.076	176.573	131.223	294.906	938.778	314.610	142.958	114.599	265.556	837.723

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificadas de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos Off Balance	31/12/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
	Avais e Fianças	2.018	13.819	5.477	52.930	74.244	2.003	14.721	4.207	52.828
Compromissos a Liberar	84.641	28.808	28.404	79.487	221.340	73.356	60.785	17.980	69.377	221.498
Cartas de Crédito a Liberar	6.936	-	-	-	6.936	11.091	-	-	-	11.091
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	340	-	-	340	-	267	308	-	575
Total	93.595	42.967	33.881	132.417	302.860	86.450	75.773	22.495	122.205	306.923

Nota 37 – Informações Suplementares

Itaú Chile Holdings – Em 17 de julho de 2015, após aprovação das autoridades regulatórias competentes, ocorreu a dissolução da subsidiária Itaú Chile Holdings (ICH). Com isso, os investimentos detidos pela ICH foram transferidos ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A operação produziu um efeito contábil de R\$ (251) milhões.

Nota 38 - Evento Subsequente

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma Gestora de Inteligência de Crédito (GIC) que possibilitará maior eficiência na gestão e concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos.

A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% de seu capital social.

A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.